

**Dirce Bernadete Marques Silva**

**A FALA DE PROFESSORES DA UNISO  
NA CONSTRUÇÃO SOCIAL DO CONHECIMENTO DA  
REALIDADE ATRAVÉS DA MÍDIA IMPRESSA SOROCABANA  
1995 a 1999**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade de Sorocaba, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientadora: Profa. Dra. Maria Lúcia de Amorim Soares

**Sorocaba/SP  
20 de agosto de 2004**

### Ficha Catalográfica

S579f Silva, Dirce Bernadete Marques  
A fala de professores da UNISO na construção social do conhecimento da realidade através da mídia impressa sorocabana, 1995 a 1999 / Dirce Bernadete Marques Silva. – Sorocaba, SP, 2004. 158 f. : il.

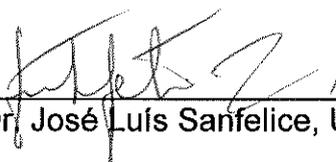
Orientadora: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup>. Maria Lúcia de Amorim Soares  
Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Sorocaba, Sorocaba, SP, 2004.  
Inclui bibliografias

1. Jornalismo. 2. Mídia impressa – Sorocaba (SP). 3. Universidade de Sorocaba – Sorocaba (SP). I. Soares, Maria Lúcia de Amorim, orient. II. Universidade de Sorocaba. III. Título.

**Dirce Bernadete Marques Silva**

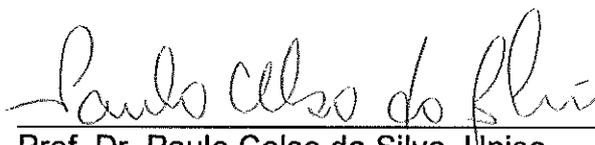
**A fala de professores da Uniso na construção social  
do conhecimento da realidade através da  
mídia impressa sorocabana  
1995 a 1999**

Dissertação aprovada como requisito parcial para  
obtenção do grau de Mestre no Programa de Pós-  
Graduação em Educação da Universidade de  
Sorocaba, pela Banca Examinadora formada pelos  
seguintes Professores:



---

Prof. Dr. José Luís Sanfelice, Unicamp



---

Prof. Dr. Paulo Celso da Silva, Uniso

Sorocaba, 13 de setembro de 2004

Dedico este trabalho à minha mãe, Dirce Filardi, que, com uma visão de vida incomum às mulheres do seu tempo, se recusava, numa postura crítica e consciente, a nos ensinar, a nós, suas filhas, as prendas domésticas defendidas pelo meu pai e pelos homens da sua geração. Os caminhos que me trouxeram até aqui começaram a ser traçados lá atrás, graças à determinação com que ela defendia as suas idéias e, com elas, também, as suas filhas. Que bom que eu nasci sua filha!

## AGRADECIMENTOS

Pela ordem mais ou menos cronológica de envolvimento com este trabalho, meus agradecimentos vão para a minha orientadora, professora Maria Lúcia de Amorim Soares, a primeira a me incentivar a fazer o Mestrado, e à Fundação Dom Aguirre, pela bolsa de estudos integral que me concedeu enquanto funcionária. Ao deputado federal Antonio Carlos Pannunzio, meu chefe, que me deu todo o apoio para que eu pudesse conciliar a rotina do trabalho com a produção desta dissertação, meu agradecimento de coração. A minha amiga Telma Vitória, pelas conversas inspiradoras, sugestões sempre proveitosas e pela primeira leitura e comentários, agradeço com o carinho de sempre, desses anos todos. À minha querida Márcia Castello, pelas pesquisas intuitivas na Internet na fase de conclusão, o meu muito obrigada todo especial. À sempre infalível amiga Célia Nardi, pela paciência das horas a fio dedicadas na revisão do Português e na formatação do texto. À Christina Paiva – como é bom encontrar gente assim pelo caminho! – agradeço o *abstract*. Ao professor Aldo Vannucchi, minha gratidão, com um carinho imenso, por todo esse tempo, por toda a luz despejada por sobre a Uniso e sobre todos nós. Os seus sonhos realizados nos alimentam e nos iluminam.

Ao contrário do que em geral se crê, sentido e significado nunca foram a mesma coisa, o significado fica-se logo por aí, é directo, literal, explícito, fechado em si mesmo, unívoco, por assim dizer; ao passo que o sentido não é capaz de permanecer quieto, ferve de sentidos segundos, terceiros e quartos, de direcções irradiantes que se vão dividindo e subdividindo em ramos e ramilhos, até se perderem de vista, o sentido de cada palavra parece-se como uma estrela quando se põe a projectar marés vivas pelo espaço fora, ventos cósmicos, perturbações magnéticas, aflições.

José Saramago  
Todos os Nomes

## RESUMO

A criação da Universidade de Sorocaba, em 1994, seguida do início do funcionamento do Curso de Jornalismo, em 1995, foi marcada, na mídia impressa sorocabana, por uma profusão de matérias que deram voz e rosto aos até então silenciosos professores e professoras de vários cursos e disciplinas.

Durante o meu trabalho de clipagem dos jornais enquanto assessora de imprensa da Universidade de Sorocaba no período em que lá trabalhei (1994 a 2000), observei que parecia não haver assunto do momento retratado pelos jornais sobre o qual o professor e professora não estivessem aptos e prontos a opinar, refletir, comentar.

A presente pesquisa analisa o papel da fala de professores e professoras na construção social do conhecimento da realidade levando em conta o momento histórico e o contexto da notícia em que a fala se insere.

Tomei por base matérias publicadas pelos jornais Cruzeiro do Sul e Diário de Sorocaba, selecionadas em duas subcategorias que registraram o maior índice de falas produtoras de sentido: Economia e Educação, período entre 1995 a 1999.

Pude concluir que os professores e professoras, através das suas falas, contribuem para trazer novos enfoques à narrativa jornalística do cotidiano, desprendendo-se do aqui e agora do fato noticioso. Suas falas, não raro, desconstruem noções cristalizadas no senso comum ou versões oficiais da realidade. Produtoras de sentido outros, novos, oxigenantes, trazem diferentes repertórios à interpretação da realidade, situando a Universidade de Sorocaba no centro do debate de assuntos repercutidos pela mídia e o seu quadro docente como fonte de informação privilegiada.

Palavras chave: Narrativa jornalística, fala, notícia, conhecimento da realidade.

## ABSTRACT

The creation of the University of Sorocaba in 1994, followed by the inception of the Course of Journalism in 1995, was marked by the publication of a profusion of articles in the printed media that gave voice and face to the professors who were silent up until then.

In the period I worked as a press agent for the University of Sorocaba (1994 to 2000), while clipping newspaper articles, I noticed that the professors seemed to be apt and prompt to give their opinion, careful consideration, or comment to every current matter published in the newspaper.

The present research analyzes the role of the professor's speech in the social construction of the knowledge of reality taking into consideration the historical moment and the news context in which their speech is inserted.

Articles that were published in the newspapers *Cruzeiro do Sul* and *Diário de Sorocaba* were used as basis, and were classified in two subcategories that registered the highest index of meaningful speeches: Economy and Education, in the period between 1995 and 1999.

I was able to conclude that through their speech, professors contributed to bring new view points to the every day journalistic narrative that were detached from the here and now aspects of the facts. Their speeches often disassembled crystallized common sense and official versions of reality. Producers of other thoughts, new and oxygenizing thoughts, bring different repertoire for the interpretation of reality, inserting the University of Sorocaba in the center of the debate of matters that were divulged by the media, and its docent members as a privileged source of information.

Key words: Journalistic narrative, speech, news, knowledge of reality.

## SUMÁRIO

INTRODUÇÃO .....	10
1 — A questão da construção social do conhecimento da realidade ..	28
2 — Análise da mídia – A construção do conhecimento da realidade na fala dos professores e professoras da Uniso .....	54
2.1 Subcategoria Economia .....	54
a) Professor aprova indicação de novo ministro .....	58
b) Previsões econômicas sobre o ano novo .....	64
c) O ajuste econômico do Governo, na opinião do professor .....	69
d) Professor de Comunicação define a “ética” do capital ....	73
e) O sentido das falências na percepção do professor .....	78
f) Desconstruindo versão oficial da realidade .....	82
g) Um outro olhar sobre a realidade .....	85
h) Professor de Matemática ensina a olhar por trás dos números .....	88
2.2 Subcategoria Educação .....	93
a) Nova LDB – mudanças superficiais não mexem no centro nervoso da Educação .....	96
b) Novas propostas para o ensino de História e Geografia .	115
c) Recuperação escolar no período de férias – uma opção longe da ideal .....	124
d) Hino Nacional nas escolas – patriotismo ou banalização?	136
e) Exame Nacional de Cursos – o polêmico “Provão” do MEC .....	142
CONCLUSÃO .....	147
BIBLIOGRAFIA .....	157
BIBLIOGRAFIA CONSULTADA .....	158

## LISTA DE TABELAS

### TABELAS (INTR.):

1 —	Categorias com os maiores e menores registros de fala .....	22
2 —	Mapeamento da ocorrência de fala dos professores na mídia - 1995 a 1999 .....	23
3 —	Mapeamento da ocorrência de falas de professores e professoras da Uniso por subcategorias .....	27

### TABELAS (CAP. 1):

4 —	Comportamento/atualidades: mapeamento da ocorrência de fala dos professores na mídia impressa – 1995 a 1999 – Subcategoria Economia .....	57
5 —	Comportamento/atualidades: mapeamento da ocorrência de fala dos professores na mídia impressa – 1995 a 1999 – Subcategoria Educação .....	95

## INTRODUÇÃO

Da presença quase diária da Uniso<sup>1</sup> na mídia impressa, observada no período em que ali atuei como assessora de imprensa (1994 a 2000), um fator, em especial, chamava-me a atenção durante o trabalho de recorte das notícias publicadas nos jornais. Durante esse trabalho, conhecido nos meios jornalísticos como clipagem, pude perceber, em meio às notícias do dia a dia, as falas dos professores repercutindo fatos, provocando *insights*, construindo significados sobre os mais diversos temas da atualidade, como também do passado e daquilo o que nos remete ao futuro. Eram reportagens sobre temas tão variados que me deixavam a impressão de não haver assunto sobre o qual o professor não tivesse algo de interessante a falar, fossem orientações relativas ao vestibular, prognósticos econômicos, Copa do Mundo, novos projetos do Governo para a Educação ou, ainda, sobre as mais complexas e sutis peculiaridades das relações humanas.

Eram por mim clipadas todas as peças jornalísticas (reportagens, entrevistas, chamadas, notas, artigos, cartas do leitor e editoriais) da mídia impressa em que ocorria, ao menos uma vez, a inserção da palavra “Uniso”.

A fim de lançar uma luz de compreensão sobre a importância da fala do professor e o papel que ela representa na construção social do conhecimento da realidade através da mídia impressa, baseei-me na pesquisa desenvolvida por Cremilda Medina em *Símbolos e Narrativas, Rodízio 97 na Cobertura*

---

<sup>1</sup> Universidade de Sorocaba, reconhecida pela Portaria 1364, do Ministério da Educação, de 13 de setembro de 1994.

*nalística*, 1998. Trata-se de um estudo da cobertura da imprensa sobre o Programa de Restrição à Circulação de Veículos na Região Metropolitana de São Paulo, no qual a autora utiliza um instrumento metodológico desenvolvido na década de 70 por um grupo de pesquisadores da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP). Esse instrumento metodológico possibilita ler os meios de comunicação através do cruzamento de fatores quantitativos com o qualitativismo da informação.

Longe de impor diretrizes ortodoxas infalíveis, o instrumento de pesquisa utilizado na *leitura* dos meios de comunicação, nas palavras de Medina, “segue muito mais a estratégia compreensiva, com uma dose saudável de perplexidade, espanto e inquietude, do que a estratégia explicativa, assegurada por paradigmas estratificados, metodologias prontas para uso, pressupostos teóricos consagrados”, (MEDINA, 1998, p. 28) o que torna este trabalho mais arriscado e, ao mesmo tempo, desafiador, mas, nem por isso, menos científico.

Só pode ser aceito por científico, o que for discutível formal e politicamente. Esta perspectiva não lança a ciência no relativismo, até porque esta é socialmente impraticável - tem pelo menos validade no espaço e no tempo -, mas modula para a criatividade científica um ambiente de atualização permanente, congruente com a tendência inovadora intrínseca. (Conhecimento Moderno - sobre a Ética e Intervenção do Conhecimento , DEMO, 1997, p. 10).

Medina salienta que para estudar a produção “complexa e incerta de sentidos é necessário criar um *locus* de pesquisa que, de alguma forma, proporcione uma experiência de compreensão e *insight* de alguns dilemas da significação” (MEDINA, 1998, p. 28). Para chegar ao *locus* de pesquisa deste

trabalho, fiz levantamento preliminar das peças jornalísticas publicadas nos dois períodos distintos que compreendem janeiro a dezembro de 1995 e de 1999. Um, por se tratar do primeiro ano de criação da Universidade; o outro, por caracterizar um momento em que a instituição já se encontrava consolidada, com novos cursos, laboratórios, núcleos de pesquisa, criação do Programa de Mestrado e inauguração da sua Cidade Universitária.

Ainda nesse levantamento preliminar (referente aos dois períodos que compreendem todo o ano de 1995 e de 1999), fiz uma análise sobre a ocorrência da fala do professor, classificando as peças jornalísticas em categorias, tendo em vista a recorrência temática de assuntos. O propósito foi o de descobrir em qual categoria se concentra o maior registro de falas produtoras de sentido. Entendo por falas produtoras de sentido as não meramente declaratórias, mas aquelas que, longe de se prenderem à pressão do factual, criam uma situação de renovação de sentidos e de arejamento de idéias, motivando aprofundamentos de temas do cotidiano, propondo novas angulações sobre os fatos geradores da notícia, causando choques, sustos, desconstruções.

Descoberta, nesse levantamento inicial, a categoria em que ocorreu o maior registro de fala de professores e professoras da Universidade de Sorocaba, procedi, então, ao levantamento de **todas as peças dessa categoria**, mas agora publicadas **entre** 1995 e 1999, incluindo, portanto, os anos de 1996, 1997 e 1998. Assim, delimitei, nesse período de 5 anos entre 1<sup>o</sup> janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 1999, o *locus* privilegiado de pesquisa a que se refere Medina. Fui buscar a base teórica para fundamentar este trabalho em *A Construção Social da Realidade*, de Peter L. Berger e Thomaz Luckmann,

1998, dentro de um referencial metodológico de análise de produções midiáticas denominado Hermenêutica de Profundidade (HP), utilizado por Thompson<sup>2</sup>.

A mídia, na acepção de Thompson, é um sistema cultural complexo que envolve uma dimensão simbólica e uma dimensão contextual. Ele vê a dimensão simbólica como um constante jogo entre signos e sentidos que compreende (re)construção, armazenamento, reprodução e circulação de produtos repletos de sentidos, tanto para quem os produziu quanto para quem os consome – no caso desta pesquisa, tanto para professores e jornalistas, quanto para os leitores dos jornais analisados. A mídia, ainda segundo Thompson, também implica uma dimensão contextual – temporal e espacial – na medida em que seus produtos são fenômenos sociais, situados em contextos que têm aspectos técnicos e comunicativos e propriedades estruturadas e estruturantes.

Cumprido salientar que a análise exaustiva e minuciosa das declarações dos professores na cobertura da mídia impressa sobre a Universidade de Sorocaba não está entre os meus objetivos. Pretendo buscar a compreensão do papel da fala do professor e da professora da Universidade de Sorocaba na construção social do conhecimento da realidade e, para isso, importam-me as situações em que as falas atravessam de sentido a narrativa jornalística, criando um contexto propício à construção social do conhecimento da realidade. Isso implica levar em conta que o jornalismo, enquanto fenômeno da comunicação social, produz sentidos. Que esses sentidos, complexos, sutis,

---

<sup>2</sup>THOMPSON, John B. *Ideologia e cultura moderna, teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*, 1990.

conflitantes, carregados de ideologias, ocorrem no “campo simbólico”, portanto, não neutro, tampouco objetivo, da subjetiva narrativa jornalística.

Enquanto Medina ressalta a importância da compreensão do “campo simbólico” em que acontece a narrativa jornalística, Thompson destaca a necessidade de compreender as “formas simbólicas”, que são “construções significativas” formadas por ações, falas e textos. Para ele, essas “construções significativas” devem ser compreendidas por meio da interpretação. No caso da análise das falas dos professores e professoras da Universidade de Sorocaba, que irei analisar no Capítulo 2, compreender as “construções significativas” requer, sobretudo, interpretar os textos, mas também as falas neles inseridas e, ainda, as ações, no sentido de posturas do repórter e do professor entrevistado, que esses textos sugerem.

Uma ressalva importante sobre os cuidados a serem observados no estudo da mídia é feita pelo jornalista José Arbex Jr.:

Qualquer pessoa que se disponha assumir uma postura crítica em relação à mídia e à cultura deve, necessariamente, manter a consciência de que ela própria, como alguém que participa do mundo, também é portadora de preconceitos e percepções mobilizadas pelos “engenheiros do consenso”. Qualquer leitura crítica da mídia exige, antes de mais nada, identificar os mecanismos utilizados pela mídia para produzir determinado efeito. Esse processo coloca em pauta, necessariamente, uma reflexão sobre os seus próprios preconceitos. (Showrnalismo, a notícia como espetáculo, 2001, p. 269).

Uma especificidade da narrativa jornalística, e que cria um campo fértil de produção de sentidos, segundo Medina, é a sua periodicidade e regularidade: “uma espécie de alimento simbólico tão necessário quanto o pão

nosso de cada dia” (MEDINA, 1998, p. 27). Já a respeito das “formas simbólicas”, Thompson salienta que:

A produção e circulação das formas simbólicas nas sociedades modernas é inseparável das atividades das indústrias da mídia. O papel das instituições da mídia é tão fundamental, e seus produtos se constituem em traços tão onipresentes da vida cotidiana, que é difícil, hoje, imaginar o que seria viver num mundo sem livros e jornais, sem rádio e televisão, e sem os inúmeros outros meios através dos quais as formas simbólicas são rotineira e continuamente apresentadas a nós. Dia a dia, semana a semana, jornais, estações de rádio e televisão nos apresentam um fluxo contínuo de palavras e imagens, informação e idéias, a respeito dos acontecimentos que têm lugar para além de nosso ambiente social imediato. (THOMPSON, 1990)

Dada à importância do fator periodicidade salientado por Medina, utilizei, a princípio, todos os 41 jornais clipados em 1995 e 1999 no meu trabalho de assessoria de imprensa que obedeciam a alguma regularidade de edição e que, como expliquei acima, traziam no texto o nome da Universidade de Sorocaba. Esse procedimento eliminou peças publicitárias e outras publicações extemporâneas com formato gráfico de jornal. A respeito das instituições da mídia de que trata Thompson, mais adiante, neste trabalho, percebi que as falas produtoras de sentido se concentram nos dois jornais diários da cidade sede da Universidade de Sorocaba, o que me levou a restringir ainda mais o material de pesquisa, limitando-o a essas duas empresas jornalísticas da mídia impressa: *Diário de Sorocaba* e *Cruzeiro do Sul*.

Considero necessário ressaltar que, hoje, a Comunicação e, dentro dela, a fala e a conversa ocupam um papel central na rede de relações sociais. Dentro dessa linha de raciocínio, a comunicação entre repórter e professor, produzida na conversa durante a entrevista, é um momento rico de produção de

sentidos que se reflete na fala do professor, expressa na narrativa jornalística e tendo, como matéria-prima a ser trabalhada, a realidade do “aqui” e “agora”. Entendo, ainda, que a produção de sentidos na narrativa jornalística acontece quando, na conversa entre repórter e professor, há a preocupação e o desejo de extrapolar o factual da notícia, “tirando o essencial do acidental e o permanente do corrente” - quesitos indispensáveis ao “jornalismo de profundidade”<sup>3</sup>.

Em trabalho feito a quatro mãos na ECA/USP, Medina e Leandro relacionam alguns critérios definidores dos aprofundamentos possíveis que dão consistência a uma narrativa jornalística. Salientam que “A reportagem pode fixar-se numa determinada linha de aprofundamento ou combinar várias linhas”<sup>4</sup>. Os instrumentos captados nesse projeto jornalístico também foram adotados na pesquisa que resultou em *Símbolos e Narrativas*, de Medina. São eles:

a) a contextualização - quando a narrativa relaciona o factual imediato às suas implicações sócio-culturais, políticas e econômicas, conectando, ao fato nuclear da notícia, outros fatos que o situam no tempo presente e no espaço do acontecimento;

b) enraizamento histórico - imersão da notícia no seu lastro histórico, reconstituindo o passado temporal através de pesquisa bibliográfica ou arquivo, ou, ainda, buscando sua conexão com os outros tempos da subjetividade

---

<sup>3</sup> BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo interpretativo, filosofia e técnica*, 1980, p. 13.

<sup>4</sup> MEDINA, Cremilda e LEANDRO, Paulo Roberto. *A arte de tecer o presente*, 1973, p. 45.

humana, como a tradição, costumes, hábitos e culturas;

c) discussão especializada - ampliação e busca de novas angulações do tema através da coleta de vozes (polifonia) e diversidade de sentidos (polissemia), podendo assumir a forma de consulta a uma ou mais opiniões especializadas;

d) histórias humanas - são as histórias dos casos de protagonistas sociais sem rosto, coletadas nas ruas, que não ocupam posição de destaque social ou de poder, mas que espelham as esperanças, as dores e as buscas de cada um - são os heróis anônimos do dia a dia.

Já o referencial metodológico HP empregado por Thompson na análise de produções midiáticas compreende três fases ou procedimentos principais que julga necessários para a interpretação do entendimento do cotidiano, ou para uma *interpretação da doxa*:

- a) a análise sócio-histórica;
- b) a análise formal ou discursiva;
- c) a interpretação/reinterpretação.

Para os propósitos desta pesquisa, utilizo os procedimentos de análise sócio-histórica, que compreende situações espaço-temporais, campos de interação, instituições sociais, estrutura social e meios técnicos de transmissão. Também adoto a análise formal ou discursiva, mas somente nos aspectos das análises da conversação e narrativa (outros aspectos da análise formal ou discursiva empregada por Thompson são: a análise semiótica e a

sintática).

Antes de estudar os aprofundamentos possíveis com base nos instrumentos de pesquisa de Thompson e Medina, selecionei todas as peças por mim clipadas em 1995 e 1999 e as classifiquei em categorias. Obtive um total de 2.410 peças jornalísticas publicadas naquele espaço de tempo por 41 periódicos, conforme mencionei anteriormente. Com base no conteúdo temático dessas 2.410 peças jornalísticas, cheguei ao resultado de 17 categorias. Do total de peças publicadas, houve 1.126 ocorrências de citação de nomes de professores e professoras. Em 869 dessas ocorrências, os professores e professoras foram apenas citados. Nas 257 peças restantes, além de terem seus nomes citados, os docentes da Universidade de Sorocaba tiveram suas falas publicadas. A localização temática dessas falas e o sentido que elas produzem na construção social do conhecimento da realidade são de grande importância para o alcance dos objetivos deste trabalho. Esses resultados também podem ser expostos de uma forma mais simplificada no resumo a seguir:

período - 1995 e 1999

mídias impressas - 41

peças jornalísticas - 2.410

categorias - 17

citação de nomes de professores - 1.126

citação de nomes de professores sem ocorrência de fala – 869

citação de nomes de professores com ocorrência de fala - 257

As três categorias que reúnem o maior número de peças jornalísticas são:

**Extensão** (531), **Ensino** (452) e **Outros** (425). Esta última representa as várias situações em que a Universidade de Sorocaba foi apenas citada de passagem em assuntos diversos, ficando à periferia do foco da matéria e distante do fator que deu origem a ela. Se as duas primeiras categorias sinalizam positivamente sobre o cumprimento de duas das três principais funções de uma universidade (Ensino, Pesquisa e Extensão) e o tácito reconhecimento disso por parte dos meios de Comunicação, por outro lado, pouco revelaram, dentro da narrativa jornalística, sobre a participação do professor na construção social do conhecimento da realidade. Essa afirmação se deve ao fato de que a fala dos professores e professoras não foi fator preponderante em **Extensão** e **Ensino**, pois, na maioria dos casos, os professores e professoras tiveram os seus nomes apenas citados como responsáveis por realizações nessas áreas.

Ainda no tocante ao levantamento preliminar relativo a 1995 e 1999, concluí que das 531 peças jornalísticas da categoria **Extensão**, houve 288 inserções de nomes de professores, sendo que na maior parte delas (218) o professor foi apenas citado, sem registro de fala. A fala aconteceu 70 vezes, representando apenas 13,3% do total de peças jornalísticas da categoria. Em **Ensino**, 344 professores e professoras tiveram os seus nomes inseridos nas 452 peças jornalísticas que formam a categoria, mas suas falas ocorreram apenas 43 vezes, o que representa a pequena parcela de 9,5% de participação na categoria. Na categoria **Outros**, em que a Universidade de Sorocaba não desponta como foco principal da matéria, nem como fator gerador da mesma, a presença do professor é ainda menor, tendo resultado em 70 citações de nomes com 13 registros de fala, ou 3,0%. Como exemplo da categoria **Outros**, posso citar peças jornalísticas que mencionam a presença de docentes ou da

própria Universidade de Sorocaba em eventos promovidos pela prefeitura de Sorocaba, como solenidades, festividades e feiras, sendo esses eventos o foco principal da peça jornalística e o fator gerador da notícia. Decorre disso o baixo índice de registro de falas de professores nessa categoria.

Por outro lado, a análise das categorias que congregam os maiores índices de fala de professores possibilitou-me constatar que, em se tratando de Comunicação, quantidade de matéria, bem como espaço na mídia, não representam, necessariamente, qualidade de conteúdo. Afinal, as peças com maior qualidade de conteúdo, ou que melhor preenchem os quatro critérios de **aprofundamentos possíveis** citados acima, dando consistência à narrativa jornalística, estão localizadas em duas categorias pouco expressivas numericamente: **Comportamento/atualidades** (35) e **Pesquisa** (34). Estas duas só perdem em quantidade de peças jornalísticas para outras três categorias, das 17 classificadas, mas se diferenciam significativamente de todas elas não só por conta do maior registro de fala de professores e professoras, como devido ao aprofundamento de conteúdo, proporcionado por novas angulações, reflexões, arejamento de idéias e renovação de sentidos que essas falas provocam.

A que se deve essa riqueza de conteúdo? Como é provocada a renovação dos sentidos? É o que irei analisar mais adiante, no segundo capítulo deste trabalho.

Por ora, importa considerar que das 34 peças jornalísticas que formam a categoria **Pesquisa**, a inserção de nome de professor ocorreu 23 vezes, das quais 20 foram marcadas por fala, o que representa o expressivo índice 58,8% de polifonia dentro dessa categoria, destacando-a como a terceira no quesito

“registro de fala de professor” no ranking das 17 classificadas. A categoria **Comportamento/atualidades** engloba 35 peças jornalísticas, com 37 inserções de nomes de docentes e o mesmo registro de fala (120%). Foi uma das duas únicas categorias em que a presença do professor superou o número de peças jornalísticas e em que a sua fala foi registrada todas as vezes em que seu nome foi citado. Também é a categoria com o maior índice de fala. Aqui, saliente-se mais um dado que considero de grande importância: para efeito de classificação de “registro de fala de professor”, levei em conta as falas presumidas e as falas explícitas, entendendo por fala presumida aquela em que o repórter reproduziu o conteúdo do que o professor disse sem o uso de aspas, sendo a fala explícita aquela reproduzida textualmente, entre aspas, seguida de travessão ou diferenciada por algum outro recurso gráfico. Nos casos das categorias **Pesquisa** e **Comportamento/atualidades**, a fala explícita foi registrada em todas as peças jornalísticas. Esses dados permitem concluir que a fala do professor está diretamente associada aos aprofundamentos que dão sentido à narrativa jornalística, o que sugere construção de conhecimento.

Outra das duas únicas categorias com registro de fala superior ao do número de peças jornalísticas, é **Profissões/carreiras**. Das 16 peças jornalísticas dessa categoria, pude registrar a fala de 17 professores (107,0%). Porém, ao contrário da Categoria **Comportamento/atualidades**, as falas registradas em **Profissões/carreiras** são meramente declaratórias - limitam-se a descrever os cursos oferecidos pela Universidade de Sorocaba e as profissões relacionadas a eles, não se enquadrando, portanto, nos critérios de aprofundamentos possíveis da narrativa jornalística especificados por Medina.

Das 2.410 peças jornalísticas pesquisadas entre 1995 e 1999, a

Categoria **Comportamento/atualidades** revelou-se, portanto, a primeira em registro de falas produtoras de sentido de professores e professoras da Universidade de Sorocaba.

Num comparativo entre as três categorias com as maiores recorrências de peças e aquelas com maior registro de falas de professores e professoras, pude compor o seguinte quadro:

### **Categorias com os maiores e menores registros de fala**

Tabela 1

CATEGORIA	PEÇAS	COM FALA	ÍNDICE DE FALA
Extensão	531	70	13,3%
Ensino	452	43	9,5%
Outros	425	13	3,5%
Pesquisa	34	23	58,8%
Comp./atual.	35	37	120,0%
Profissões/carr.	16	17	107,0%

O quadro esquemático das duas próximas páginas oferece uma visão sinóptica do resultado do mapeamento das 2.410 peças publicadas pelos 41 periódicos nos dois anos relativos a 1995 e 1999, bem como a distribuição das falas dos professores nas 17 categorias classificadas nesse período:

Tabela 2

MAPEAMENTO DA OCORRÊNCIA DE FALA DOS PROFESSORES NA MÍDIA - 1995 e 1999			
CATEGORIA	PEÇAS JORNALÍSTICAS	PROFESSORES (AS)	
<b>Extensão</b> Ações voltadas à comunidade de Sorocaba e/ou região, cursos abertos à comunidade externa	531	288	
		C/ FALA 70	S/ FALA 218
		maior incidência de fala - Reitor (25)	
<b>Ensino</b> atividades pedagógicas, de ensino, culturais e encontros científicos (exceto divulgação de pesquisa) envolvendo os cursos de graduação, pós-graduação e mestrado;	452	344	
		C/ FALA 43	S/ FALA 301
		maiores incidências de fala - Direito (8) Teatro (7) Reitor (5)	
<b>Institucional</b> temas relativos ao câmpus universitário, firmação de convênios, criação de novos cursos, mensalidades, avaliação da qualidade do ensino;	190	137	
		C/ FALA 38	S/ FALA 99
		maior incidência de fala - Reitor (21)	
<b>Pesquisa</b> trabalhos de pesquisa científica em andamento ou resultado de pesquisas feitas por professores (junto a alunos ou não);	34	23	
		C/ FALA 20	S/ FALA 3
		maiores incidências de fala - Economia (8) Economia (3) Economia (2) Administração (2)	
<b>Comportamento/atualidades</b> assuntos "do momento" sobre os quais um ou mais professores da Uniso dão sua opinião, isoladamente ou com outros atores sociais;	35	37	
		C/ FALA 37	S/ FALA 0
		maiores incidências de fala - Realidade Social e Política Brasileira (5) Economia (4) Psicologia (4)	
<b>Outros vestibulares + Enem/Provão</b> locação do prédio da Uniso	40	0	
<b>Movimento estudantil</b> atividades ou ações do DCE e/ou UNE	138	3	
		C/ FALA 0	S/ FALA 3

<b>Uniso sedia eventos externos</b> palestras, cursos, debates e afins, promovidos por atores externos para o público externo	115	53	
		C/ FALA 0	S/FALA 53
<b>Social</b> efemérides: aniversários, eventos sociais sem conteúdo de relevância informativa	84	41	
		C/ FALA 2	S/FALA 39
		Maior incidência de falas - Reitor (2)	
<b>Profs. em eventos externos</b> congressos, encontros, debates e afins	45	57	
		C/ FALA 3	S/FALA 54
<b>Artigos</b> de professores, ou não, com citação da Uniso	35	33 Quem mais escreveu - Reitor (11)	
<b>Uniso - ponto de referência</b> para efeito de localização	31	0	
<b>Cartas do leitor</b> em que a Uniso é citada, sendo foco ou não	16	3	
		C/ FALA 0	S/FALA 3
<b>Profissões/carreiras</b> dicas e sobre profissões, descrição de carreiras, orientação sobre mercado de trabalho e afins	16	17	
		C/ FALA 17	S/FALA 0
<b>Esportes</b> jogos universitários e afins	111	5	
		C/ FALA 2	S/FALA 3
<b>Outros</b> Uniso não é foco, mas é citada	425	70	
		C/ FALA 13	S/FALA 57
		Maior incidência de fala - Reitor (4)	
<b>Vestibular da Uniso</b>	115	15	
		C/ FALA 12	S/FALA 3
		maior incidência de fala - Presidente da Comissão Permanente do Vestibular (8)	

Conforme detalhado no último quadro, a categoria **Comportamento/atualidades** é especificada como sendo aquela que congrega “assuntos ‘do momento’ sobre os quais um ou mais professores da Uniso dão sua opinião, isoladamente ou com outros atores sociais”. Também é a categoria mais expressiva no quesito registro de falas produtoras de sentido. Face ao objetivo deste trabalho, de buscar compreender o papel da fala do professor e da professora da Universidade de Sorocaba na construção social do conhecimento da realidade, selecionei essa categoria no levantamento preliminar referente aos anos de 1995 e de 1999, obtendo 35 peças jornalísticas como *locus* de pesquisa. E, conforme explicitado anteriormente, descoberta a categoria com o maior índice de falas produtoras de sentido (**Comportamento/atualidades**), selecionei, dentro de um segundo e mais abrangente levantamento - agora dos cinco anos que vão de 1<sup>o</sup> de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 1999 -, todas as peças jornalísticas cujas falas se enquadram nessa categoria. Das 35 peças jornalísticas selecionadas no levantamento preliminar (1995 e 1999), cheguei, no segundo levantamento (1995/96/97/98 e 99), a um total de 86 peças. Elas foram pinçadas de um total de 7.059 peças clipadas naqueles 5 anos, sendo todas as 86 peças publicadas pelos jornais Cruzeiro do Sul e Diário de Sorocaba, da cidade de Sorocaba, que analisarei no segundo capítulo deste trabalho.

Devido à variedade de temas abordados dentro dessa categoria, reclassifiquei as 86 peças de **Comportamento/atualidades** (agora publicadas no período de 5 anos entre 1995 e 1999) em subcategorias, de acordo com a recorrência de conteúdo. Cheguei ao resultado de 17 subcategorias: Economia, Educação, História, Infância, Violência, Terceira Idade, Futebol, Legislação,

Saúde, Amor, Televisão, Terceiro Milênio, Política, Sorocaba, Cultura, Ciência/tecnologia e Preconceito. Por questão de delimitação de espaço e de conteúdo, centrei a pesquisa nas duas subcategorias que reúnem o maior número de peças: Economia (23 peças) e Educação (13), deixando de lado as demais subcategorias, formadas por 1 a 8 peças jornalísticas apenas.

Para maior detalhamento das 17 subcategorias, bem como da presença da fala dos professores da Universidade de Sorocaba em cada uma delas, apresento a seguinte tabela:

## Mapeamento da ocorrência de fala de professores e professoras da Uniso por subcategorias

Tabela 3

Subca- tegoria	peças jornalísticas	INICIAIS DOS NOMES DE PROFESSORES E PROFESSORAS DA UNISO																																							
		PCS	NL	GCA	FAL	MP	MACP	JN	JLRV	SCIMS	WS	MLAS	SMB	RSS	JLP	JNMM	LFP	VJ	MSC	ONMM	LPE	AV	GM	NPF	AC	MAM	RL	SML	EJN	PZ	MG	MIDE	LCG	RA	VGR						
Economia	23	1	7	9	1	4	1	1	1																																
Educação	13						1			3	5	2	1	1																											
História	8											1		4	1	1	2																								
Infância	3																																								
Violência	2														1																										
3ª idade	2																																					1			
Futebol	6	1																																							
Legislação	2																																								
Saúde	4																																								
Amor	1																																								
Televisão	4	1	1																																						
3o milênio	2																		1	1																					
Política	2																					1	1																		
Sorocaba	6																																								
Cultura	4																																								
Ciência/técni.	2																																								
Preconceito	2																																								
<b>TOTAL</b>	<b>88</b>	<b>3</b>	<b>8</b>	<b>11</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>3</b>	<b>1</b>	<b>12</b>	<b>6</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>4</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>1</b>												

## CAPÍTULO 1

### **A questão da construção social do conhecimento da realidade no cotidiano**

A busca da compreensão do papel da fala do professor da Universidade de Sorocaba na construção social do conhecimento da realidade implica considerar que a realidade é socialmente construída, e que essa construção ocorre no campo das relações humanas. Mas quando o ser humano nasce e inicia o intrincado processo das relações sociais, o mundo já lhe é dado como pronto, pré-existente a si e à sua vontade. Nesse sentido, assumo, para os propósitos deste trabalho, a definição de Berger e Luckmann sobre “realidade” como sendo “uma qualidade pertencente a fenômenos que reconhecemos terem um ser independente de nossa própria volição” (*A Construção Social da Realidade*, 1998, p. 11) no sentido de que não adianta desejar que não existam. Os autores definem o “conhecimento” como “a certeza de que os fenômenos são reais e possuem características específicas” (op. cit., p. 11).

Os autores de *A Construção Social da Realidade* salientam que “realidade” e “conhecimento” são termos bastante corriqueiros na vida diária da pessoa comum. Mas reconhecem que, por outro lado, também carregam uma longa história enquanto objetos de investigação filosófica. Em uma outra vertente, portanto, como a defendida por Moscovici, a temática deste trabalho

poderia ser abordada sob a ótica das representações sociais da realidade.<sup>5</sup> Por outro lado, Berger e Luckmann argumentam que para os propósitos de *A Construção Social da Realidade*, faz-se desnecessário entrar no mérito das “minúcias semânticas”, bem como “do uso cotidiano ou do uso filosófico” de “realidade” e de “conhecimento”.

Por isso, o conhecimento da realidade com o qual proponho desenvolver este trabalho restringir-se-á, por uma questão de opção epistemológica, àquele defendido por Berger e Luckmann, qual seja, o da vida cotidiana organizada no “aqui” do espaço e no “agora” do momento presente, não obstante, ainda, deva ser levado em questão o fato do presente carregar, em si, simultaneamente, passado e futuro, permeando o “aqui” e o “agora” da experiência humana de historicidade e expectativas.<sup>6</sup> Esse conhecimento da vida cotidiana a que Berger e Luckmann se referem apresenta-se “como uma realidade interpretada pelos homens e subjetivamente dotada de sentido para eles, na medida em que forma um mundo coerente” (op. cit. p. 35) - o mundo do senso comum, compartilhado, portanto intersubjetivo e dado como certo.

O mundo da vida cotidiana proclama-se nas coisas que são familiares e na atitude rotineira diante dessas coisas. Contestá-lo exige um certo esforço. Para Berger e Luckmann, a vida cotidiana divide-se em setores apreendidos rotineiramente e setores problemáticos que pertencem a uma outra realidade. Ao passar de uma realidade a outra, o homem experimenta uma espécie de choque causado pelo deslocamento da transição. Os autores ilustram como

---

<sup>5</sup> Sobre esse assunto ler MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*, 1978 e, para saber mais sobre a teoria do conhecimento, ler MATURANA, Humberto R. e VARELA G., Francisco. *A árvore do conhecimento : as bases biológicas do entendimento humano*, 1995.

<sup>6</sup> Sobre a historicidade da experiência humana, ver THOMPSON, John B., *Ideologia e cultura moderna : teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 1998, p. 360).

exemplo extremo desse choque a transição do despertar de um sonho.

A realidade da vida diária é apreendida como algo ordenado. Seus fenômenos encontram-se previamente dispostos em padrões aparentemente independentes da apreensão que se tem deles, impondo-se tal qual se apresentam, objetivados (feitos reais) antes da entrada do homem em cena (e de sua interação com essa realidade).

A linguagem usada na vida cotidiana fornece-me continuamente as necessárias objetivações e determina a ordem em que estas adquirem sentido e na qual a vida cotidiana ganha significado para mim. Vivo num lugar que é geograficamente determinado; uso instrumentos, desde os abridores de latas até os automóveis de esporte, que têm sua designação no vocabulário técnico da minha sociedade; vivo dentro de uma teia de relações humanas, de meu clube de xadrez até os Estados Unidos da América, que são também ordenadas por meio do vocabulário. Desta maneira a linguagem marca as coordenadas de minha vida na sociedade e enche esta vida de objetos dotados de significação. (op. cit., p. 38).

O mundo do “aqui e agora” abrange diversas zonas de aproximação e de distância. Nas zonas mais próximas, a consciência é dominada por razões pragmáticas. É o mundo do trabalho, em que a atenção está mais voltada para aquilo o que se está fazendo, buscando, transformando, tendo em vista interesses práticos, utilitários e imediatos. O interesse nas zonas mais distantes é menos intenso, urgente e freqüente. Tende a ser motivado pelo surgimento de problemas ou por alguma outra razão que instigue a pessoa a desviar sua atenção das zonas familiares.

No meu cotidiano, preciso ligar o computador, abrir o arquivo, escanear, salvar e mandar imprimir o que escrevo no meu trabalho diário. Tudo me é familiar. Também preciso receber e enviar mensagens por correio

eletrônico. Para isso, basta saber onde se localizam as teclas “liga/desliga”, conhecer funções básicas do teclado e do mouse, ter alguma idéia do acionamento do scanner e da impressora e dominar noções elementares de Internet . Sei que estou diante de complexos equipamentos de multimídia e que os utilizo com agilidade quase mecânica quando necessário, mesmo sendo leiga em computação. Pouco me importa entender a tecnologia que faz com que estes objetos tão familiares processem com eficácia os comandos que eu aciono. Eis que durante alguma operação surge na tela uma mensagem indicando “erro fatal”. Experimento uma espécie de choque diante de uma realidade outra, que não me é familiar, nem rotineira. Terei que entrar no problemático mundo dos programas de computador para resolver essa dificuldade, ou chamar algum especialista no assunto.

Também poderei interessar-me em leituras sobre Informática em momentos de lazer, por curiosidade ou passatempo. Posso, ainda, fazer um curso de computação a fim de ampliar os conhecimentos sobre a minha ferramenta de trabalho e evitar o pânico diante de possíveis dificuldades no meu dia a dia. Nesses casos todos, estou voltando a atenção para zonas mais distantes do meu mundo doméstico e incorporando o conhecimento adquirido nessas zonas ao que me é familiar e próximo. “Quando isso acontece, a realidade da vida cotidiana procura integrar o setor problemático dentro daquilo que já é não-problemático”. (op. cit., p. 42).

Os diferentes níveis de realidade distantes do “aqui e agora” aparecem como campos finitos de significação, marcados por modos de experiência limitados. Exemplos extremos são os *détours* (estado de alteração da consciência) causados pelos sonhos, pela estética da arte e pelo transe

religioso. Essas experiências provocam fortes estados de tensão. São “traduzidas” para a realidade suprema das zonas mais próximas pela linguagem fundamentada na vida cotidiana, ordenando a corrente da consciência. Com o suporte da linguagem do cotidiano, a realidade envolve esses campos por todos os lados “e a consciência sempre retorna à realidade dominante como se voltasse de uma excursão”, (op. cit., p. 43) ordenando o meu “aqui e agora” de forma coerente e segura.

Outra característica importante do mundo da vida cotidiana é a sua intersubjetividade. Nas palavras de Berger e Luckmann:

O que tem a maior importância é que eu sei que há uma contínua correspondência entre *meus* significados e *seus* significados neste mundo que partilhamos em comum, no que respeita à realidade dele. A atitude natural é a atitude da consciência do senso comum precisamente porque se refere a um mundo que é comum a muitos homens. O conhecimento do senso comum é o conhecimento que eu compartilho com os outros nas rotinas normais, evidentes da vida cotidiana.(op. cit., p. 40).

Esse mundo compartilhado é apreendido com maior eficácia na situação face a face, em que o “aqui e agora” de cada um se comunicam continuamente, organizando-se através do intercâmbio de expressividades. Nessa situação, a subjetividade de um e de outro é acessível e compartilhada mediante uma gama máxima de sintomas de expressividade facilmente aceitos como reais.

A situação face a face com o outro se processa no campo das tipificações mais ou menos anônimas, conforme sua proximidade e pertinência com a zona de interesse mais próxima do indivíduo. Berger e

Luckmann vêem a estrutura social como a soma das tipificações e dos padrões recorrentes de interação estabelecida por meio deles, sendo o mundo social apreendido através das tipificações de coisas e de pessoas e de suas ações mais ou menos padronizadas.

As tipificações organizam a consciência no tempo e no espaço. Tipifico o jornal que leio todas as manhãs como imparcial ou tendencioso; o economista do caderno de negócios como alguém que entende do assunto melhor do que eu ou que só fala o óbvio; os personagens da coluna social como pessoas fúteis ou interessantes; os professores da instituição universitária da minha cidade como especialistas que fazem reflexões mais ou menos complexas sobre as questões colocadas pelo repórter, que também tipifico em diferentes graus de competência. Tipifico o jornalista como um trabalhador comum, pobre, cuja principal importância para mim é nunca deixar faltar o jornal todas as manhãs - um grau de tipificação bastante neutro e destituído de conteúdo em relação à tipificação que faço do meu chefe, com o qual, na qualidade de sua assessora de Comunicação, costumo discutir os principais fatos da semana publicados pela mídia impressa.

O anonimato das tipificações não as afasta da minha realidade. Contudo, faz com que sejam processadas de maneira subjetivamente diferente em relação àquelas com as quais tenho uma relação pessoal, portanto mais significativa. É o grau de interesse que determina o caráter individual, pessoal, afetivo e íntimo das tipificações que faço, conferindo significado à minha existência.

A realidade da vida cotidiana é, portanto, repleta de objetivações resultantes da expressividade humana. Essa expressividade ocorre com maior

eficácia através do sistema de produção de sinais. O principal sistema de produção de sinais da sociedade é a linguagem. Sua peculiaridade e riqueza residem na possibilidade de se destacar da subjetividade do “aqui e agora”, transcendendo a situação face a face. É o que faz o repórter, por exemplo, ao chegar na redação e preparar a matéria com base na experiência face a face produzida na conversa com o professor da Uniso. Ao objetivar as experiências da vida cotidiana, onde encontra sua referência primária, a linguagem cristaliza e estabiliza subjetividades, tornando-as mais reais tanto para mim quanto para o meu interlocutor. “Encontro a linguagem como uma facticidade externa a mim, exercendo efeitos coercitivos sobre mim. A linguagem força-me a entrar em seus padrões”. (op. cit., p. 58).

Cristalizando subjetividades e forçando o estabelecimento de padrões, a linguagem tipifica não apenas coisas e pessoas, mas também experiências que se tornam socialmente significativas e ao mesmo tempo anônimas. Se um vestibulando recusa um convite para participar de uma trilha ecológica na Floresta Amazônica sob a alegação de que está em fase de provas, ele é socialmente tipificado como “vestibulando em provas”, o que dispensa maiores explicações sobre sua impossibilidade de aceitar o convite. Qualquer estudante na mesma situação (anonimato) assumiria igual postura (tipificação). Essa capacidade da linguagem de transcender o “aqui e agora” da subjetividade humana cria pontes de significação que ordenam a consciência, integrando as suas diferentes zonas de conhecimento de forma coerente e estável.

A linguagem também é capaz de se desprender do “aqui e agora” e alcançar campos delimitados de outras realidades (culturais, científicas,

filosóficas, estéticas), integrando-as na ordem da vida cotidiana, ou de elevar-se a esferas inacessíveis à experiência cotidiana (nos sonhos) dotando-lhes de sentido para o mundo doméstico presente. Tudo isso, segundo Berger e Luckmann, a linguagem o faz por meio da criação de “campos semânticos ou zonas de significação lingüisticamente circunscritas” (op. cit., p. 61), nas quais a experiência social é ordenada e selecionada, acumulando corpos de conhecimento.

Vivo no mundo do senso comum da vida cotidiana equipado com corpos específicos de conhecimento. Mais ainda, sei que outros partilham, ao menos em parte, deste conhecimento, e eles sabem que eu sei disso. Minha interação com os outros na vida cotidiana é por conseguinte constantemente afetada por nossa participação comum no acervo social disponível do conhecimento. (op. cit., p. 62).

Na vida cotidiana, os saberes limitados aos desempenhos práticos e imediatos ocupam um lugar de destaque no acervo do conhecimento. Berger e Luckmann denominam esses saberes como “conhecimento receitado”. Trata-se do conhecimento necessário para dirigir um automóvel sem que isso implique o domínio da tecnologia automobilística, ou para utilizar um telefone sem nada saber sobre telefonia. Nas relações humanas, o conhecimento receitado permite situar os indivíduos e “manejá-los” de maneira socialmente adequada. A presença dos motivos pragmáticos no desempenho das atividades da vida cotidiana tende a delimitar a atenção do indivíduo no conhecimento receitado e assim mantê-la, na medida em que os problemas possam ser resolvidos dessa maneira.

Ao mesmo tempo em que o conhecimento receitado lança uma luz em certas zonas de realidade, outras, ainda que próximas, permanecem obscuras. Não posso apreender todo o contexto que faz com que a eletricidade necessária para operar o computador esteja cada vez mais cara, assim como a conta telefônica e o combustível do meu carro. Menos ainda posso saber como o meu chefe utilizará no seu trabalho e na sua vida pessoal as conclusões das nossas discussões sobre o noticiário da semana.

O acervo do conhecimento social da realidade, embora compartilhado, não é, portanto, igualmente distribuído. Não conheço tudo o que é conhecido por pessoas próximas e vice-versa, nem tudo o que faz parte da minha rotina. Segundo Berger e Luckmann, "O conhecimento do modo como o estoque disponível do conhecimento é distribuído, pelo menos em suas linhas gerais, é um importante elemento desse próprio estoque de conhecimento" (op. cit., p. 68). Daí a importância, em sociedade, de saber a quem recorrer para obter determinados tipos de conhecimentos.

Os conhecimentos adquiridos na vida cotidiana possibilitam a formação de uma gama imensa e variada de hábitos. Por meio deles, o homem acumula ganhos psicológicos que faltam ao seu equipamento biológico, libertando energias que podem ser necessárias para situações problemáticas, transcendendo os saberes cotidianos do "aqui e agora" quando necessário ou desejado.

Outro importante conceito desenvolvido pelos autores é a institucionalização. Trata-se da tipificação recíproca de ações habituais por tipos de atores determinados. A institucionalização implica historicidade e controle social compartilhados por atores socialmente tipificados.

A esse respeito, Berger e Luckmann argumentam que:

As instituições, como facticidades históricas e objetivas, defrontam-se com o indivíduo na qualidade de fatos inegáveis. As instituições estão *af*, exteriores a ele, persistentes em sua realidade, queira ou não. Não pode desejar que não existam. Resistem a suas tentativas de alterá-las ou de evadir-se delas. Têm um poder coercitivo sobre ele, tanto por si mesmas, pela pura força de sua facticidade, quanto pelos mecanismos de controle geralmente ligados às mais importantes delas. A realidade objetiva das instituições não fica diminuída se o indivíduo não compreende sua finalidade ou seu mundo de operação. Pode achar incompreensíveis grandes setores do mundo social, talvez opressivos em sua opacidade, mas não pode deixar de considerá-los reais (op. cit., p. 86).

Por mais exterior e factível que a objetividade das instituições se apresente ao indivíduo, sua produção é fruto dele. Seu caráter de objetividade é a objetivação enquanto atividade humana manifesta em cada instituição particular. Dessa forma, o homem e o mundo produzido por ele atuam um sobre o outro de maneira recíproca. “O produto reage sobre o produtor. A exteriorização e a objetivação são momentos e um processo dialético contínuo” (op. cit, p. 87). A dialética do mundo social se concretiza pela transmissão desse mundo a novas gerações. Essa transmissão do mundo social ocorre através da explicação e justificação das instituições. Isso resulta na legitimação. A legitimação das instituições confere consistência à realidade, que deve ser interpretada às novas gerações, pois seu caráter é histórico, não biográfico. “Segue-se que a ordem institucional em expansão cria um correspondente manto de legitimações, que estende sobre si uma cobertura protetora de interpretações cognoscitivas e normativas” (op. cit., p. 88).

Berger e Luckmann salientam que a lógica das instituições não reside

nas suas funções externas, mas na maneira pela qual a sociedade se ocupa delas, refletindo sobre elas e transmitindo-as às novas gerações através da linguagem e, dessa forma, integrando-as ao acervo socialmente disponível do conhecimento como ordem institucional natural e certa. As novas gerações internalizam o conhecimento primário relativo à ordem institucional através de um complexo conjunto de máximas, princípios morais, mitos e crenças que constituem o conhecimento de receita sobre as regras de conduta institucionalmente adequadas. Desvios do conhecimento tido como “corpo de verdades universalmente válidas sobre a realidade” (op. cit., p. 93) implica classificação do indivíduo como imoral ou ignorante - distinções que implicam conseqüências mais ou menos pré-determinadas para o seu enquadramento na sociedade e que representam um *status* cognoscitivo inferior no mundo social.

O conhecimento, em sociedade, é extensivo ao cognoscível, à medida que fornece a estrutura pela qual tudo o que não é conhecido poderá vir a ser no curso da socialização, servindo de mediação na interiorização pela consciência individual. Através da linguagem, o conhecimento programa ações, ordena-as, coordena o uso de objetos relativos a ações específicas, “maneja” tipos de indivíduos em sociedade, objetivando e criando uma realidade dotada de sentido.

O exercício do Magistério, por exemplo, pode englobar uma complexa gama de instrumentos e de procedimentos específicos para finalidades específicas relativas à Educação. Há todo um vocabulário fundamentado na linguagem que nomeia os diferentes tipos de ensino (básico, fundamental, técnico, científico, de especialização, de graduação, de pós-graduação, à

distância, de reciclagem) , bem como os aparatos específicos (que vão do giz ao computador) e um receituário de etapas de procedimentos para o professor ministrar sua aula com eficiência. Isso significa que a prática do Magistério, assim como vários ramos das atividades sociais e profissionais, possui todo um corpo de conhecimento socialmente disponível, estruturado por terminologia específica, que o institucionaliza, controlando e cristalizando tal atividade no tempo e na consciência das pessoas. A atividade de dar aulas objetiva-se nesse conhecimento institucionalizado, que serve de parâmetro para novas gerações de professores. O mesmo corpo de conhecimento empregado para ensinar também serve para descrever os métodos de ensino. Apreendido como verdade, esse conhecimento interioriza-se como realidade subjetiva, configurando o indivíduo e produzindo um tipo específico de indivíduo (o professor) e de atividade (a aula) socialmente reconhecidos como tais. Portanto, o conhecimento relativo à prática do Magistério cria uma realidade no duplo sentido: no de apreender a realidade social objetivada e no de reproduzir continuamente essa realidade.

A base e o instrumento do acervo do conhecimento é a linguagem. Através da linguagem, a experiência é objetivada, transformando-se em objeto de conhecimento aproveitável por todos. Na comunicação lingüística em sociedade, os indivíduos acessam, transmitem e partilham o conhecimento, abstraindo das experiências o que é factual, individual e biográfico. Berger e Luckmann salientam que apenas uma pequena parte das experiências são retidas na consciência e assim sedimentadas, consolidando-se como lembrança. Partilhados, esses conhecimentos se tornam um depósito de um grande conjunto de sedimentações coletivas e intersubjetivas. Isso permite a

um professor identificar outro professor, bem como avaliar suas habilidades, grau de experiência e o tipo de técnicas e metodologia que pratica. Da mesma forma, possibilita identificar os que não são professores e, a estes, reconhecer aqueles que se dedicam ao Magistério.

Os atores sociais tipificados como professor, jornalista, repórter e chefe são apreendidos não como indivíduos, mas como tipos que desempenham papéis sociais que formam a ordem institucional. Esses papéis legitimam as condutas incorporadas à experiência do indivíduo. O mundo torna-se subjetivamente real através da interiorização desses papéis que, padronizados, tornam-se acessíveis e reconhecidos pela coletividade, reforçando o processo de legitimação.

Cada papel compõe um setor específico do acervo do conhecimento possuído pela sociedade, representando uma ordem social institucionalizada e aceita como real e dotada de sentido. Mas alguns papéis representam essa ordem mais do que outros, corporificando uma importância fundamental e estratégica para a coletividade. São papéis inseridos nos segmentos políticos e religiosos, de caráter simbólico, reforçadores, integradores e legitimadores de instituições. Atuam mais profundamente na consciência das coletividades na medida em que criam um sentido único e coeso entre as instituições sociais.

A necessidade de acúmulo de conhecimento leva a sociedade a se organizar de maneira tal que alguns indivíduos venham a se concentrar em suas especialidades. Conforme nos ensina o marxismo, isso só é possível numa sociedade marcada pela divisão do trabalho e pelo conseqüente acesso a um excedente econômico típico das sociedades industrializadas. Essa

divisão do trabalho possibilita a especialização e segmentação do conhecimento destacado do “aqui e agora”, ou seja, das zonas mais próximas da realidade, funcionando como elementos reforçadores da ordem institucional.

Por outro lado, a concreticidade das instituições não assegura sua perenidade. Ações institucionalizadas são reversíveis, podendo ocorrer a desinstitucionalização em vários níveis e segmentos da vida social. A fragilidade da manutenção das instituições pode ocorrer por dificuldades subjetivas encontradas pelo indivíduo na interiorização de significados a respeito dos quais existe um consenso social. Pode existir um universo de significação que dê sentido a um segmento da sociedade, como o dos formuladores de teorias sobre a relação entre o homem e a vida dos animais aquáticos, mas esse universo pode ser totalmente estranho aos pescadores, não obstante possa ser explicado a eles.

Essa segmentação institucional, resultante de aprofundamentos na especialização dos papéis, possibilita o surgimento de sub-universos de significação estratificados, criando corpos de conhecimentos distantes do acervo comum. “Como todos os edifícios sociais de significação, os sub-universos devem ser ‘transportados’ por uma coletividade particular, isto é, pelo grupo que produz continuamente os significados em questão e dentro do qual estes significados têm realidade objetiva.” (op. cit., p. 118)

A multiplicidade de perspectivas inerente à existência de sub-universos torna dificultoso o estabelecimento de um edifício simbólico estável para toda a sociedade. Cada perspectiva encontrará base nos interesses do grupo social que a produz e sustenta. Não obstante, é possível desprender-se de

interesses e atingir alto grau de autonomia, sobretudo no campo científico de significação. Quando um corpo de conhecimento atinge um alto grau de autonomia dos sub-universos, exerce poder de transformação sobre a coletividade que o produziu. Segundo Berger e Luckmann, a distância entre o conhecimento e a sua origem existencial “depende de um considerável número de variáveis históricas” (op. cit., p. 120). O que importa para os autores e, conseqüentemente, para os objetivos deste trabalho, é que “a relação entre o conhecimento e sua base social é dialética, isto é, o conhecimento é um produto social e o conhecimento é um fator na transformação social” (op. cit., p. 120).

Dois conceitos com os quais os dois autores trabalham e que julgo importante para entender o papel da fala do professor da Uniso na construção social do conhecimento da realidade são relativos ao processo de legitimação de “primeira ordem” e de “segunda ordem”. Numa “primeira ordem”, as instituições são legitimadas enquanto fator que faz parte da biografia das pessoas, de uma tradição conhecida e inserida na história presente. Ao ser transmitida para as novas gerações, a ordem institucional, agora não biográfica, passa a ser um processo de “segunda ordem”. Deve ser tornada objetivamente acessível e subjetivamente plausível, deixando claro o que está “por trás” dessa ordem. Isso implica necessidade de explicar e justificar a ordem institucional, conferindo a ela sentido cognoscitivo e normativo aos seus significados objetivados.

O processo de legitimação, segundo Berger e Luckmann, ocorre em quatro níveis diferentes:

1 - legitimação incipiente: acontece assim que um sistema de objetivações lingüísticas da experiência humana é transmitida. Por exemplo, a palavra “chefe” designa a relação de hierarquia no ambiente de trabalho e frases como “ordens do chefe” justificam a postura esperada e “normatizada” dentro dessa ordem institucional;

2 - o segundo nível de legitimação traz esquemas pragmáticos relacionados a ações concretas do cotidiano, normatizando significações objetivas. Esses esquemas se expressam em provérbios populares, lendas e máximas como “ouça sempre o seu chefe antes de tomar qualquer decisão” ou “silêncio, chefe pensando”;

3 - o terceiro nível incorpora teorias explícitas desenvolvidas e transmitidas por legitimadores especializados. Sua formulação pode estar destacada do cotidiano, formando um corpo diferenciado de conhecimentos que, no caso do “chefe”, oferecem quadros de referência amplos que explicam, justificam e normatizam a conduta institucionalizada sobre a relação entre os cargos subalternos e os de chefia para a manutenção da ordem institucional;

4 - O quarto nível alcança o grau máximo de distância da experiência pragmática. Nele encontra-se o universo simbólico dos sonhos e das fantasias, refletindo realidades destacadas do cotidiano, mas que se integram nele, interagindo. É a matriz de todos os significados socialmente objetivados e subjetivamente reais. Sua capacidade de atribuição de significações

transcende a vida social “de modo que o indivíduo pode ‘localizar-se’ nele, mesmo em suas mais solitárias experiências” (op. cit., p. 132). Aqui, o nível de legitimação da ordem institucional atinge seu grau máximo de integração, de interiorização e de atribuição de significados. Fica assim instituída a “localização’ de dentro de um quadro de referência cosmológico e antropológico” (op. cit., p. 133) que legitima de forma suprema as atitudes “corretas” entre, por exemplo, líderes religiosos e crentes, chefes e empregados, superiores e subalternos, por meio de noções normativas de “lealdade”, “fidelidade”, “respeito”, “obediência”. Transgredi-las representa grave desvio, passível de aplicação de sanções pré-estabelecidas aos traidores como praticantes de ofensas contra a ordem e a natureza das coisas universalmente instituídas e dotadas de atribuições divinas.

O universo simbólico ordena a experiência biográfica, dotando-a de sentido em diferentes esferas da realidade. Assim, um empregado incorpora o seu papel atribuindo a ele significados que sugerem noções de dedicação, aplicação, produtividade e eficiência, que o “situam” dentro da ordem institucional pré-estabelecida entre patrões e empregados. Em outras esferas da realidade cotidiana, como na doméstica e religiosa, esse trabalhador pode conceber a si atribuições sagradas, como a de um pai protetor provedor da família e, na igreja, de fiel obediente e seguidor de dogmas. Dessa forma, os universos simbólicos constituem corpos de tradição teórica, abrangendo e integrando uma totalidade simbólica que organiza a história biográfica num quadro de referência global, dotando-a de significados que transcendem a experiência pragmática.

O universo simbólico também integra as situações marginais dos sonhos e fantasias à realidade do dia a dia, dotando as experiências marginais de sentido, seja através da psicologia ou da explicação dos sonhos. Essa explicação tem a função de “resolver”, através da linguagem, o problema do choque provocado pela transição das diferentes realidades (a pragmática e a marginal).

Para Berger e Luckmann:

Áreas de significação que de outro modo permaneceriam como enclaves ininteligíveis dentro da realidade da vida cotidiana são assim ordenadas em termos de uma hierarquia de realidades, tornando-se *ipso facto* inteligíveis e menos aterrorizantes. Esta interação das realidades de situações marginais na realidade predominante da vida cotidiana tem grande importância porque estas situações constituem a mais aguda ameaça à existência naturalmente aceita e rotinizada na sociedade. Se concebermos esta segunda existência como o 'lado diurno' da vida humana, então as situações marginais constituem o "lado noturno", que se conserva escondido agourentamente na periferia da consciência cotidiana. Justamente porque o "lado noturno" tem sua própria realidade, muitas vezes de natureza sinistra, é uma constante ameaça à realidade "sadia", natural, material da vida na sociedade. (...). Estes pensamentos de loucura e terror são contidos pela ordenação de todas as realidades concebidas dentro do mesmo universo simbólico, que abrange a realidade da vida diária, a saber ordenando-os de tal maneira que esta última realidade conserva sua dominante e definitiva qualidade..." (op. cit., p. 134).

Assim como incorporamos ao aqui e agora os conhecimentos que vamos buscar em zonas mais distantes, estabelecendo a primazia da realidade rotinizada em nossa biografia, também trazemos toda a gama dos elementos do universo simbólico para a nossa vida diária. Ficam assim instituídos os papéis tipificados através de normas de conduta por todos conhecida e para todos dotada de sentido, num universo simbólico comum e

compartilhado em sociedade. Esse processo outorga poder normativo e legitimador à ordem institucional, integrando significados discrepantes à vida cotidiana.

Berger e Luckmann salientam que a ordem institucional, assim como a ordem da biografia individual, está permanentemente ameaçada por realidades destituídas de sentido. No caso da realidade individual, a ameaça reside nas realidades marginais “supra-realistas” dos sonhos e fantasias, e aqui eu acrescento, também, dos loucos e inconfessáveis desejos. Essa realidade marginal fragiliza a apreensão de si como possuidor de uma identidade estável e definida, socialmente reconhecida e aceita por todos. Por outro lado, o estabelecimento de papéis e a integração deles numa ordem institucional maior dão poder de supremacia à realidade dominante, integrando a ela as realidades ameaçadoras. Essa afirmação da identidade individual se concretiza nos ritos de passagem que legitimam cada fase da vida. Esses ritos marcam e organizam a história biográfica em fases socialmente estabelecidas dentro do universo simbólico. Tem-se a impressão de se estar vivendo da maneira correta, seguindo a ordem natural das coisas e do que é esperado por todos. Assim, nascer, casar, ter filhos, aposentar-se, ter netos, é participar de coordenadas últimas que ordenam a vida em fases biográficas, integradas por um universo simbólico. A vida acadêmica, com o acesso do calouro à universidade, obedecendo a uma cronologia marcada por trotes e brincadeiras de boas-vindas, das aulas magnas ou inaugurais, e encerrada na cerimônia de formatura, dota de significado toda uma importante fase da biografia do indivíduo, afastando-o, dessa forma, do caos da solidão das suas experiências marginais desconcertantes e ameaçadoras.

Já a ameaça à ordem institucional se faz presente toda vez que algum acontecimento abala a sua força legitimadora. A repentina morte de um presidente, por exemplo, é, não raro, seguida de uma imediata avalanche de informações que reorganizam o acervo do conhecimento social dessa nova realidade. Sons, falas e gestos ganham formas de rituais e solenidades repletas de símbolos e de formalismos que reafirmam e protegem a realidade contra o caos. Esses rituais organizam a passagem de uma realidade a outra, mitigando o choque causado pela realidade não rotinizada. O novo fato e toda uma série de conseqüências relacionadas a ele são inseridos no cotidiano, aplacando a sensação de ruptura e de pânico. O presidente morreu e isso aconteceu de forma repentina. Mas há todo um referencial de procedimentos simbólicos socialmente conhecidos, aceitos e compartilhados, que enquadram e incorporam aquela realidade dentro do mundo doméstico presente, colocando todas as coisas nos seus devidos lugares.

Para Berger e Luckmann, o universo simbólico, enquanto construção cognoscitiva, é um universo teórico, podendo, por isso, ser explicado, tornado conhecido. Origina-se por um processo de reflexão subjetiva seguido da objetivação social. Mas aqui os autores traçam um paralelo entre as instituições e o universo simbólico. Assim como as instituições podem ser aceitas sem maiores explicações, impondo-se pela sua própria facticidade, também o universo simbólico pode ser vivido ingenuamente, de maneira pré-teórica, sendo essa a forma mais comum de apreendê-lo no dia à dia. A legitimação de ambos torna-se necessária toda vez que surge um problema. A partir de então, é preciso desenvolver mecanismos conceituais de conservação da realidade. Isso pode exigir requintados processos de

legitimação através de teorização do problema e de interpretação dos elementos edificadores do universo simbólico. "Tornam-se necessários procedimentos específicos de manutenção do universo quando o universo simbólico tornou-se um *problema*. Enquanto isso não acontece, o universo simbólico mantém-se por si mesmo, isto é, legitima-se a si mesmo pela pura facticidade de sua existência objetiva na sociedade em questão." (op. cit., p. 144).

Os mecanismos conceituais de legitimação são, eles mesmos, produtos sociais. O processo de legitimação do universo simbólico requer normatização e conceitualização cognoscitivas de elementos já presentes na sociedade, mas de forma latente, assintomática e pré-teórica. A legitimação depende do poder de convencimento e persuasão de grupos teóricos na localização do problema e interpretação da realidade através de processos teóricos em graus mais elevados de conceitualização da realidade. Os argumentos de Berger e Luckmann nos levam a concluir que a legitimação do universo simbólico força a extrapolar o conhecimento do senso comum, lançando mão de procedimentos operatórios cognoscitivos elevados localizados nas zonas mais distantes da realidade imediata. Restringir-se às definições "oficiais" e prontas da realidade, portanto, é abrir mão da possibilidade de circunscrever o problema, de não alcançar a plausibilidade necessária ao processo de legitimação e deixar de extrair dessa realidade os elementos que dão sentido às coisas.

Os processos de manutenção e de conservação do universo simbólico abrangem dois mecanismos de controle: o de terapêutica e o de aniquilação, que podem se combinar em diferentes graus. O primeiro caracteriza-se pelo

uso da psicanálise, por rituais de exorcismo e por um corpo teórico que busca enquadrar os dissidentes dentro da realidade tida como “certa”. O segundo, que considero mais importante para a finalidade deste trabalho, procura neutralizar conceitualmente todas as realidades dissidentes, atribuindo a elas um peso ontológico inferior, que não deve ser levado a sério e que, por carecer de bases sólidas e de plausibilidade, não serve para explicar o sentido das coisas. Numa situação extrema, é comum o uso da técnica de desqualificação do grupo defensor da realidade dissidente, como pessoas estranhas, “exóticas”, que não sabem o que dizem ou que estão vivendo na ilusão de uma frágil realidade. São os argumentos comumente utilizados por grupos religiosos em competição pela definição da realidade.

Como produto da ação humana, a manutenção do universo simbólico também implica disputa pela primazia da definição da realidade suprema (aquela sobre a qual, embora todos tenham um conhecimento a respeito, cabe a uns poucos teorizar). Aqui, grupos dissidentes de especialistas formam um sub-universo de intelectuais em disputa pelo monopólio dos peritos “definidores oficiais” da realidade, já socialmente reconhecidos. Estabelece-se o conflito de interesses entre, de um lado, os definidores da realidade via hábitos e tradições e, de outro, os pregadores de uma contra-definição dessa realidade.

Portanto, entender como as instituições se modificam numa sociedade pluralista significa ter em mente não apenas a resposta ao “o quê?” dessa realidade, mas ao “quem diz?” o quê. Com base na teoria marxista, Berger e Luckmann explicam que os intelectuais são produtos marginais resultantes do surgimento de formas mais complexas de conhecimento numa sociedade

pluralista, marcada pela divisão do trabalho e pelo excedente econômico típicos das sociedades industrializadas. Disputam a primazia pela definição suprema da realidade com grupos socialmente instituídos por peritos teóricos, sendo ambos os grupos possíveis por sua dedicação exclusiva à especialização do conhecimento. Desta disputa resultam as diferentes versões da realidade, a formação de grupos solidários e a perspectiva de flexibilização das instituições. Afinal, as definições da realidade têm poder auto-realizador. O exemplo mais extremo são as revoluções sociais. “Seja o que for que os peritos fizerem, a situação pluralista transforma não somente a posição social das definições tradicionais da realidade mas também o modo em que essas são sustentadas na consciência dos indivíduos” (op. cit., p. 168).

A socialização é compreendida por Berger e Luckmann como um processo dialético sempre em curso, através da exteriorização, objetivação e interiorização da realidade. Trata-se de um processo não linear, uma vez que o indivíduo participa dessa dialética enquanto exterioriza seu ser no mundo social e interioriza esse mundo como realidade objetiva. O indivíduo é induzido a participar dessa dialética ao longo das diferentes fases da sua vida no contato com o mundo exterior, mediatizado por pessoas cuja subjetividade ele interioriza através da interpretação imediata dos acontecimentos para ele dotados de sentido. A interiorização, portanto, pressupõe compreender subjetividades alheias. Quando existe perfeita congruência entre os meus significados subjetivos e os significados subjetivos de outra pessoa, e, ao mesmo tempo, o conhecimento recíproco dessa congruência, produz-se a significação. No cotidiano, esse conhecimento recíproco é fundado na

linguagem, sobretudo na comunicação face a face, mas também através de outras formas de comunicação, como na escrita.

Na vida em sociedade, a conversa é o principal veículo de conservação da realidade. Por seu intermédio, a linguagem realiza um mundo, objetivando-o, apreendendo-o e reproduzindo-o de maneira coerente. Por isso, a conversa possui uma força geradora de realidades subjetivas. A narrativa jornalística, sobretudo o gênero entrevista, mas também a reportagem, incorporam uma ampla gama de elementos de oralidade, encontrados na conversa casual e na fala do mundo doméstico. Reportagens são construídas tendo em vista as falas, produzidas em conversas, como consequência da interação entre o repórter e sua fonte ou fontes. O texto jornalístico, repleto do registro dessas falas por aspas ou por outros recursos gráficos, dentro de um estilo familiar e de uma narrativa marcada por termos do cotidiano, tem o poder de presentificar a realidade, dando materialidade ao fato e conferindo a ele várias colorações de subjetividade.

Os elementos típicos da conversa na narrativa jornalística aproximam fatos e personagens do noticiário ao mundo familiar, presentificando o momento, conferindo materialidade ao contexto e concreticidade ao real. Dada à presença dos elementos da conversa nos variados gêneros da narrativa jornalística, há alguns aspectos salientados por Berger e Luckmann sobre a conversa como força geradora da realidade que considero importante salientar. Entendo que esses aspectos são primordiais para compreender a importância do papel do professor da Uniso na construção social do conhecimento da realidade. Dessa forma, convém levar em conta que:

- o dia a dia das pessoas pode ser considerado em termos do

funcionamento de um aparelho de conversa que continuamente mantém, modifica e reconstrói a realidade subjetiva;

- a maior parte da conservação da realidade é implícita, pois ocorre tendo em vista a aceitação tácita de um mundo já tido como verdadeiro;

- a conversa do dia a dia possui um caráter casual na medida em que se refere a um mundo julgado verdadeiro - exemplo de conversa casual entre uma professora e uma diretora de escola : “Bom dia! Teremos reunião esta semana?”. “Bom dia! No mesmo dia e horário de sempre”;

- a quebra da casualidade na conversa do dia a dia implica uma ameaça para a realidade considerada verdadeira e conseqüente quebra de rotina - exemplo dentro do contexto da conversa anterior: “Bom dia! Teremos reunião esta semana?” - “Bom dia! Temos queixas de mães contra você”; ou, ainda: “Bom dia! Alguma tarefa nova hoje?” – “Bom dia! Seu marido morreu”.

- assim como a conversa mantém continuamente a realidade, também a modifica continuamente, abandonando ou enfraquecendo elementos de uma realidade já pouco dotada de significado e fortalecendo outros, novos, que vêm a se incorporar ao nosso dia a dia, reorganizando sentidos novos;

- diante do poder de objetivação da linguagem, a realidade subjetiva de uma coisa da qual nunca se fala torna-se vacilante. Por outro lado, a conversa traça contornos firmes e claros, dando consistência e materialidade irrefutável a questões apreendidas de maneira vaga e confusa, ficando o real no momento presente e dotando-o de significado e de materialidade histórica;

- a conversa é o foro social no qual o indivíduo toma conhecimento sobre suas próprias dúvidas, tornando-se consciente delas e correndo o risco e a aventura de expô-las num mundo considerado real;

- certas conversas podem adquirir uma condição especial por seu *locus* privilegiado e, por isso, carregar um grau mais elevado de legitimação que as sobrepõem às outras conversas no tocante à definição da realidade. É o caso das conversas que envolvem a figura de uma “autoridade”, como aquelas travadas com “especialistas” definidores de realidades, às quais atribui-se socialmente um alto grau de elementos cognoscitivos e normativos.

## CAPÍTULO 2

### **Análise da mídia - A construção social do conhecimento na fala de professores e professoras da Uniso**

Conforme salientei na Introdução, o *locus* privilegiado de pesquisa sobre o papel da fala de professores e professoras da Uniso na construção social do conhecimento da realidade concentra-se nas 86 peças jornalísticas da categoria **Comportamento/atualidades**, selecionadas de um universo de 7.059 peças publicadas nos cinco anos compreendidos entre 1<sup>o</sup> de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 1999. São reportagens e entrevistas em que o grande diferencial é a fala de professores e professoras definindo os contornos de uma realidade em processo de construção, de maneira a criar as situações de aprofundamentos possíveis da narrativa jornalística especificados por Medina e Leandro: contextualização, enraizamento histórico, discussão especializada e, em alguns casos, histórias humanas.

#### **2.1 Subcategoria Economia**

Com 23 peças jornalísticas, a subcategoria **Economia** é a que reúne o

maior registro de fala de professores dentro da categoria **Comportamento/atualidades**. Essa subcategoria abrange as falas de 9 professores de 4 disciplinas ou cursos: Geografia (1 peça) , Jornalismo (1), Comércio Exterior (1) Matemática (1) e Economia (21). Três docentes, denominados por suas iniciais (NL, GCA e MP), sendo todos do Curso de Economia, estão presentes em mais de uma peça jornalística, atuando de forma destacada enquanto definidores de realidades.

Ainda das 23 peças da subcategoria **Economia**, 9 estão relacionadas a medidas adotadas pelo governo federal que afetam diretamente as vidas das pessoas, como o Plano Real, reajuste fiscal, liberação do câmbio, reajuste do financiamento da casa própria e indicação de novo ministro. Outras três abordam mudanças na Economia geradas na esfera do poder público municipal: tratam do aumento da tarifa do transporte urbano e suas conseqüências diretas para o bolso do trabalhador e da família sorocabana. Em todas essas peças, os professores da Universidade foram solicitados pela mídia para falar sobre as conseqüências que tais fatos e medidas trariam para a vida das pessoas. Previsões sobre como estaria a Economia no país e no mundo no ano seguinte originaram 2 outras peças. Um professor também dá orientações sobre como gastar “racionalmente” o 13º salário, enquanto outro faz um cálculo matemático sobre as reduzidas chances do brasileiro acertar na loteria que, estando acumulada, deu origem à matéria.

Em 15 peças jornalísticas das 23 pertencentes à subcategoria **Economia**, os jornais se limitaram a ouvir apenas os docentes da Uniso, sem confrontar suas opiniões com as das de outros atores sociais, sendo que dois professores do Curso de Economia foram ouvidos em uma única peça. Nas 8

restantes, abriu-se espaço para opiniões de outros atores sociais, como líderes sindicais, empresários e pessoas ligadas à administração pública. Na confrontação com as opiniões e declarações dos demais atores sociais, evidenciou-se a supremacia aferida aos docentes da Universidade enquanto especialistas definidores de realidade, o que se evidenciou pela elaboração do título, pelo destaque dado ao seu nome, pelo maior espaço concedido a sua fala e pela diagramação privilegiada da foto.

Outro fator de destaque foi a maior frequência dos professores NL e CGA dentro dessa categoria. Ambos dominaram a subcategoria **Economia**, fazendo-se, cada um, presente em 7 das 23 peças. Isso significa que somente NL e CGA, somados, foram os professores entrevistados em 14 peças, portanto em mais da metade dessa subcategoria. Isso revela uma tendência do jornal no sentido de criar a figura do especialista “pai da matéria” - aquele que “sabe do assunto”, seja pelo conhecimento realmente acumulado, por questões de afinidade entre repórter e sua fonte, disponibilidade da fonte ou outro motivo.

Para maior entendimento sobre o conteúdo temático da subcategoria **Economia**, bem como da participação de cada docente, sua área de atuação dentro da Uniso e os tópicos por eles abordados, segue um quadro esquemático das 23 peças jornalísticas dessa subcategoria:

Tabela 4

**Comportamento/atualidades  
mapeamento da ocorrência de fala dos professores na mídia impressa - 1995 a 1999**

SUBCATEGORIA	ASSUNTO	PROFESSOR	ÁREA DE ATUAÇÃO
ECONOMIA	o desemprego em Sorocaba e no mundo como reflexo da globalização	PCS	Geografia
"	relação da lei de livre mercado com a locação de imóveis em Sorocaba	NL	Economia
"	perspectivas para o ano de 1998	NL	Economia
"	aumento das vendas do comércio de Sorocaba pós-Plano Real	NL	Economia
"	perspectivas econômicas diante do reajuste fiscal anunciado pelo Governo	NL	Economia
"	fatores que levam o mercado de Sorocaba a vender mais lucrando menos	NL	Economia
"	relação entre a concentração de empregos em serviços e a urbanização	NL	Economia
"	pequenas empresas de Sorocaba resistem à crise puxadas pelo comércio e serviços	NL	Economia
"	efeitos do aumento da tarifa de ônibus no salário da família sorocabana de baixa renda	GCA	Economia
"	impacto do reajuste da tarifa de ônibus acima da inflação na economia local	GCA	Economia
"	possíveis reflexos do reajuste da taxa de juros de financiamento de imóveis da CEF	GCA	Economia
"	efeitos do aumento da tarifa de ônibus no salário do sorocabano	GCA	Economia
"	novo ministro do governo FHC merece voto de confiança na opinião de economista	GCA	Economia
"	ficha de ônibus é aceita como moeda corrente pelo comércio de Sorocaba	GCA	Economia
"	prováveis consequências do ajuste fiscal do Governo	GCA/MP	Economia/Economia
"	o efeito da inadimplência na redução das taxas de juros	MP	Economia
"	dicas de como gastar racionalmente o 13º salário	MP	Economia
"	quebradeira de empresas como reflexo de mudanças na economia	MP	Economia
"	perspectivas econômicas para o Brasil em 1998	MACP	Economia
"	reflexos da redução da alíquota de IOF no aquecimento do comércio	FAL	Economia
"	contradições entre a ética e o capitalismo	JN	Jornalismo
"	prováveis efeitos imediatos do reajuste cambial para as importadoras	JLRV	Comércio Exterior
"	cálculo sobre as reduzidas chances do brasileiro acertar na loteria acumulada	SML	Matemática

23 peças jornalísticas sobre ECONOMIA em COMPORTAMENTO/ATUALIDADES, sobre as quais falaram 20 professores (as) de 4 áreas

Feita a análise quantitativa da subcategoria **Economia**, passo, a seguir, à análise do conteúdo da narrativa jornalística. Dentro do procedimento de delimitar o campo da pesquisa, selecionei 8, das 23 peças que integram a subcategoria **Economia**. Como critério de seleção, escolhi as peças que melhor atendem aos critérios de aprofundamentos possíveis compilados por Medina e Leandro.

Encontra-se anexada ao final de cada subseção, cópia, na íntegra, da peça jornalística analisada (Anexos 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8).

**a) Professor aprova indicação de novo ministro;**

No dia 7 de setembro de 1998, o então presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, decidiu alterar a composição do seu ministério, nomeando, para a pasta do Desenvolvimento, o economista Alcides Tápias. No dia seguinte, o Jornal Cruzeiro do Sul publicava matéria de destaque, com cinco fotos, na parte superior da página, repercutindo o assunto, encabeçado pelo título ***Economista destaca a competência de Tápias***. O sujeito do título refere-se a um “Economista”, cuja ação é destacar um fator positivo sobre o novo ministro: a sua competência. Todo o *lead*, ou primeiro parágrafo da matéria, reproduz, embora não textualmente, a opinião do economista ao qual o título se refere:

*Um voto de confiança tem que ser dado ao novo ministro do Desenvolvimento, Alcides Tápias, por ele ter demonstrado competência na sua trajetória empresarial e por conhecer os setores produtivo e financeiro, já que dirigiu com sucesso a empreiteira Camargo Corrêa e foi vice-presidente do Bradesco. (Economista destaca a competência de Tápias, **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 8 set. 1999, Caderno C, p. 1).*

No segundo parágrafo, o repórter informa que o *lead* reflete a “reação” do professor GCA, da Uniso, sobre a indicação do novo ministro. O professor expressa familiaridade, em tom de aprovação, no tocante ao novo integrante da equipe ministerial do governo e seu currículo (competência em sua trajetória profissional, conhecimento dos setores produtivo e financeiro, direção bem sucedida da empreiteira e vice-presidência de instituição bancária). Dadas às qualidades salientadas pelo professor GCA, o nome de Alcides Tápias, até então distante da zona de conhecimento do sorocabano, passa a se incorporar à zona familiar como alguém merecedor de *um voto de confiança*. Apenas no terceiro parágrafo, inferior em número de linhas aos dois primeiros, o repórter introduz, de forma bastante sintética e agrupadamente, a opinião dos demais entrevistados, da seguinte forma:

**Outros** quatro sorocabanos foram ouvidos pelo *Cruzeiro do Sul* sobre a indicação de Tápias:...(grifo meu) (ibid.).

Entre esses *outros* sorocabanos, dois são os empresários de iniciais LAMA e FS, que aprovam o nome do novo ministro, e dois são os sindicalistas IBC e HC, que reprovam. Só a partir do quarto parágrafo é possível saber as razões pelas quais os empresários aprovam o nome de Tápias; e apenas a partir do quinto parágrafo são dadas as justificativas da reprovação por parte dos sindicalistas. O repórter introduz as opiniões dos definidores de realidades dentro de uma “escala social”, com base no suposto capital intelectual dos entrevistados, iniciando pelo professor da Uniso, seguido por dois empresários e dois sindicalistas, que são os *outros* da matéria, sem lugar no título, nem no *lead*. O repórter aglutinou todos no terceiro parágrafo para expor suas opiniões somente nos parágrafos seguintes, em contraste com o espaço nobre concedido ao docente da Uniso, tanto na abertura do título (*Economista*) quanto na abertura da matéria (*lead*).

O repórter preocupou-se em ouvir a opinião de dois empresários, de dois sindicalistas mas de apenas um economista, creditado na matéria como professor do Curso de Ciências Econômicas da Uniso. Também coube ao professor GCA o papel de sujeito do título. Somente a partir do terceiro parágrafo abriu-se espaço para os “*outros* quatro sorocabanos” emitirem suas opiniões, sendo dois de cada categoria profissional (empresários e sindicalistas, representando patrões e empregados, respectivamente), e em dose dupla, de maneira a contrapor o maior peso aferido ao professor da instituição universitária. A este, portanto, é conferido um grau mais elevado de legitimação no tocante à definição da realidade.

A supremacia do professor da Universidade de Sorocaba como ator social ao qual se atribui uma autoridade mais elevada enquanto definidor da

realidade também se evidencia pela diagramação das fotos. Dos cinco entrevistados, quatro tiveram suas fotos publicadas: o professor, os dois empresários e o sindicalista IBC. As quatro fotos foram diagramadas nas mesmas medidas, mas a do docente da Universidade de Sorocaba é a primeira à esquerda, situada no alto da página, mais próxima ao sujeito do título e ao corpo do texto - portanto, em espaço gráfico também privilegiado, porque mais facilmente percebido pelo olhar do leitor. Essas escolhas de título, colocação de fotos e abertura de texto, aparentemente aleatórias, expressam, na verdade, a forma como a redação administra opiniões conflitantes e antagônicas de diferentes segmentos da sociedade, atribuindo à opinião do professor da instituição acadêmica, um peso maior, que prevalece sobre as opiniões dos *outros* ouvidos na reportagem.

Enquanto as falas dos empresários destacam que Tápias “é um grande articulador, conhece o sistema financeiro, tem demonstrado grande capacidade de administração por onde tem passado” e que “tem o perfil adequado para essa missão”, a fala dissidente destaca fatores ligados ao que classificam como continuísmo:

*Ele (novo ministro) cai na mesma do Armínio Fraga (presidente do Banco Central), de querer agradar aos especuladores do mercado internacional”. Entende (o sindicalista) que Tápias não fará outra coisa a não ser seguir a “cartilha” do ministro da Fazenda: “Esse governo nada mais fez do que querer agradar banqueiros”. (ibid.).*

As divergências entre representantes de patrões e de empregados, marcadas por falas entre aspas tanto de uns quanto de outros na peça jornalística analisada, foram previamente acomodadas na abertura da matéria pelo depoimento do professor da Uniso. Este, além de abrir a reportagem, não teve, no *lead*, a sua fala marcada por aspas, o que apenas raras vezes ocorreu ao longo da narrativa jornalística. É como se o repórter incorporasse a opinião de GCA ao que pensa o próprio jornal. Afinal, em reportagens ou entrevistas, as aspas funcionam como recursos gráficos utilizados para diferenciar a fala do entrevistado dentro do texto jornalístico. O repórter utilizou aspas para marcar tanto as falas dos dois empresários quanto as dos dois sindicalistas. Mas parece ter se esquecido de se valer de tal recurso gráfico para marcar a quase totalidade das falas do professor da Uniso. A opinião de GCA, afinada com as dos empresários, prevaleceu na organização dos sentidos de uma realidade trazida às zonas mais próximas do cotidiano por atores sociais tipificados e legitimados em instituições dotadas de sentido para o leitor do jornal: a Universidade, os sindicatos e o setor empresarial.

# Economia

Inclui  
Exterior e  
Política



Cruzeiro do Sul - Sorocaba, quarta-feira, 08 de setembro de 1999

Caderno C - Página -1

Dois cinco sorocabanos ouvidos pelo "Cruzeiro do Sul", três (um economista e dois empresários) vêm com confiança a indicação do executivo Alcides Tápias para o Ministério do Desenvolvimento do governo FHC; dois sindicalistas, no entanto, não prevêem novidades

GRÁFICA  
**CRUZEIRO DO SUL**  
JORNAL / STANDARD / TABLÓIDE  
PAPEL JORNAL / OFF SET / 4X1  
**QUALIDADE**  
224-5160

## Economista destaca competência de Tápias

**Carlos Araújo**

Um voto de confiança tem que ser dado ao novo ministro do Desenvolvimento, Alcides Tápias, por ele ter demonstrado competência na sua trajetória empresarial e por conhecer os setores produtivo e financeiro, já que dirigiu com sucesso a empreiteira Camargo Corrêa e foi vice-presidente do Bradesco.

Essa foi a reação de Geraldo César Almeida, professor da curso de Ciências Econômicas da Universidade de Sorocaba (Uniso), à indicação de Tápias para o Ministério do Desenvolvimento, em substituição ao ministro Clóvis Carvalho, demitido pelo presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB) por ter feito críticas públicas ao ministro Pedro Malan (Fazenda).

Outros quatro sorocabanos foram ouvidos pelo **Cruzeiro do Sul** sobre a indicação de Tápias: os empresários Luis Antônio de Melo Awazu e Fernando Soranz aprovaram o nome do novo ministro, enquanto os sindicalistas Izídio de Brito Correia e Adalton dos Santos reprovaram.

**Empresários**

Awazu, que é secretário municipal de Governo, empresário e diretor titular adjunto de Infra-estrutura da Federação dos Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), acha que Tápias "é um grande articulador, conhece o sistema financeiro, tem demonstrado grande capacidade de administração por onde tem passado".

Awazu espera que essa capacidade de articulação possa trazer "um novo gás", que aponte para um projeto de desenvolvimento do Brasil. Um projeto que, na sua avaliação, combata medidas como redução da taxa de juros, revisão das políticas tributária e previdenciária, com as reformas previdenciária, tributária e administrativa que o País espera há anos.

Soranz, por sua vez, ressaltou que Alcides Tápias "tem um perfil de vencedor" e "tem características de uma pessoa muito competente". Outras qualidades: "Ele é paulista, identificada com as nossas aspirações, e conhece muito o setor de produção

que a economia vem atravessando". Lembrou a necessidade de o Brasil voltar a crescer rapidamente: "Me parece que ele (Tápias) tem o perfil adequado para essa missão".

**Sindicalistas**

Izídio, que é presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba, integra o Fórum de Desenvolvimento do Região e o Conselho Municipal de Desenvolvimento, disse que Tápias "está afinado" com a política econômica de FHC e Malan, e por isso nada vai mudar: "Está assumindo a mesma linha que vai tocar essa política".

Adalton, diretor da Central Única dos Trabalhadores (CUT) estadual e coordenador da sub-sede da CUT em Sorocaba, reforçou a reprovção a Tápias: "Ele (o novo ministro) cai na mesma do Armino Fraga (presidente do Banco Central), de querer agradar aos especuladores do mercado internacional". Entende que Tápias não fará outra coisa a não ser seguir a "cartilha" do ministro da Fazenda: "Esse governo nada mais fez do que querer agradar banqueiros".

**Banqueiros**

O debate entre desenvolvimentistas e monetaristas não empalga os entrevistados. Almeida chegou a dizer que é "melo bobagem" estabelecer essa discussão. Entre outros motivos porque, a seu ver, o debate é feito sobre uma obviedade: o País não consegue crescer (desenvolvimentistas) se não tiver estabilidade monetarista.

Soranz disse que não gosta desses rótulos. Awazu defendeu a prática do monetarista Malan de regular os gastos públicos para que não



**Geraldo César Almeida:**

*Tápias mostrou grande competência na sua trajetória empresarial*



**Luis Antônio Awazu:**

*Ele tem demonstrado grande capacidade de administração por onde tem passado*

**Fernando Soranz:**

*Ele tem o perfil de um vencedor e conhece os problemas por que passa a nossa economia*



**Izídio de Brito Correia**

*Ele está afinado com a política de FHC e Malan; esse governo só agrada aos banqueiros*



haja uma pressão sobre o aumento da taxa de juros.

"Sem dúvida nenhuma, o caminho é o desenvolvimento", completou Izídio. Na análise do sindicalista, a saída é a luta pelo desenvolvimento regionalizado, com cada região explorando suas potencialidades econômicas e o governo garantindo respaldo em políticas que beneficiem o País.

### Indústria de base dá apoio

A escolha do executivo Alcides Tápias para o Ministério do Desenvolvimento foi bem recebida pelo setor de Infra-estrutura. De acordo com o presidente da Associação Brasileira de Infra-estrutura e da Indústria de Base (Abidib), José Augusto Marques, "Tápias soma, foi uma escolha feliz, ele conhece bem o setor e sabe que o País precisa de uma nova fase de crescimento".

Com uma infra-estrutura eficiente, alerta Marques, o crescimento pode ser comprometido. Ele lembra das dificuldades da indústria e afirma que as reformas passam por reformas tributária, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e por financiamentos para a indústria.

**b) Previsões econômicas sobre o ano novo;**

A matéria intitulada *Como vai ser em 98?*, publicada no caderno Idéias e Negócios do Jornal Diário de Sorocaba, em 28 de dezembro de 1997, segue o gênero entrevista com coleta de opiniões de vários atores sociais. No caso, sobre como seria a economia no ano que estava para iniciar: 1998.

Três fotos estão distribuídas ao longo do texto em dimensões semelhantes. À esquerda, no meio da página, o professor da Uniso, NL, de Economia, ocupa praticamente todo o espaço da foto, de camisa social e gravata, olhando diretamente para a lente da câmera, tendo, abaixo, a legenda "PIB poderá crescer de 1,5% a 2%". Um pouco mais acima, à direita, segurando uma caneta, olhando para baixo, meio de lado, está o comerciante ALA, presidente da Câmara dos Diretores Lojistas de Sorocaba, e a legenda "15% de acréscimo em 96". Ao pé da página, fotografado de cima para baixo, dedos das mãos entrelaçados, olhar inexpressivo por trás dos óculos e fora do ângulo da lente do fotógrafo, o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos, RG, é acompanhado pela legenda "1997 foi um ano de incertezas e conquistas".

Das três legendas, somente a que segue a foto do professor da Uniso atende a proposta da matéria. A legenda da foto de ALA expressa sua opinião sobre como foi 1997. Era essa a intenção da legenda de RG, mas por erro foi digitado o ano de 1996. Destacado na foto, o professor da Uniso também destaca-se no texto da reportagem. É o primeiro a fazer projeções sobre o ano que está para iniciar, deixando seu depoimento no primeiro parágrafo da

reportagem:

*(...) caso não haja nenhuma catástrofe nas Bolsas de Valores internacionais nos próximos meses, a economia brasileira poderá crescer de 1,5% a 2% no próximo ano. (Como vai ser em 98?, **Diário de Sorocaba**, Sorocaba, 28 dez. 1997, Caderno Idéias e Negócios, p. 8).*

E, dada à elevada taxa de juros NL

*...afirma que a economia sofrerá uma perda mais acentuada no primeiro semestre de 1998. "Fatores negativos 'psicológicos' estão atingindo os consumidores sorocabanos. O setor que deverá ser o mais afetado é o de bens de consumo duráveis - indústrias de eletro-eletrônicos e automobilística". (ibid.).*

O jornal teve a preocupação de coletar opiniões de representantes de diversos setores da economia (Câmara dos Diretores Lojistas, Associação Comercial de Sorocaba, Sindicato dos Empregados no Comércio, Sindicato da Construção Civil, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Associação Paulista de Recursos Humanos, Sindicato dos Metalúrgicos, Sindicato do Comércio Varejista e Centro das Indústrias do Estado de São Paulo). Mas a

primeira fala foi a de NL.

Os representantes das diversas entidades limitaram-se a falar sobre a Economia no âmbito do setor por eles representado. Alguns se restringiram a avaliar o desempenho do setor de sua atuação ao longo do ano que terminava, evitando arriscar prognósticos referentes ao ano seguinte, propostos pela matéria. Já o professor da Uniso fez uma estimativa sobre a economia brasileira, que estaria imune à estagnação caso não houvesse catástrofe nas Bolsas de Valores internacionais nos meses seguintes, podendo crescer 1,5% a 2%. Inseguranças diante do período de transição ficam acomodadas, pois o único risco de estagnação e, portanto, de queda no consumo e de desemprego, só acontecerão em caso de catástrofe nas Bolsas de Valores internacionais. Fora essa remota hipótese, o crescimento está assegurado, garante o professor.

As perspectivas não são boas para o primeiro semestre, o que deixa a entender que o segundo semestre não será tão ruim assim. Os setores que mais sofrerão, segundo o professor da Uniso, são os de eletroeletrônico e da indústria automobilística. Asseguradas as perspectivas não catastróficas em termos de Economia brasileira, os depoimentos dos demais entrevistados ficam acomodados em uma realidade mais palpável e segura, dentro da normalidade de um país acostumado a conviver com crises e dificuldades de crescimento.

Mais uma vez, a mídia deu primazia à opinião do docente ligado à Universidade de Sorocaba. Duas mídias impressas (Cruzeiro do Sul e Diário de Sorocaba), e uma mesma postura: entre vários entrevistados, a primeira opinião dentro da narrativa é a do professor. No caso anterior, GCA, cuja fala

se confundia com a própria narrativa jornalística, mesclando-se a ela, acomodava o conflito de opiniões entre classes sociais antagônicas (a dos empresários e a dos sindicalistas). Neste, NL foi o único que se mostrou habilitado a cumprir a proposta da pauta: **Como será (a Economia) em 98?**, respondendo o que os demais definidores de realidades tatearam superficialmente.

Entendo que os entrevistados, aqui denominados de atores sociais por representarem segmentos da sociedade, atuam como agentes definidores de realidades, desempenhando papéis, pois são ligados a instituições ou a segmentos socialmente institucionalizados (universidades, governo, associações, empresas e sindicatos). Trazem, portanto, em suas falas e em seus pontos de vista, a visão da ordem institucional a que pertencem. Julgo necessária e enriquecedora, para efeito desta pesquisa, a contextualização das vozes da Universidade de Sorocaba quando elas ecoam em meio a outras vozes que tecem a história do presente na narrativa jornalística.

Nas duas reportagens até aqui analisadas, os professores da Uniso ocuparam espaço de destaque em relação aos demais entrevistados, refletindo a supremacia da instituição universitária sobre as demais instituições. A esse respeito, Berger e Luckmann afirmam que:

...é preciso grande cuidado ao fazer afirmações sobre a "lógica" das instituições. A lógica não reside nas instituições e em suas funções externas, mas na maneira em que estas são tratadas na reflexão que delas se ocupa. Dito de outra maneira, a consciência reflexiva impõe a qualidade de lógica à ordem institucional. (A Construção Social do Conhecimento, BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomaz, 1998, p. 91)

# Como vai ser em 98?

Talvez nem a mais eficiente bola do cristal seja capaz de antecipar a resposta a uma pergunta que por certo está na cabeça de empresários, empreendedores e trabalhadores: afinal, o que vai acontecer com a economia em 98? Para tentar montar um quadro sobre o que economistas e lideranças empresariais e sindicais pensam, a reportagem de *Idéias & Negócios* se pôs a campo e ouviu muitas previsões. Nem todos os que foram contatados quiseram manifestar sua opinião. Mas entre os que o fizeram, foi possível constatar que, se não há razões para a euforia excessiva, também não existem motivos para um pessimismo exagerado. Mas ninguém acredita que possa sair ileso ao aperto nos cintos. Na opinião do economista e consultor empresarial Nilson Leis, professor da UNISO, caso não haja nenhuma catástrofe nas Bolsas de Valores internacionais nos próximos meses, a economia brasileira poderá crescer de 1,5% a 2% no próximo ano. Segundo ele, a tendência é de que haja uma queda

gradual na taxa de juros, que poderá cair dos atuais 40% anuais para 30% a partir do segundo semestre de 1998. Leis afirma que a economia sofrerá uma perda mais acentuada no primeiro semestre de 1998. "Fatores negativos psicológicos" estão atingindo os consumi-

dores sorocabanos. O setor que deverá ser mais afetado é o de bens de consumo duráveis - indústrias de eletroeletrônicos e automobilística".

**COMÉRCIO** - O segundo semestre deverá ser mais buando para todos os setores da economia. Segundo o presidente da CDL (Câmara dos Dirigentes Lojistas) do Sorocaba, Antônio Luis de Almeida, estima-se que o comércio venderá menos itens de altos valores e mais produtos considerados de baixos valores. "As pessoas estão gastando menos. A tendência é de procura por mercadorias mais baratas. Hoje as lojas de preço único são sucesso absoluto entre a população compradora", afirma ele. Almeida afirma que a economia pode ganhar com o movimento das exportações. No entanto, "o mercado interno de consumo deve cair razoavelmente. De três anos para cá, o comércio vem registrando uma alta nas vendas, mas ao mesmo tempo não está arrecadando o esperado com elas. Com exceção de algumas lojas, que trabalham com mercadorias de

## Cenário é de recessão para o primeiro semestre, mas a partir de julho muitos esperam um aquecimento

preço único que, com as facilitações na importação, têm vendido uma grande quantidade de produtos a preços acessíveis à população em geral". Em 1997, segundo ele, o comércio deve registrar um acréscimo de 15% nas vendas em relação a 1996. "Venderam mais, mas arrecadou-se menos", sintetiza Almeida.

Segundo o presidente da Associação Comercial de Sorocaba, Paulo Raimundo Ribeiro dos Santos, a previsão para o final de 1997 não é uma das melhores. Este período de festa normalmente é comemorado pelos comerciantes, mas o ano de 97 está se apresentando como um dos piores desde a implantação do Plano Real. "Ainda mais com o pacote em vigência", Santos diz que 1997 será lembrado como o ano das vendas de pequenos artigos e produtos como CDs, vestuários básicos - camisas, calças, calçados, etc.

Analisando as perspectivas para 1998, a Associação Comercial estima que no primeiro semestre as vendas continuarão fracas. "A indústria será a maior prejudicada, pois está com estoques encalhados. Talvez esse quadro altere os preços atuais praticados pelas lojas de varejo. A indústria pode virar o jogo nos primeiros meses de 1998, pois com o excesso de material encalhado os preços tendem a diminuir", afirma Santos.

Para o presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio, João Batista Leite, 1998 será um ano de fechamento de pequenas e médias lojas do comércio varejista, "devido ao terremoto econômico ocasionado pelas atuais medidas do governo. O fechamento de empresas significa também mais desemprego para a categoria. Para o primeiro semestre do próximo ano estima-se a volta temporária da recessão", afirma Leite.

**CONSTRUÇÃO CIVIL** - Segundo o Sinduscon (Sindicato da Construção Civil), os primeiros dez meses de 1997 foram bons para

a construção civil. Estimava-se para o ano um crescimento de 6,9% do PIB do setor e um aumento de 5,6% no faturamento. Até o final de outubro, a construção civil paulista registrava aumento de 5% nos níveis de emprego. O CUB (Custo Unitário Básico, indicador que mede a variação dos custos do setor) variou 6,6% até o fim de novembro. Os materiais da construção aumentaram em 3,1%. Pesquisa feita entre os empresários do setor mostra que, para o próximo ano, 43,4% acreditam em estabilidade nos negócios, 28,3% em queda e o mesmo percentual em ligeiro crescimento. O presidente do Sinduscon, Sérgio Porto, diz que há

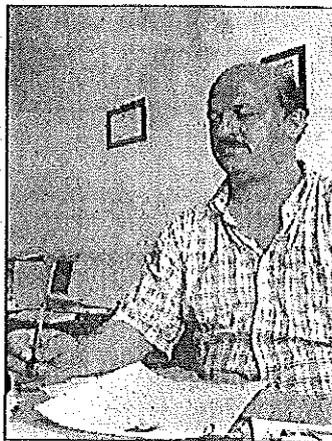
dois cenários para 1998. Um: se até junho os juros voltarem ao patamar anterior à crise, o setor deverá crescer 2%. Dois: caso os juros permaneçam elevados por mais tempo, deverá variar entre -2% e 0%. Porto aposta no primeiro cenário: "Nem o governo agüenta esses juros por muito mais tempo", diz, exemplificando com o fato de o ministro Pedro Malan ter anunciado uma redução das taxas de juros a partir do mês de janeiro de 98, aliviando num primeiro momento as expectativas aterradoras para o ano vindouro.

Em entrevista ao informativo do Sinduscon, Paulo Lévy, do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, IPEA, diz que é projetada uma tendência de perda de força das áreas de bens de consumo em favor de bens de capital e da construção. "As privatizações darão esse impulso", escreve ele.

**RECURSOS HUMANOS** - Em tempos de possível estagnação da

economia, a situação não é nada animadora para os assalariados, avalia o futuro presidente da APRH - Associação Paulista de Recursos Humanos - Nelson Benedito Pontes. "Em 1998, estima-se uma grande dificuldade na realocação de vagas perdidas em 1997. O pessoal está despreparado profissionalmente. Hoje os empresários estão requisitando empregados aptos para exercer qualquer função. A reengenharia das empresas exige dos trabalhadores a reciclagem profissional e a qualificação do mão-de-obra". Pontes segue dizendo que a "recessão vai pegar" nos primeiros quatro meses, desencadeando uma seqüência de problemática na economia das empresas, afetando diretamente os postos de trabalho".

Segundo Carlos Roberto de Gáspari, presidente do Sindicato dos

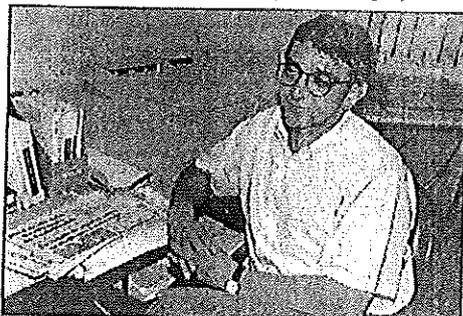


ALMEIDA (CDL), 15% de acréscimo em 98

Metalúrgicos de Sorocaba, os trabalhadores passaram por medo, incertezas e conquistas em 1997. Uma das conquistas foi a participação nos lucros de mais de seis mil metalúrgicos beneficiados com acordos junto às empresas. Juntos eles vão receber mais de R\$ 4 milhões. "Dinheiro esse que vai ser injetado na

economia da região, ajudando a diminuir o impacto local do pacote econômico", afirma Gáspari.

**INDÚSTRIA** - Para 1998, as expectativas de Izídio de Brito Correia, secretário geral do Sindicato dos Metalúrgicos, se resumem ao otimismo do surgimento de mais vagas para o mercado de trabalho. "Nós, sindicalistas, não queremos o pior. Pelo contrário. Não apostamos na crise. Queremos desenvolvimento, queremos mais empregos. Porém queremos também justiça, salários dignos, saúde, educação, habitação, para que os trabalhadores tenham, inclusive, condições de se tornar cada vez mais conscientes de seus direitos. Apesar desse desejo por um futuro melhor, não podemos nos enganar. O próximo ano não promete ser dos melhores. A tendência é o desemprego aumentar. Mesmo depois do pacote de novembro muitas empresas seguraram as demissões, preferiram conceder férias coletivas e aguardar. Aguardar, por exemplo, a redução dos juros e a retomada para produção", finaliza ele. O presidente do Ciesp, Ubiratan Zaccetti, foi procurado, mas sua assessoria afirmou que ele se encontra em férias e não informou o nome de nenhum diretor que pudesse opinar pela entidade. Paulo do Amaral, presidente do Sindicato do Comércio Varejista, também não foi encontrado.



GÁSARI: "1997 foi um ano de incertezas e conquistas"

**c) O ajuste econômico do Governo, na opinião do professor;**

Vinte e nove de outubro de 1998. No dia seguinte ao anúncio do Programa de Estabilidade Fiscal do Governo, feito pelo então ministro da Economia, o jornal *Cruzeiro do Sul* repercutiu o assunto publicando reportagem ***Ajuste preocupa economistas e sindicalistas***. De um lado, especialistas capazes de discorrer sobre o conhecimento situado nas zonas mais distantes do aqui e agora; de outro, representantes da classe trabalhadora que vivem, no momento presente da zona familiar de conhecimento, o dia a dia dos efeitos das medidas econômicas adotadas pelo governo. Podemos afirmar que o repórter foi bem sucedido em ouvir os dois lados da notícia.

“Preocupação” - esse o fator que ameaça a estabilidade do momento presente face ao anúncio do Pacote Econômico (como ficou popularmente conhecido o Programa de Estabilidade Fiscal do Governo) feito em cadeia nacional pela televisão no dia anterior e repercutido pelo jornal nas opiniões dos economistas e sindicalistas entrevistados, resumidas no título. Quem dá início à sustentação dessa idéia, no segundo parágrafo da matéria, é o docente da instituição universitária:

*O economista GCA, professor da Universidade de Sorocaba (Uniso) (...) não tem dúvidas em afirmar que o ajuste fiscal não resolverá o problema das contas públicas. (Ajuste preocupa economistas e sindicalistas, **Cruzeiro do Sul,***

Sorocaba, 29 out. 1998, Caderno A,  
p. 3).

Para o professor, o anúncio do ministro:

*é apenas uma forma do governo  
ganhar fôlego e pensar em medidas  
mais enérgicas que certamente  
virão e atingirão o bolso dos menos  
favorecidos. (ibid.).*

tais medidas, ainda segundo GCA:

*não dão esperança de abertura de  
empregos conjunturais, justamente  
aqueles que abrangem o setor  
privado. Ainda para o economista, o  
próximo Natal será o último respiro  
que o mercado terá antes de um  
período difícil para o próximo ano.  
(ibid.).*

Sem a utilização de aspas, mantendo a tendência de avaliar a opinião de CGA, o jornal prossegue na linha de raciocínio, desta vez marcando por aspas a fala de outro representante da instituição universitária, desta vez, o professor MP:

*Nem a promessa de moralizar a Previdência animou o economista MP, também professor da Uniso.*

*“O governo lutará com a desconfiança do FMI e de investidores estrangeiros. Juros altos por muito tempo não combinam com estabilidade”, afirmou M, para quem o governo atual está dando a “última cartada” com este reajuste fiscal. (ibid.).*

O Cruzeiro do Sul não se preocupou em questionar os professores sobre em quais bases teóricas eram fundamentadas as previsões. GCA simplesmente “não tem dúvidas em afirmar” que o reajuste fiscal não resolverá as contas públicas, enquanto MP prega que juros altos “não combinam” com estabilidade. Ser economista professor da Universidade de Sorocaba credencia os docentes a fazer prognósticos que, acertados ou não, dão os contornos de realidade ao cotidiano, ganhando reforço através dos depoimentos de quem vive na pele o dia a dia das conseqüências das medidas econômicas: a classe trabalhadora, na matéria, representada por líderes sindicais das categorias dos metalúrgicos e dos bancários.

# Ajuste preocupa economistas e sindicalistas

O Programa de Estabilidade Fiscal que o governo anunciou ontem e não "Pacote Econômico", como fez questão de defender o ministro da Fazenda Pedro Malan — é recessivo, vai aprofundar o desemprego, prejudicar ainda mais o setor produtivo e poderá atolar o Brasil numa crise jamais vivida antes, caso as taxas públicas não se ajustem e puxem os juros para baixo. A opinião é unânime entre economistas e sindicalistas de Sorocaba.

O economista Geraldo César de Almeida, professor da Universidade de Sorocaba (Uniso) assistiu à boa parte da entrevista de Malan e não tem dúvidas em afirmar que o ajuste fiscal não resolverá o problema das contas públicas. O anúncio de Malan, segundo Geraldo, é apenas uma forma do governo ganhar fôlego e pensar em medidas mais enérgicas que certamente virão e atingirão o bolso dos menos favorecidos.

Segundo o economista, as medidas anunciadas e que ainda terão que ser aprovadas pelo Congresso, não dão esperança de abertura de empregos conjunturais, justamente aqueles que abrangem o setor privado. Ainda para o economista, o próximo Natal será o último respiro que o mercado terá antes de um período

difícil para o próximo ano.

O Programa de Estabilidade Fiscal prevê a universalização da alíquota de contribuição previdenciária de 11% para os servidores públicos. Sabe-se que hoje a Previdência gasta R\$ 34,4 bilhões com pagamento de benefícios dos funcionáriosismo público, sendo que o mesmo não recolhe nem um terço dessa quantia. Com isso, quem paga a dívida é o cidadão comum. Nem a promessa de moralizar a Previdência animou o economista da Uniso.

"O governo lutará com a desconfiança do FMI e de investidores estrangeiros. Juros altos por muito tempo não combinam com estabilidade", afirmou Manuel, para quem o governo atual está dando a "última cartada" com este ajuste fiscal.

O programa que Malan anunciou prevê ainda a prorrogação da CPMF (Contribuição Provisória para Movimentação Financeira), com a elevação da alíquota para 0,38% em 1999. O presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Sorocaba e Região, Izídio de Brito Correa, afirmou que a saúde da população não melhorou com a CPMF, conforme era o prometido, e

mais um aumento desse imposto cobra em nome a credibilidade do governo. Izídio chegou a elogiar o governo de tentar equilibrar as contas da Previdência, mas disse que as propostas deveriam ser discutidas com toda a sociedade.

"Além disso, as reformas tributária e trabalhista já deveriam ter sido feitas há muito tempo, para que a produção fosse retomada", disse Brito. O sindicato possui em sua base 18,5 mil funcionários, mas já

teve 23 mil no início da década.

O Sindicato dos Bancários de Sorocaba e Região também desconfia de outro aumento da CPMF. "Ninguém sabe para onde vai esse dinheiro e aumento de imposto significa mais desemprego. Será que ninguém percebe isso?", questionou o tesoureiro do sindicato Afrovaldo Brito de Matos. Segundo ele, a campanha salarial da categoria ainda não foi fechada, por que os banqueiros só esperavam o

anúncio do ajuste fiscal. "Entre coisas", disse Afrovaldo, acrescentando que a base do sindicato perde, aumento real e produtividade. Queremos 18% de reajuste, mas não vamos conseguir muita coisa em últimos anos.

**d) Professor de Comunicação define a “ética” do capital;**

Matéria publicada no Caderno de Economia do Jornal Cruzeiro do Sul, de 26 de setembro de 1999, intitulada *Há tensão entre ética e capitalismo*, acenou com a instigante proposta de abordar temas conflitantes das relações humanas no mundo dos negócios, da produção industrial e do trabalho, mas, por conta de depoimentos de atores sociais ligados ao setor empresarial, acabou escorregando na abordagem clichê da empresa que valoriza os seus empregados acima do lucro. Desta vez, o entrevistado é o jornalista e professor de Ética JN, creditado pelo jornal como coordenador do Curso de Jornalismo da Uniso, mestre e doutorando em Ciências Sociais.

Conforme a matéria, JN:

*identifica uma “tensão” permanente no relacionamento entre as empresas, que atuam num mercado capitalista, e a ética: “Há uma certa tensão entre capitalismo, lógica do lucro e existência ética”. (Há tensão entre ética e capitalismo, **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 26 set. 1999, Caderno de Economia, p. C2).*

Mais adiante, JN explica:

*“São deuses distintos: um é o lucro, o outro é a convivência, é a solidariedade”.*

*Na sua visão, a “questão de fundo” é que “a ética pressupõe uma lógica compartilhada entre os seres humanos e coloca os interesses socialmente construídos dos indivíduos e das sociedades no patamar mais alto, enquanto que as empresas, no mercado capitalista, colocam o lucro”. Essa situação, a seu ver, é suficiente para estabelecer “uma certa tensão”. (ibid.).*

Fica mais do que comprovada a impossibilidade de conciliar um deus com outro deus seu adversário. Mas dois representantes da classe patronal, entrevistados na seqüência, alegam que a realidade por eles vivida e testemunhada não é bem assim. O empresário JNCF afirma acreditar que as empresas “procuram ter um comportamento ético, mas admite existirem as exceções”.

JTFP, gerente geral da fundação que mantém o jornal, ao qual são concedidas três das quatro colunas em que a matéria é diagramada, tenta conciliar a relação entre ambos os deuses, oferecendo uma definição rival da realidade: conta “duas histórias reais ocorridas nos últimos anos em multinacionais que atuam no Brasil”, a fim de provar a preocupação das empresas em sobrepor a ética ao interesse pelo acúmulo de capital.

Nas três peças jornalísticas anteriores (1 - ***Economista destaca a competência de Tápias***, 2 - ***Como vai ser em 98?*** e 3 - ***Ajuste preocupa economistas e sindicalistas***), a fala do professor tem a finalidade de acomodar choques provocados pela passagem de uma realidade familiar, a

outra, situada em zonas mais distantes do aqui e agora, denominada por Peter e Berger de transição. Em 1, a fala do professor torna mais próximo da zona de conhecimento o perfil de uma nova autoridade da área econômica, refletindo sobre sua competência profissional e linha de atuação, deixando clara a necessidade de dar a ela - e à decisão do governo, por consequência - , um voto de confiança. Em 2, constrói sentidos sobre o ano que está para começar, refletindo sobre o que poderá acontecer na vida das pessoas no tocante à Economia; em 3, reflete e constrói sentidos sobre as consequências do Pacote Econômico recém anunciado pelo governo, preparando espíritos para medidas mais drásticas que estão por vir. Em todos os três casos, os aprofundamentos são marcados pela busca de extrapolar o fato noticioso através da abordagem das suas possíveis consequências na vida das pessoas.

A peça jornalística *Há tensão entre ética e capitalismo* sugere abordagens menos fincadas no “aqui e agora”. Ela não busca a acomodação de transições, pois não foi gerada por fatos do momento. Trata de simbolizações de maior grau de abstração, portanto, implica teorias mais afastadas da experiência concreta da vida cotidiana. São temas pertinentes às relações humanas permanentes no mundo do trabalho, do dinheiro, dos negócios e dos afetos, simbolizadas em deuses antagônicos. Ao contrário das outras três peças, não foi pautada em fato noticioso do momento relativo à Economia. Em vez de economista atualizado com o mundo dos negócios, o jornal foi buscar um jornalista professor de Ética, mestre e doutorando em Ciências Sociais, porque:

A distribuição social do conhecimento começa assim com o simples fato de não conhecer tudo que é conhecido por meus semelhantes, e vice-versa, e culmina em sistemas de perícia extraordinariamente complexos e esotéricos. O conhecimento do modo *como* o estoque disponível do conhecimento é distribuído, pelo menos em suas linhas gerais, é um importante elemento deste próprio estoque de conhecimento. Na vida cotidiana sei, ao menos grosseiramente, o que posso esconder de cada pessoa, a quem posso recorrer para pedir informações sobre aquilo que não conheço e geralmente quais os tipos de conhecimento que se supõe serem possuídos por determinados indivíduos (A Construção Social do Conhecimento, BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomaz, 1998, p. 68).

Recorrer ao professor de Ética, mestre e doutorando em Ciências Sociais para falar sobre a relação entre ética e capitalismo teria sido uma feliz busca por fonte de informação, não tivesse sido esse recurso utilizado apenas com o intuito de dar credibilidade a uma matéria que, sem a fala de JN, limitar-se-ia a uma história de ficção.

# Há tensão entre ética e capitalismo

O jornalista, professor de Ética e coordenador do curso de Jornalismo da Universidade de Sorocaba (Uniso), João José de Oliveira Negrão, defende uma "tensão" permanente no relacionamento entre as empresas, que atuam num mercado capitalista, e a ética. "Há uma certa tensão entre capitalismo, lógica do lucro e existência ética". Classificou a postura positiva a preocupação das empresas com as normas de conduta.

Negrão, que é mestre e doutorando em Ciências Sociais, explicou que a "tensão" a que se refere existe porque há dualidade na conciliação entre os objetivos da ética e das empresas. "São deuses distintos: um é o lucro, outro é a convivência, e a solidariedade".

Na sua visão, a "questão de fundo" é que a ética pressupõe uma lógica compartilhada entre os seres humanos e coloca os interesses socialmente construídos dos indivíduos e das sociedades no patamar mais alto, enquanto que as empresas, no mercado capitalista, colocam o lucro. Essa tensão, a seu ver, é suficiente para estabelecer "uma certa tensão".

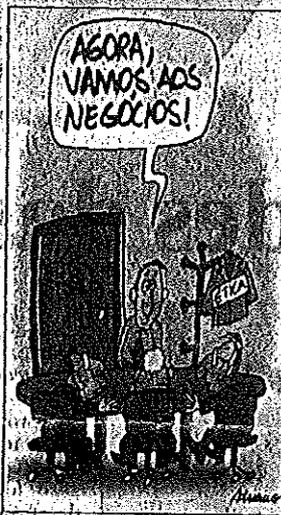
O empresário João Ney Colagrossi Filho, diretor presidente da Svedala, acredita que a maioria das empresas procura ter um comportamento ético, mas admite que existem as exceções. Disse que no mercado há competição, disputa de

preços e de clientes. Localizar os limites dessa concorrência, na sua opinião, depende também de quem está do outro lado da relação empresarial.

O gerente geral da FUA, José Timóteo de Freitas Proença, contou duas histórias ocorridas nos últimos anos em multinacionais que atuam no Brasil. São exemplos que mostram, simultaneamente, situações que feriram a ética e que ilustram a possibilidade de conciliar uma conduta correta num cenário em que predominam interesses de mercado.

A primeira multinacional tinha três ou quatro fornecedores. Um deles estava mal financeiramente. O comprador da multinacional, aproveitando-se do aperto desse fornecedor, forçou a barra e acabou comprando uma matéria-prima estratégica pela metade do preço.

Na multinacional, havia, porém, uma pessoa encarregada de acompanhar o comportamento ético da empresa. Essa pessoa chamou o com-



prador pediu para que ele convidasse o fornecedor e disse a este que ele tinha sido explorado pelo primeiro. Apesar de ter feito um bom negócio, o comprador foi demitido. A ética da empresa proibiu a exploração.

## Questão de confiança

Multinationals no Brasil, para fazer negociações com bancos, normalmente dependem da aprovação da matriz no exterior. Uma segunda multinacional tinha a autorização da matriz para operar com oito bancos. Com um caixa muito bom, fazia aplicações financeiras altas e frequentes. Entre as taxas, mais altas de

rentabilidade, eles ofereciam algo em torno de 10% ao ano. O gerente financeiro dessa multinacional recebeu a proposta de um banco, que não estava entre os oito autorizados pela matriz. A proposta acenava com uma rentabilidade de 50% maior do que a melhor taxa oferecida pela relação de oito bancos autorizados pela matriz. O gerente não hesitou e fez a aplicação nesse novo banco. O rendimento foi posteriormente investido num dos oito bancos.

Mas ocorreu que o diretor do gerente não sabia que ele tinha feito essa aplicação financeira, chamou-o e disse: "O senhor realizou um grande negócio, a empresa lucrou bastante, mas não podemos trabalhar mais com o senhor". Esse desfecho, na análise de Timóteo, aconteceu porque o gerente deixou de merecer a confiança da empresa, pois tomou uma decisão para a qual não estava autorizado. Ele perdeu a confiança, feriu a ética da empresa.

No raciocínio de Timóteo, se o gerente tivesse feito a referida aplicação num dos bancos autorizados pela matriz, essa instituição financeira falisse, ele estaria dentro do padrão de conduta da empresa, que não poderia contestar sua decisão. Mas, se o banco não autorizado falisse em meio à aplicação, a multinacional, além da confiança no gerente, perderia o dinheiro.

### e) O sentido das falências na percepção do professor;

Publicada a quatro dias do término de 1998, a matéria **Cidade tem menos falências**, do Jornal Diário de Sorocaba, seguiu a proposta de retrospectiva de final de ano, com um pé tateando o ano que estava para começar. Procura, através do título, jogar um pouco de luz num cenário econômico bastante obscuro. Não consegue, sobretudo porque o professor MP, de Economia da Uniso, reforça, em suas falas, tonalidades carregadas de matizes escuras prenunciando mais um período de grandes dificuldades.

As falências caíram de 297 em 97 para 273 em 98, mas os pedidos de concordata, por outro lado, triplicaram de dois para seis, noticia o jornal. As informações são de um oficial do maior cartório distribuidor da cidade, que surge em primeiro lugar na matéria. Com base nessa fonte oficial de informação, o Diário de Sorocaba traça um cenário de quebradeira de empresas, de concorrência acirrada que resultou em redução de custos, queda de investimentos e estado de insolvência patrimonial de empresas. A saída, para estas, foi a concordada preventiva, culminando no fechamento de tradicionais indústrias da cidade e de demissões em massa.

Depois de ouvir o oficial do cartório, o jornal salienta:

*O desemprego foi gritante e a alternativa encontrada por muitos desempregados, foi usar o dinheiro ganho com as restituições trabalhistas em "alguma coisa que desse lucro". Assim, houve um*

*crescimento repentino do comércio, originando-se inúmeras lojas, lanchonetes, farmácias e postos de gasolina, entre outras alternativas. (Cidade tem menos falências, **Diário de Sorocaba**, Sorocaba, 27 dez. 1998, Caderno Idéias e Negócios, p. 3).*

A fala de MP, registrada nos dois últimos longos parágrafos que fecham a matéria, é antecedida pelo intertítulo “pessimismo”, grafado em negrito e caixa alta (letras maiúsculas). Cabe, ao docente da Universidade de Sorocaba, esclarecer que o cenário pode ficar ainda pior do que se apresenta. Explica, de maneira abrangente, a complexidade das razões que levaram empresas a enfrentar grandes dificuldades naquele ano. Atribui o desempenho negativo do setor à falta de preparo da classe empresarial para enfrentar as mudanças econômicas, às crises internacionais, à contenção de despesas (do governo) para salvar o Plano Real, à elevação dos juros, ao aumento de impostos, ao desconhecimento de técnicas e à falta de orientação adequada (para contornar a crise), à tomada de empréstimos que resultaram em débitos em forma de “bola de neve”, à concorrência das importações, ao aumento de custos e redução de faturamento (das empresas) e à queda do poder de consumo do trabalhador, dada à eliminação das horas extras de trabalho. Feita a análise, bastante abrangente, **prevê**:

*MP diz que as indústrias ligadas a privatizações continuarão crescendo, no entanto, aquelas que enfrentam mais concorrência, como*

*as prestadoras de serviços e comércio em geral serão mais prejudicadas pela economia, no próximo ano. (ibid).*

Feito o prognóstico, MP:

***alerta**, ainda, que o primeiro semestre de 1999 não será o momento para abertura ou expansão de qualquer empresa, com exceções para os setores eletrônicos e mecânicos ou de baixíssima concorrência. (ibid) (grifo meu).*

E **aconselha**, sem piedade:

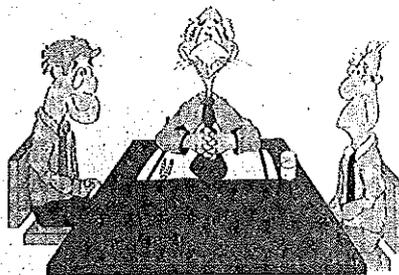
*Para os que já estão no mercado a **cautela deve ser em dobro**: "Não às dívidas e redução das despesas, nem que para isso seja preciso demitir". (ibid) (grifos meus).*

# Cidade tem menos falências

Depois das mudanças econômicas pela qual passou o País e da liberação das importações, a concorrência tornou-se um ponto positivo para os consumidores e negativo para os que dela participam. Para poder competir muitos têm que reduzir ao máximo seus custos e como resultado acabam "quebrando".

A paisagem sorocabana, por exemplo, começou a mudar a partir do momento que grandes empresas, que outrora dominavam a economia local, passaram pelo estado de insolvência patrimonial e entraram com processo de concordata preventiva, algumas chegando até à falência. O oficial maior do cartório Distribuidor, Djalma Santos, afirma que apesar de tudo, houve neste ano uma diminuição do número de falências e um aumento dos pedidos de

*Em comparação com 97, falências caíram cerca de 10% e concordatas aumentaram de duas para seis*



concordatas. No ano passado foram registrados no Cartório Distribuidor 297 casos de falências e apenas dois pedidos de concordata. Atualmente existem 273 casos de falências e

seis de concordatas. Com o fechamento de algumas indústrias, como a Fábrica Santo Antônio, Nossa Senhora do Carmo (ambas do grupo Cianê) e outras, o

desemprego foi gritante e a alternativa encontrada por muitos desempregados, foi usar o dinheiro ganho com as restituições trabalhistas em "alguma coisa que desse lucro". Assim, houve um crescimento repentino do comércio, originando-se inúmeras lojas, lanchonetes, farmácias e postos de gasolina, entre outras alternativas.

**PESSIMISMO** - Segundo o professor de economia da Universidade de Sorocaba (Uniso), Manuel Payes, parte dos novos e veteranos empresários não estava preparada para enfrentar as mudanças econômicas pelas quais o País ainda está passando. As crises internacionais, contenção de despesas para salvar o Real, elevação de juros e aumento de impostos, resultaram em muitas falências e concordatas. Por desconhecimento de técnicas e orientação adequada, empréstimos foram tomados e os débitos tornaram-se uma verdadeira "bola de neve". Payes também coloca a concorrência e as importações como outros fatores. Para ele, o ambiente macroeconômico está muito ruim pelo aumento de custos e redução de faturamento das empresas, não há mais horas extras e o consumidor passa a comprar menos, por temer o desemprego e também para se adequar ao novo rendimento.

Manuel Payes diz que as indústrias ligadas à privatizações continuarão crescendo, no entanto, aquelas que enfrentam mais concorrência, como as prestadoras de serviços e comércio em geral serão as mais prejudicadas pela economia, no próximo ano. Ele afirma, ainda, que o primeiro semestre de 1999 não será o momento para abertura ou expansão de qualquer empresa, com exceções para setores eletrônicos e mecânicos ou de baixíssima concorrência. Para os que já estão no mercado a cautela deve ser em dobro: "Não às dívidas e redução das despesas; nem que para isso seja preciso demitir". Para o professor, não há boas perspectivas no futuro e a tendência é de que a situação sofra um agravamento ainda maior.

**f) Desconstruindo versão “oficial” da realidade;**

Outra peça jornalística da subcategoria Economia em que a fala de professor da Uniso encerra a matéria, desconstruindo versão oficial da realidade, é intitulada ***Casa própria: juros altos não irão aumentar inadimplentes***. Publicada na edição de 10 de dezembro de 1997 pelo jornal Cruzeiro do Sul, desta vez a fonte oficial de informação é ligada à Caixa Econômica Federal (CEF). O representante do governo no setor da Habitação tenta argumentar que o reajuste anual médio de 11,3% para 26% sobre o financiamento de imóveis não provocará inadimplência. Alega que a medida está dentro do plano de reajuste salarial de várias categorias e que sobre os já inadimplentes

*“...a CEF oferece todas as condições para o acordo onde com tantas facilidades é difícil uma pessoa não conseguir renegociar a dívida, a não ser que esteja desempregada”. (Casa própria: juros altos não irão aumentar inadimplentes, **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 10 dez. 1997, Caderno B, p. 8).*

Como não cabe, para os propósitos deste trabalho, analisar a fragilidade argumentativa do representante da CEF, passo à análise das falas do professor CGA, da Uniso, resumidas ao final da matéria, em dois pequenos parágrafos (sete e oito linhas cada), antecedidas pelo intertítulo “Cautela”.

*O titular da Cadeira de Economia da Universidade de Sorocaba (Uniso), GCA, **avalia** que a política de juros do governo federal exige hoje, antes de tudo, do brasileiro um planejamento de gastos minucioso. Conforme **avalia** se o consumidor atualmente **precisa** fugir do crediário, por causa dos juros altos, pesquisando bastante antes de comprar, o mesmo procedimento **deve** ser feito para quem é mutuário do SFH o qual continuará tendo outras despesas. (ibid.) (grifos meus).*

Se o consumidor atualmente precisa fugir do crediário devido aos juros altos do governo, que exige planejamento minucioso, conforme **avaliação** de CGA, também precisa, enquanto mutuário do Sistema Financeiro de Habitação, fugir das prestações, pesquisando muito, já que ele tem outras despesas com as quais arcar, como alimentação, transportes, saúde e educação. Se na reportagem anterior MP alertava para o fato de que a economia poderia piorar no ano seguinte, reforçando as análises negativas de uma fonte oficial de informação (ligada ao maior cartório distribuidor da cidade), aqui, CGA contra-argumenta outra fonte oficial, desta vez ligada à CEF, deixando claro que a realidade não é bem como o governo tenta apresentá-la.

Os termos **alerta**, **precisa**, **avalia** e **deve**, bem como a expressão a **cautela deve ser**, presentes nas matérias dos dois jornais, conferem, aos professores GCA e MP uma condição especial que os legitimam socialmente enquanto “autoridades”, atribuindo às suas falas um alto grau de elementos cognoscitivos e normativos.

# SOROCABA

QUARTA-FEIRA, 10/12

## Casa própria: juros altos não irão aumentar inadimplentes

A nova política de juros adotada pelo governo federal que elevou a taxa de reajuste médio anual no financiamento de imóveis da Caixa Econômica Federal (CEF) de 11,3% para 26%, não deverá provocar em Sorocaba um grande aumento no número de inadimplentes. A avaliação é do gerente de mercado da Caixa Econômica Federal (CEF), Rubens Ribeiro dos Santos, 41, segundo o qual dos 1.650 contratos firmados nos últimos dois anos, apenas 2,6% (43 mutuários) têm mensalidades atrasadas superiores a 60 dias.

Segundo ele, em relação aos contratos assinados até 1990 o índice de inadimplentes é de 19%, correspondendo a 1.246 mutuários que estão inseridos dentro desse contexto, mas sob uma outra realidade. "Quem está nessa situação é porque enfrentou vários pacotes econômicos, na época em que a inflação era alta. Hoje, porém, esses contratos estão sendo renegociados dentro do processo chamado reciclagem ativa. A CEF oferece todas as condições para o acordo onde com tantas facilidades é difícil uma pessoa não conseguir renegociar a dívida, a não ser que esteja desempregada", considerou.

Ele citou que pelas novas re-

gras um imóvel no valor de R\$ 30 mil, financiado com recursos do Fundo de Garantia Por Tempo de Serviço (FGTS) e plano de pagamento em 240 meses, ou seja, 20 anos terá sua mensalidade reajustada de R\$ 380,00 para R\$ 430,00.

Já no caso de um imóvel avaliado em R\$ 80 mil e financiado com recursos da própria Caixa e pagamento em 120 meses (dez anos), a mensalidade sobe de R\$ 1.707,00 para R\$ 1.932,00.

### Atrativos

Santos explicou que como a maioria dos contratos firmados seguem o plano de equivalência salarial, de acordo com o reajuste de cada categoria profissional, o aumento só acontecerá obedecendo ao período determinado. Porém assegurou que "nos casos em que o reajuste na prestação for superior ao aumento salarial, o mutuário pode pedir a revisão de cálculos sem problema algum".

Outra observação sua é que apesar das mudanças nas taxas de juros o governo federal promete ainda diminuir o valor da TR. "Isso fará com que no final das 12 prestações anuais não se atinja o índice de 26%. Mesmo que nos seis primeiros meses o índice

aplicado seja de 1,7% ao mês, havendo uma redução, por exemplo, para 1% os juros acumulados no ano serão de 20%", p. vii.

Outra medida que está em vigor é a transferência da data de vencimento das mensalidades Sistema Financeiro de Habitação (SFH) de acordo com a data de pagamento do salário do mutuário. O objetivo é evitar que o vencimento no meio do mês seja pago na data na data de pagamento do mutuário, provocando a cobrança de juros e, piormente, a inadimplência no caso da dívida ir se acumulando da vez mais.

### Cautela

O titular da Cadeira de Economia da Universidade de Sorocaba (Uniso), Geraldo César Almeida, avalia que a política de juros do governo federal exige hoje, ainda de tudo, do brasileiro um planejamento de gastos minucioso.

Conforme avalia se o consumidor atualmente precisa ficar mais cauteloso, por causa dos juros altos, pesquisando bastante antes de comprar, o mesmo procedimento deve ser feito para quem é mutuário do SFH o qual continuará tendo outras despesas.

**g) Um outro olhar sobre a realidade;**

Outra peça na mesma linha: *Investidor sorocabano mantém a cautela* (Cruzeiro do Sul, 19 de janeiro de 1999). Especialista em mercado financeiro abre a matéria demonstrando otimismo em relação à liberação do câmbio, recém anunciada pelo governo.

*C. garante que por aqui não há desespero. “Enquanto o mercado está louco, o nosso investidor está lendo jornal, para ficar por dentro do assunto”, afirmou. (...).*

*C. acredita que a liberação do câmbio beneficiará a indústria nacional, já que os importados deixarão de ser interessantes. Além disso, a cotação mais baixa do real em relação do dólar favorecerá as exportações e poderá reaquecer a economia, atualmente estagnada. Dentro dessas perspectivas, ele acredita na redução do desemprego. (Investidor sorocabano mantém a cautela, **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 19 jan.1999, Caderno 1, p. A8)*

O professor NL tem sua fala antecédida pelo intertítulo “Recuperação”, ocupando toda a segunda metade da matéria. Inicia sua análise dizendo acreditar na possibilidade da recuperação da indústria nacional e na geração de empregos no segundo semestre, mas joga água fria no ufanismo do especialista em mercado financeiro:

*(NL)...**classifica** este período como de muita tensão, já que não está afastado o perigo de ocorrências mais drásticas, como o retorno da fuga de capitais, uma outra máxima desvalorização do real e ainda a declaração de uma moratória por parte do governo federal. “O Brasil está na UTI”, afirmou, referindo-se à situação delicada que o país atravessa. (ibid.) (grifo meu).*

E prossegue, prevendo período de inflação decorrente de alta nos preços dos insumos importados.

*...L **prevê** que as medidas terão também um efeito inflacionário, provocado pela alta nos preços dos insumos importados. “A conta sempre acaba sendo paga pela população”, lamentou. (ibid.) (grifo meu).*

A leitura das peças jornalísticas até aqui analisadas permite concluir que mesmo quando a voz do professor da Uniso não é a primeira a ser ouvida, nem por isso a sua definição da realidade deixa de preponderar sobre as demais. Nos dois últimos casos, o jornal abre espaço para o professor apresentar uma definição rival, deixando claro que a realidade tem outras tonalidades, não tão coloridas como aquelas que outras fontes, entre elas, as oficiais do governo, tentam sustentar. Por último, o jornal credencia o professor da instituição universitária a dar a palavra final, quer sobre fontes

oficiais do governo ou ligadas a outros setores da Economia, seja reforçando determinados pontos de vista, seja desmentindo pareceres não condizentes com a realidade defendida pelo professor.

Situar a fala do professor após a fala de outras fontes tem por objetivo não apenas contrapor definições concorrentes, mas evidenciar as fragilidades dessas definições, sobrepondo as vozes da instituição universitária às das demais instituições da sociedade. Dessa forma, a fala do professor marca a definição criadora de sentidos que acabam sendo incorporados no aqui e agora. Sua fala é apresentada como aquela credenciada a fazer análises mais aprofundadas e a propor reflexões mais abrangentes, avaliando, arriscando previsões, traçando prognósticos e, até mesmo, aconselhando.

## *Investidor sorocabano mantém a cautela*

O investidor sorocabano não modificou suas posturas em função das mudanças ocorridas na economia brasileira. A informação é do especialista em mercado financeiro José Luiz de Carvalho, que atua no ramo há 30 anos. Ele disse que o investidor de Sorocaba é conservador e aplica seus recursos financeiros basicamente em poupança e em títulos de renda fixa, como CDB e CDI.

Carvalho garante que por aqui não há desespero. "Enquanto o mercado está louco, o nosso investidor está lendo jornal, para ficar por dentro do assunto", afirmou. O especialista diz que as aplicações na poupança são as mais seguras no momento.

Carvalho acredita que a liberação do câmbio beneficiará a indústria nacional, já que os importados deixarão de ser interessantes. Além disso, a cotação mais baixa do real em relação ao dólar favorecerá as exportações

e poderá reaquecer a economia, atualmente estagnada. Dentro dessas perspectivas, ele acredita na redução do desemprego.

### **Recuperação**

O economista Nilson Leis, da Universidade de Sorocaba (Uniso), vê como principal ponto positivo das alterações cambiais a possibilidade de uma recuperação da indústria nacional e a geração de empregos, no segundo semestre deste ano. Ele classifica este período como de muita tensão, já que não está afastado o perigo de ocorrências mais drásticas, como o retorno da fuga de capitais, uma outra máxime de desvalorização do real e ainda a declaração de uma moratória por parte do governo federal. "O Brasil está na UTI", afirmou, referindo-se à situação delicada que o país atravessa.

Apesar de positivas, Leis prevê que as medidas terão também um efeito inflacionário,

provocado pela alta nos preços dos insumos importados. "A conta sempre acaba sendo paga pela população", lamentou.

O preço do petróleo, uma das grandes preocupações da população, porque detona o efeito dominó, segundo o economista não deverá provocar grande alteração nos preços dos combustíveis, pois está com sua cotação muito baixa no mercado internacional.

Nilson Leis acredita que as atitudes e pronunciamentos do governador mineiro Itamar Franco tiveram efeito psicológico negativo no mercado, mas sua força se restringe ao âmbito interno. Para os credores estrangeiros, é muito mais importante a votação das medidas provisórias do ajuste fiscal no Congresso Nacional. "Os discursos do Itamar Franco geraram especulação porque o Governo demorou demais para fazer o ajuste fiscal prometido ao FMI", disse.

**j) Professor de Matemática ensina a olhar por trás dos números.**

Dois de outubro de 1999. Completam-se oito semanas que brasileiro algum acerta na Mega Sena (jogo de apostas da Loteria Federal). É o maior prêmio acumulado desde que essa loteria foi criada, em julho de 1996. **Chance é de 1 em 3,8 bilhões**, informava o título, sobre as possibilidades de acertar apostando o mínimo valor. São mais de R\$ 45 milhões em dinheiro. O professor SML, de Matemática da Uniso, faz uma análise estatística sobre as reduzidas chances do brasileiro levar o prêmio jogando o valor mínimo de R\$ 1,00: são 1 em 3,8 bilhões. Mas para os que querem cercar todas as chances matemáticas possíveis e abocanhar o prêmio, existe a opção de jogar R\$ 3.858.769,200,00:

*dinheiro suficiente para comprar o passe do jogador Ronaldinho, ou 771.753.840 dúzias de rosas ao preço de R\$ 5,00. (Chance é de 1 em 3,8 bilhões, **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, Caderno 1, p. A10.)*

Depois de ensinar as operações matemáticas que levaram àqueles valores, SML, apresentado como “um professor que há 26 anos leciona na Universidade de Sorocaba” (na verdade, o repórter referia-se à instituição de ensino superior fundada em 1949 e transformada em Universidade de Sorocaba somente em 1994), comenta:

*“o brasileiro joga tudo em cima de uma esperança barata, que é o sonho de ganhar muito com muito pouco, sem se dar conta de que o jogo é feito para quem o banca”. (ibid.).*

SML também critica os jogos conhecidos por “pirâmide”, em que várias pessoas são convidadas a contribuir com determinado valor, que acaba sendo ganho por um ou outro dos integrantes da corrente então formada:

*“isso também é uma roubada, pois não tem almoço de graça”.  
“O prêmio do vencedor é custeado por todos os outros que perderam e a corrida às apostas é porque o brasileiro está desesperado com as dificuldades econômicas atuais”, justificou. (ibid.).*

A reportagem poderia se limitar aos cálculos matemáticos que comprovam serem mínimas as chances de ganhar na Mega Sena apostando a quantia de que a maior parte dos brasileiros pode dispor (R\$ 1,00), enquanto que somente uma pequena parcela formada justamente pela população mais rica da sociedade - que não fica em filas de casas lotéricas - teria condições de garantir todas as chances de acertar, desembolsando um valor que daria para comprar o passe de um superastro do futebol mundial. Tais argumentações seriam suficientes para SML desmistificar a falsa realidade do sonho de ganhar muito com pouco esforço e revelar uma relação

de contradição, pois as classes mais baixas, portanto as mais “desesperadas” com as dificuldades econômicas, são as que menores chances têm de levar o prêmio e mudar sua condição de vida. Isso bastaria para o professor de Matemática consagrar os dados numéricos de realidade social.

Mas SML expande sua fala para muito além dos conhecimentos específicos da Matemática, transcendendo o fato que gerou a reportagem para zonas distantes dos elementos da notícia. A proposta da pauta era saber quais as chances matemáticas do brasileiro acertar o prêmio acumulado. Desfeitas as bases que alimentavam o sonho de ganhar muito com pouco esforço, SML põe a Matemática de lado e aprofunda sua análise, trazendo elementos novos à reflexão. Questiona fatores éticos que envolvem as relações sociais nas apostas. Revela que a corrida às casas lotéricas representa “uma esperança barata” (no sentido de enganosa), pois quem sai ganhando é o governo, que banca o jogo. Já a “pirâmide” é uma “roubada” (aqui, no sentido de engodo), pois quem ganha fica com o dinheiro de todos os perdedores, também iludidos e, por isso, arrebanhados pelo sonho de almoçar de graça.

Ouvimos as falas dos docentes do Curso de Economia, e também as de docentes dos cursos de Jornalismo e Matemática, dentro dessa subcategoria. As peças analisadas revelaram que os professores do Curso de Economia limitam suas falas ao conhecimento pertinente a essa área específica. Por outro lado, os docentes dos cursos de Jornalismo e Matemática extrapolam o campo da Economia, provocando aprofundamentos de temas, novas angulações e desmistificações mais abrangentes. Embora os

docentes do Curso de Economia proporcionem distanciamentos do aqui e agora do fato jornalístico, fazendo previsões, avaliações, dando conselhos e desconstruindo versões oficiais da realidade, suas falas ficam delimitadas aos porquês da relação de mercado, do dinheiro e da política econômica. Já os docentes das outras áreas fazem abordagens que extrapolam, em muito, essas relações. Trazem, ao fato jornalístico, questões de alto grau de subjetividade. Remetem-se ao imaginário habitado por deuses, a sentimentos de solidariedade, de esperança de vencer dificuldades e de sonho de mudar de condição de vida. Fazem emergir elementos distantes da percepção imediata, evidenciando relações de exploração institucionalizadas na vida social e entranhadas nos gestos do homem comum. Não é arriscado concluir que a polifonia enriquece a construção social do conhecimento da realidade e que quanto mais distante são buscados os elementos dessa realidade, tanto mais é acrescentado a ela.

# Chance é de 1 em 3,8 bilhões

Quem fizer apenas uma aposta simples com seis dezenas na Mega Sena, no valor de R\$ 1,00, terá a chance matemática de uma em três bilhões, oitocentos e cinquenta e oito milhões, setecentos e sessenta e nove mil, e duzentas, de acertar; ou seja, quem quiser cercar todas as prováveis combinações, terá que desembolsar R\$ 3.858.769.200,00, dinheiro suficiente para comprar o passe do jogador Ronaldinho, ou 771.753.840 dúzias de rosas, ao preço de R\$ 5,00. Esse número foi obtido com a seguinte multiplicação: número de dezenas possíveis (60), vezes o número de dezenas que são sorteadas (6), eliminando-se a primeira multiplicação e uma a menos em cada operação subsequentes =  $60 \times 59 \times 58 \times 57 \times 56 \times 55$ .

Para o professor de matemática Salvador Mor de Lima, 49, que há 26 anos leciona na Universidade de Sorocaba (Uniso), "o brasileiro joga tudo em cima de uma esperança barata, que é o sonho de ganhar muito com muito pouco, sem se dar conta de que o jogo é feito para quem o banca". Salvador fez críticas também a "corrente" chamada pirâmide,

dizendo que "isso é uma roubada, pois não tem almoço de graça".

"O prêmio do vencedor é custeado por todos os outros que perderam e a corrida as apostas é porque o brasileiro está desesperado com as dificuldades econômicas atuais", justificou.

## O que esperar

Desde julho de 1996, quando foi criada a Mega Sena nunca ficou tantas semanas (oito) sem um acertador, e portanto nunca acumulou um prêmio tão grande como o previsto para o sorteio deste sábado, que é de mais de R\$ 45 milhões. Prêmio semelhante só foi registrado em 1995, com a Super Sena Dupla Chance.

Os últimos prêmios milionários pagos pela Mega Sena foram de R\$ 33,5 mi (dezembro de 98 em Rondônia), R\$ 30,5 mi (setembro de 98 em Minas Gerais), e R\$ 24,5 mi (julho de 98 no Espírito Santo). Nos 186 concursos já realizados, a dezena mais sorteada até hoje foi a de número 13, com 27 vezes, a que menos saiu foi a 48. (J.V)

## 2.2 Subcategoria Educação

Depois da subcategoria **Economia**, com 23 peças jornalísticas, **Educação** é a maior subcategoria de **Comportamento/atualidades**, com 13 peças jornalísticas, em cuja narrativa pude localizar as falas de 6 docentes da Universidade de Sorocaba. Assim como na subcategoria **Economia**, em **Educação** também ficou evidente a tendência da mídia para criar a figura do especialista “pai da matéria”. É o caso do professor WS (Pedagogia), cuja fala foi registrada em 5 das 13 peças que formam essa subcategoria. A professora SCMS (Psicologia da Educação) teve sua fala registrada em 3 peças, MLAS (Geografia) em 2, JN (Jornalismo), SMB (História) e RSS (Pedagogia), 1 vez cada.

Em 4, das 13 peças analisadas, os jornais ouviram atores sociais ligados a fontes oficiais do governo na área da Educação, além de um vereador e um representante da classe estudantil. Nas demais 9 peças o professor foi a única fonte consultada. Um fator muito marcante dessa subcategoria foi o número de peças jornalísticas ocupando uma página inteira do jornal. Foram 6 entrevistas de página inteira na subcategoria **Educação**, representando quase a metade do total das 13 peças classificadas. Para efeito de comparação, vale salientar que das 23 peças da subcategoria **Economia**, apenas 2 ocupavam o espaço de uma página inteira.

Das 6 entrevistas de página, WS esteve presente na metade. Em duas delas, falou sobre a nova Lei de Diretrizes para a Educação; em outra, sobre a escola enquanto reprodutora de classes sociais. Em duas outras peças, WS

ocupou espaço menor, comentando sobre a obrigatoriedade de cantar o Hino Nacional nas escolas e a respeito do Exame Nacional de Cursos, conhecido por “Provão do MEC”<sup>7</sup>, instituído pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC).

Três outras matérias de página inteira trataram dos seguintes temas: a) a ruptura com a escola tradicional; b) novas propostas para a implementação de cursos de Geografia e História mais críticos e transformadores, e c) homenagem ao Dia do Professor, no gênero perfil de educador que abraçou a profissão por amor e vocação.

Outras 4 peças seguem o estilo aconselhamento. É o tom predominante da fala de SCMS, de Psicologia da Educação, que a) orienta pais e alunos a lidar com as situações de baixo aproveitamento escolar; b) explica como os estudantes devem proceder para escolher a profissão que desejam e c) aconselha a não superestimar o uso da informática no aprendizado. Ainda na linha de aconselhamento, JN (Jornalismo) fala da importância de levar o Exame Nacional de Cursos a sério.

A cópia de cada peça jornalística analisada está anexa ao final da respectiva subseção (anexos 1, 2, 3, 4 e 5).

Para maior clareza a respeito dos tópicos sobre os quais os professores e professoras da Uniso falaram na subcategoria **Educação**, apresento o seguinte quadro esquemático:

---

<sup>7</sup> Provão – lei 9.131/1995

Tabela 5

**Comportamento/atualidades mapeamento da ocorrência  
de fala dos professores (as) na mídia impressa -  
Cruzeiro do Sul e Diário de Sorocaba  
1995 a 1999**

SUBCATEGORIA	ASSUNTO	PROF. <sup>(a)</sup>	ÁREA
Educação	o Provão como instrumento de avaliação que deve ser levado a sério pelo aluno	JN	Jornalismo
"	dicas para escolher a profissão tendo em vista o período de vestibular	SCMS	Psic. da Educação
"	como lidar com a criança com baixo aproveitamento e dificuldades de aprendizado	SCMS	Psic. da Educação
"	proposta de recuperação de alunos do Estado é válida por oferecer novas chances	SCMS	Psic. da Educação
"	computador é apenas mais um instrumento que integra o aprendizado escolar	SCMS	Psic. da Educação
"	ineficácia do Provão como fator de avaliação	WS	Pedagogia
"	a mercantilização da educação e a escola como reprodutora de classes sociais	WS	Pedagogia
"	obrigatoriedade de cantar o Hino Nacional nas escolas deve causar banalização	WS	Pedagogia
"	o que deve mudar com a nova Lei de Diretrizes Básicas da Educação	WS	Pedagogia
"	críticas ao perfil neoliberal da nova Lei de Diretrizes Básicas da Educação	WS	Pedagogia
"	os novos desafios do professor nos dias atuais	RSS	Pedagogia
"	proposta de um novo modelo de escola com base na ruptura com o que já existe	MLAS	Geografia
"	necessidade de uma História e Geografia mais críticas e transformadoras	MLAS/SMB	Geografia/História

**13** peças jornalísticas sobre **EDUCAÇÃO** em **COMPORTEAMENTO/ATUALIDADES**, sobre as quais falaram **6** professores (as) de **5** áreas

**a) Nova LDB - mudanças superficiais não mexem no centro nervoso da Educação;**

No mês seguinte à aprovação da Nova Lei de Diretrizes e Bases (LDB)<sup>8</sup> da Educação, o jornal *Cruzeiro do Sul* publicava entrevista de página inteira, intitulada *Educador diz que medidas do governo são apenas “verniz”*. O educador, ao qual o título se refere, é WS, apresentado no *lead* da matéria como professor de Programas e Currículos da Uniso, com “quase quatro décadas trabalhando com Educação”. Não há qualquer referência direta à nova LDB, mas a “medidas adotadas pelo governo” para a Educação que, segundo WS, “são apenas um ‘verniz’”. Prevalece, portanto, o reconhecimento tácito sobre as perspectivas iminentes de mudanças na Educação e de que, para o professor da Uniso, elas afetam o setor de maneira apenas superficial (tal qual o verniz sobre a madeira).

A entrevista inicia-se por um processo de desconstrução de idéias do senso comum bastante presentes na fala do cotidiano, para se aprofundar na visão de WS sobre uma escola que funciona como reprodutora de classes sociais e que tem uma dinâmica própria, imune a alterações de fachada.

A desconstrução de idéias do senso comum, provocada pelas respostas de WS, segue a dinâmica das perguntas do repórter, também atravessadas de falas bastante presentes no cotidiano, como é possível observar nos primeiros trechos da reportagem:

---

<sup>8</sup> Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei nº 9394/1996

**Para o senhor, que tem uma longa vivência dentro de escolas, como aluno e depois como Educador, o que mudou das décadas de sessenta e setenta para hoje? Antigamente falava-se que os professores eram melhores, que o ensino era melhor. Isso é verdade?**

*Mentira, isso é saudosismo (ah, antigamente, no meu tempo...) os professores, na época em que fiz o normal, eram boas pessoas, tinham até livros escritos, mas eram autodidatas. E os estudantes eram ingênuos, inocentes. (...).*

*(Educador diz que medidas do governo são apenas "verniz", **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 20 jan. 1997, p. 14).*

Na segunda pergunta, o repórter insiste no tema:

**Então mesmo com os problemas que a escola passa nos dias de hoje ela é melhor que a de antigamente?**

*É melhor. É melhor porque se tem mais liberdade. E não é só isso; quantas escolas havia em Sorocaba em 62, 63? No Estado inteiro havia uma meia dúzia. Então entravam por admissão, quantos? Trinta, quarenta alunos e os outros onde iam? Iam a lugar nenhum. A partir de 1965 vem essa avalanche tornando o ensino de 5ª a 8ª mais ou menos obrigatório. Então hoje os problemas são maiores. No instante em que a escola começou a se democratizar e atender todo mundo os problemas apareceram. E a decorrência é isso. (ibid.)*

Credenciado pelo repórter a dar sua opinião não apenas como profissional da Educação, mas também como alguém que tem quase quatro décadas de vivência com o ensino, inclusive como aluno, WS classifica como “saudosismo” a definição de uma realidade segundo a qual a escola de “antigamente” era melhor que a de hoje. Para embasar seu argumento, reproduz, propositalmente, elementos da fala típicos do discurso saudosista: “ah, antigamente, no meu tempo...”. Prossegue, argumentando que os professores eram bons porque eram autodidatas, deixando claro que sua capacidade de ensinar era consequência do próprio esforço, não de alguma escola pela qual tivessem passado. Já os alunos (adultos saudosistas de hoje que acreditam ter sido melhor a escola que cursaram no passado), eram ingênuos e não tinham liberdade. Feita a associação entre saudosismo e ingenuidade, WS argumenta que a idéia de que a escola de antigamente era melhor do que a escola “de hoje” representa uma “mentira”.

Feita, na primeira resposta, a desqualificação de uma versão concorrente da realidade - no sentido de que a escola de antigamente era melhor do que a escola “de hoje” - o repórter questiona, na segunda pergunta, sobre a existência de “problemas” da escola atual, sem, no entanto, especificar quais são esses problemas. Fica evidenciado, dessa forma, o reconhecimento tácito da existência de problemas nas escolas. Esse reconhecimento tácito é compartilhado entre repórter, professor e leitor do jornal, que vivem em uma mesma realidade dada como certa, na acepção de Berger e Luckmann.

Na segunda resposta, WS compara a escola da década de 60 com a escola “de hoje”. Sugere que a de antigamente era elitista - havia só uma

“meia dúzia em todo o Estado” - e antidemocrática, pois não atendia a todos - só uns 30 ou 40 eram admitidos, enquanto que “os outros”, que não eram admitidos, “iam a lugar nenhum”. Também, não havia liberdade e, se a escola “de hoje” tem problemas, é porque ela é “democrática” e atende a todos. Prevalece, portanto, o conceito de escola boa como sendo a escola democrática, não obstante os seus problemas, enquanto que a escola de antigamente é desqualificada como uma escola autoritária, antidemocrática e seletiva, onde não havia liberdade e cujos alunos eram ingênuos.

Desconstruída a idéia de escola de antigamente como sendo a melhor, o repórter altera ligeiramente o eixo da entrevista para a questão dos problemas enfrentados pela escola “de hoje”, ainda mantendo o discurso típico da fala do cotidiano:

***Se coloca, hoje, que os alunos são responsáveis por boa parte do problema da Educação. Muitos educadores dizem que eles não têm educação, que não dá para se trabalhar, alegando que os estudantes são os culpados, enquanto que antigamente você tinha um aluno mais comportado, etc.. O aluno tem, realmente, culpa n'alguma coisa?***

*Nem mais nem menos. No tempo em que eu estava no ginásio, o inspetor de alunos era um sujeito que ficava no corredor e você o temia; não tinha coragem de perguntar nada a ele. Era uma opressão total. De certa forma o aluno conseguiu uma parcela de liberdade; hoje ele conversa e isso foi se ampliando. Isto é próprio do seu tempo. (...). (ibid.).*

Além de manter as idéias típicas do senso comum nessa pergunta (“alunos não têm educação”, “estudantes são os culpados”, “antigamente você tinha um aluno mais comportado”), o repórter reproduziu a riqueza da oralidade do momento da conversa (“Se coloca, hoje, que..., “não dá para se trabalhar”, “n’alguma coisa”), tornando mais vivo e pulsante o momento do face a face da entrevista.

Segundo o professor, o aluno não é “nem mais, nem menos” culpado pelos problemas do ensino, no sentido de que isso não está no cerne do entendimento sobre as mudanças ocorridas na escola. A diferença que WS traz à luz é relativa ao fato de que, se antes o aluno não trazia problemas, não era por ser mais ou menos “educado” do que “hoje”, mas porque havia a opressão e o medo, que o impediam de conversar. Como “hoje” o aluno tem liberdade para falar e fazer perguntas, e como isso se ampliou, ficou mais difícil mantê-lo calado. Mas a culpa “não é, nem deixa de ser” do aluno, no sentido de que “hoje” ele se comporta de um modo que “é próprio do seu tempo”, do tempo em que o aluno está vivendo um outro momento na escola.

A partir da quarta pergunta, o repórter abandona o discurso característico do senso comum e passa a abordar a questão relativa ao aprendizado, em uma perspectiva ainda limitada às zonas mais próximas do conhecimento, mas já revelando um maior aprofundamento no tema:

***(...) toda essa liberdade ajuda a elevar o seu nível de aprendizado?***

*Isso não quer dizer que as pessoas aprendam mais ou menos. O grande problema é que a Edu-*

*cação é um sistema méritocrático (no grupo há alguém que vai se destacar por mérito) e o sucesso no grupo não é reservado para todo mundo. Sempre haverá os que se destacam em relação ao outro e é por isso que a Educação vem se ampliando. Em 1931 não tinha nem ginásio, nem colégio, depois veio o normal e a faculdade que surge na década de cinquenta e sessenta. Hoje todo mundo se diploma. E o diploma perde esse sentido na medida em que se transforma apenas no passaporte para o sujeito prosseguir. E o que faz o sistema para garantir a pirâmide de meritocracia? Ele vai se ampliando. Por isso hoje não basta ter curso superior, é preciso ter pós; pós da pós. Então é um rito sacral, que nos povos ditos primitivos o sujeito para ficar adulto tem que pegar uma tora e correr... esses ritos existem em todas as sociedades e a sociedade civilizada substitui-os pela escola. (ibd.).*

O professor da Universidade de Sorocaba argumenta que a liberdade existente na escola “de hoje” não significa que o aluno vá aprender mais ou menos. Mas o problema relativo à Educação, para WS, não se limita a aprender mais ou a aprender menos, e é isso o que ele procura esclarecer. Para tanto, abandona a questão do aprendizado, ampliando essa discussão para muito além das possibilidades supostamente ao alcance do professor e da escola em relação ao aluno. Situa a questão da Educação dentro do sistema por ele designado “meritocracia”, responsável pela expansão do ensino das décadas de 50 e 60, quando surgem, conforme afirma WS, as primeiras faculdades, até os dias atuais, em que o diploma de graduação

perdeu o valor, tendo se transformado “apenas no passaporte para o sujeito prosseguir” dentro desse sistema de seleção meritocrática. Daí, a necessidade do sistema manter a lógica através do afunilamento constante, que resulta na “pirâmide” social, cujo topo é a pós, e depois da pós, a “pós da pós”, dando uma idéia de processo de seleção sempre em andamento.

O professor provoca um afastamento crítico, distanciando-se da realidade imediata do aqui e agora da escola atual, fazendo desdobramentos para a área da Antropologia, ao comparar o sistema do ensino a um “rito sacral” dos povos “ditos primitivos”, quando, para passar ao estado adulto (chegar ao topo da pirâmide) era preciso pegar uma tora e correr (pegar o diploma e prosseguir dentro do sistema), sendo esse “rito sacral” hoje representado na sociedade civilizada pela instituição escolar. Através dessas comparações “ritualísticas”, o professor provoca um deslocamento temporal, transcendendo, na conversa reproduzida na narrativa jornalística, a realidade do momento presente da conversa para outros tempos da subjetividade humana. Um exercício possibilitado pela reprodução, na narrativa jornalística, do face a face da conversa entre repórter e professor:

Na situação face a face a linguagem possui uma qualidade inerente de reciprocidade que a distingue de qualquer outro sistema de sinais. A contínua produção de sinais vocais na conversa pode ser sincronizada de modo sensível com as intenções subjetivas em curso dos participantes da conversa. Falo como penso e o mesmo faz meu interlocutor na conversa. Ambos ouvimos o que cada qual diz virtualmente no mesmo instante, o que torna possível o contínuo, sincronizado e recíproco acesso às nossas duas subjetividades, uma aproximação intersubjetiva na situação face a face que nenhum outro sistema de sinais pode reproduzir (BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomaz, A Construção Social da Realidade, 1998, p. 57).

A pergunta seguinte sugere a idéia de que o sistema, em não sendo bom, deva ser ruim. Também sugere que o repórter vê o professor como alguém que reúne conhecimentos sobre aspectos da educação relativos à Sociologia:

***Isto é bom ou perverso para o desenvolvimento, conjunto e harmonia da sociedade?***

*Eu diria assim: nem perverso, nem bom. É assim porque é assim. Não tem um pai disso; um responsável. Isso vai acontecendo. É a mecânica social que vai criando coisas; ela vai ser assim. Então o que a escola ensina? Ela ensina um arbitrário cultural dominante, que não tem dono. O que a escola deve ensinar são estas coisas que estão aí; não foi ninguém que disse isso. É que foi se incluindo um conjunto de coisas que ela ensina, como modo de pensar, de agir e de sentir. (Educador diz que medidas do governo são apenas "verniz", **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 20 jan. 1997, p. 14).*

Mais uma vez, o que apregoa o senso comum (ser perverso ou ser bom) não está no mérito da questão, conforme deixa a entender a resposta do professor, até mesmo porque algo que "é assim porque é assim", não reúne condições de ser bom ou perverso. Buscar culpado, autor da coisa, não leva ao conhecimento sobre a "mecânica social" da qual a escola faz parte, nem do "arbitrário cultural dominante" que ela ensina e que está além do conteúdo dos livros e das aulas. A partir da próxima pergunta, WS desenvolve a idéia

do que vem a ser o “modo de pensar, de agir e de sentir” que faz parte desse “arbitrário cultural dominante” que a escola ensina:

***Como o senhor já colocou, a escola também faz parte desse processo, dessa pirâmide, sendo assim, há uma escola melhor, outra pior?***

*O problema é que ela às vezes é mal examinada. O que é uma boa escola? O que é uma escola má? Fica difícil dizer. Há outros processos sociais, por exemplo, e isso vale como comparativo. Às vezes o sujeito quer comprar uma calça que é de marca tal, que não é tão boa quanto a outra, mas se custa caro ele prefere levá-la. Então todo esse movimento do mercado também funciona para a escola. (ibid).*

Segundo WS, o aluno, normalmente, é ensinado a querer a escola mais cara, ainda que ela não seja a melhor. Isso faz parte do “arbitrário cultural dominante” que a escola ensina.

Como isso acontece é explicado a partir da seguinte pergunta:

***A Educação, então, independente se pública ou particular, é um mercado?***

*Nesse sentido de disputa é um mercado. E muitas escolas particulares se utilizam disso. Cobrando caro, o sujeito que pode pagar, vai. Isto é tão interessante que na Inglaterra, dentro do neoliberalismo,*

*resolveram privatizar o sistema escolar. O governo passou a dar um "vouchet" (uma verba) aos alunos. Ao invés de você estudar na escola pública, você recebe o dinheiro no começo do ano e vai procurar uma escola. Algumas unidades perceberam isso rapidamente e passaram a valorizar seus professores, seus serviços. O aluno, então, tem que pagar em cima do "vouchet". E quanto mais a escola cobra, mais o aluno que entrar. (...). (ibid.).*

WS foi buscar um exemplo prático de um país tipicamente neoliberal, a Inglaterra, para explicar como funciona a lógica de mercado explorada por "muitas escolas particulares". Na argumentação do professor, elas cobram mais caro porque "quanto mais a escola cobra, mais o aluno quer entrar", induzido pela lógica consumista - ideário do arbitrário cultural dominante - de que o mais caro é o melhor.

Permanece, ainda, a dúvida sobre a posição da escola pública e da particular na pirâmide social:

***Dá para se fazer uma distinção entre ensino público e particular, qual o melhor, qual o pior e por quê?***

*Não significa que a escola particular seja melhor. Como ela recebe a aura de que entrando nela ficará mais fácil passar no vestibular, as famílias de classe média se esgüelam para botar o filho ali. Mas se o filho já traz de casa qualidades para passar no*

*vestibular ele vai passar onde estudar, seja escola estadual, municipal ou particular. (ibid).*

Para WS, os alunos que estudam nas escolas particulares tendem a passar no vestibular porque, sendo de classe média, já reúnem “qualidades para passar” trazidas de casa. Ainda dentro da lógica defendida pelo professor, esse aluno seria aprovado no vestibular mesmo se estudasse em escola estadual ou municipal. Levadas a acreditar na “aura” atribuída à escola paga, como caminho que leva à aprovação no vestibular, as famílias de classe média se “esgüelam” para arcar com os custos da educação dos filhos, sustentando essa “aura”. A explicação de WS, tipificado pelo repórter como autoridade à qual é atribuído um *status* mais elevado enquanto definidor de realidades, tem a eficácia de desconstruir noções pré-estabelecidas sobre a realidade do aqui e agora. WS opera essa desconstrução explicando a lógica que sustenta a “aura” de escola particular.

Nas duas perguntas seguintes, o repórter tenta colocar à prova a argumentação de que cursar escola particular não é fator preponderante para passar no vestibular. Para isso, utiliza-se de argumentos socialmente consagrados que dão sustentação à noção de escola particular como a escola que ensina melhor:

***E por que, então a maioria dos alunos das grandes universidades vêm das escolas parti-***

**culares?**

*Não, eles não vêm na maioria dessas escolas. Se você fizer um trabalho bem feito de pesquisa você verá que não é verdade. A verdade é o seguinte: como o volume de vagas é pequeno, existem cursos, por exemplo, onde se torna impossível o aluno que não seja de classe média, média ascendente ou alta cursar. Medicina ilustra isso; é um curso de seis anos, exige tempo integral, mensalidade mínima de R\$ 1.000 reais (sic) e os livros custam caro, então quem disputa essas vagas...*

**Mas temos universidades gratuitas?**

*Temos, mas mesmo sendo gratuitas não é fácil. O camarada tem que morar fora e isso custa outro tanto. Eles acabam nem optando por estes cursos. O pobre nem aspira ser médico. Na carreira militar, por exemplo, a maioria são filhos de militares. (ibid.).*

A argumentação de que a maioria dos estudantes das grandes universidades vem de escolas particulares, segundo a fala de WS, não tem base científica. Isso está implícito na seguinte colocação: "Se você fizer um trabalho bem feito de pesquisa você verá que não é verdade". A versão da realidade apresentada pelo professor é a de que o estudante pobre não pode arcar com os custos de cursos que são a vitrine das maiores universidades, como os de Medicina, e que, por isso, nem chega a disputar essas vagas. Essa defesa de uma realidade não condizente com a do senso comum é interrompida por um "mas" do repórter, cuja função é tentar sustentar a versão mais presente na fala do cotidiano, salientando a existência das

“universidades gratuitas”, que o estudante pobre poderia, segundo o seu argumento, cursar. O professor WS mantém a linha que dá sustentação à lógica de uma realidade dissidente, explicando que cursar universidades gratuitas implica gastos com manutenção do aluno fora do seu domicílio. Daí o fato da classe média nem aspirar a cursos de Medicina, bem como a tendência da maioria dos que optam pela carreira de militar serem filhos de militares.

A partir do bloco subsequente, o repórter abandona o discurso que abarca as noções socialmente consagradas sobre o ensino público, passando a incorporar, à sua fala, elementos da lógica sustentada pelo professor, o que revela um segundo e mais significativo salto no aprofundamento da questão:

***Tomando por exemplo - os filhos de militares serão os próximos militares - os filhos da classe média e alta vão estar sempre no topo dos cursos mais interessantes. Isso reflete no comportamento social do país, ou seja, a classe dominante é que vai manter sempre sua dominação?***

*Aliás, isso faz parte de uma teoria chamada reprodutivismo, de dois franceses que escreveram “La Reproducción”, Borbieu (sic) e Passeron. Estes sociólogos dizem que toda ação pedagógica é uma violência simbólica e que a escola não faz mais do que reproduzir isso. A função dela, na sociedade, é exercer esta violência para que a sociedade se recrie permanentemente. Ela reproduz o que ensina à sociedade. Por mais que você tente resolver alguns problemas, como exclusão escolar - que eles*

*(autoridades), chamam de evasão escolar - não se consegue porque a máquina está montada para excluir; não depende da vontade do indivíduo. E o odioso é que os excluídos sempre são os mais pobres. E quem sai lá em cima é da classe média-alta e alta. (...)(ibid.).*

A partir desse bloco, a conversa evolui para dentro do conhecimento sobre a lógica do papel institucional da escola enquanto reprodutora de classes sociais. Não se trata mais da escola que tão somente alfabetiza ou que prepara o aluno para o vestibular, mas da escola que integra a “mecânica social” a que WS se referiu anteriormente. Esse salto cognoscitivo está consubstanciado na assimilação de uma outra realidade, distante das zonas familiares do conhecimento do senso comum e da fala do cotidiano. O partilhar de uma mesma realidade entre entrevistador e entrevistado atingiu tal nível de sintonia que a fala do repórter dispensaria o ponto de interrogação, pois, longe de perguntar, ela dá continuidade à conversa. Por essa razão, a réplica de WS inicia-se por um “aliás”, como que prosseguindo no mesmo raciocínio. Esse momento da interface entre repórter e professor acontece através de “estruturas cognitivo-afetivas que, sendo socialmente elaboradas e compartilhadas, contribuem para a construção de uma realidade comum” (SPINK, Mary Jane P., 1994, p. 93) na qual se insere o leitor da entrevista.

O professor da Uniso vai buscar, na teoria de Bordieu e Passeron, a lógica que mantém pulsando a dinâmica social: o reprodutivismo. Supostas discrepâncias entre o ensino público e o ensino privado passam a ser tratadas em uma outra dimensão, distante das zonas imediatas do conhecimento.

Deixa-se, afinal, de conversar sobre qual a melhor escola, e de pensar a escola como forma de ascensão social para se tentar compreendê-la enquanto reprodutora da divisão de classes sociais. É nesse sentido que WS, referindo-se aos dois sociólogos franceses, afirma que “toda ação pedagógica é uma violência simbólica”. Também é dentro do reprodutivismo que se pode compreender o termo evasão enquanto processo de exclusão social.

Nas perguntas seguintes, o repórter procura aprofundar ainda mais o assunto:

***Isto é perigoso para a sociedade, podendo criar uma grande diferença e se converter numa batalha de classes?***

*Não. Mas não tem como se resolver. Borbieu (SIC) e Passeron mostraram que não é só no regime capitalista que isso acontece. As economias planificadas, centralizadas, etc., não conseguiram resolver este problema. Ele existe e a escola nada faz. Ela (escola) é o elemento de conservação da sociedade. A escola, como parte da sociedade, como um dos agentes, não tem nenhum interesse em tentar mudá-la.*

***O que é a escola, a educação, em si, dentro e para a sociedade?***

*Ela tem a função de preparar a geração mais nova para assumir a vida de adulto. Ela diz para esta geração que continue, mas dentro do arbitrário cultural, do qual ninguém é dono.*

***Isto é formado por uma vontade coletiva?***

*Resulta de uma vontade coletiva, mas não intencional. Ela cresceu, digamos assim, ao longo dos tem-*

*pos. Há práxis que vão fazendo com que as coisas se constituam e, neste instante, não tem ninguém com forças para dizer que daqui para frente não vai haver nem isto nem aquilo. Qualquer mudança revolucionária vai encontrar barreiras. (ibid.).*

Conforme a teoria de Bordieu e Passeron, na qual WS se apóia, o problema da escola enquanto elemento de conservação da sociedade não tem solução. A sociedade e a escola não têm interesse em mudar qualquer coisa, pois a função da escola é ensinar as gerações mais novas a dar continuidade a tudo. Esse estado de coisas não pode ser mudado porque, embora expresse uma vontade coletiva, não é intencional e qualquer mudança encontraria barreiras. As respostas de WS levam o repórter a uma pergunta conclusiva:

***Então o que se fala de educação no Brasil, em termos oficiais, de governo, é balela?***

*É balela. É poder de perfumaria, mudar algumas coisas, mas no centro nervoso da coisa não se mexe. (ibid).*

Depois de desconstruir conhecimentos pré-teóricos apoiados na fala do cotidiano, como os de que a escola de “antigamente” era melhor do que a de hoje, de que os alunos são os “culpados” pelos problemas do ensino e no sentido de que a escola particular é melhor do que a escola pública, WS

passa a falar sobre a escola com base em conhecimentos distantes da realidade imediata na qual se sustentam aqueles argumentos. A conversa, reproduzida numa linguagem escrita apoiada na riqueza da oralidade da fala, produziu conhecimentos na medida em que repórter e professor atingiram o que Berger e Luckmann definem como congruência: “A completa congruência entre dois significados subjetivos e o conhecimento recíproco desta congruência pressupõe a significação...” (BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomaz, *A Construção Social da Realidade*, 1998, p. 174). Através da fala, o professor produziu significação, aqui entendida como conhecimento, sobre o real papel da escola enquanto reprodutora da divisão de classes sociais. Também produziu conhecimento ao causar um salto qualitativo na conversa através dos deslocamentos do aqui e agora da escola vista sob a angulação do cotidiano, para uma visão crítica de escola enquanto elemento de conservação da sociedade.

As mudanças anunciadas pelo governo na época foram tema de outra entrevista de página inteira, com WS, desta vez publicada pelo jornal Diário de Sorocaba, em 1<sup>o</sup> de fevereiro de 1998, sob o título ***Nova Lei de Diretrizes e Bases vai trazer mudanças profundas ao ensino brasileiro***. O jornal Cruzeiro do Sul também voltou a tratar o tema em outra entrevista de página inteira com WS, em 20 de dezembro de 1998, sob o título ***Para onde vai o ensino público?***

A entrevista concedida ao jornal Diário de Sorocaba segue a tendência meramente explicativa. Nela, o professor atua como fonte de informação, salientando as principais alterações introduzidas pela nova LDB no ensino

brasileiro, como o fim da obrigatoriedade do cumprimento de todas as séries no ensino básico e a substituição de blocos seriados por períodos semestrais nas universidades, bem como a possibilidade de efetivação de matrícula por disciplinas.

Já a entrevista publicada pelo jornal Cruzeiro do Sul mantém a tendência crítico-analítica da anterior. Na conversa com o repórter, WS condena o “excesso de propaganda” do governo em relação à nova LDB e à Emenda 14, que criou a municipalização do ensino, pois considera essas medidas “neoliberais”, com vistas à privatização do ensino público. Tendo em vista o fato de que uma análise mais aprofundada dessas duas peças jornalísticas tornaria este trabalho por demais extenso, passo para a análise de outra entrevista sobre novas propostas para o ensino, agora não mais por parte do governo, mas de professoras da própria Universidade de Sorocaba, apresentada a seguir.

ENTREVISTA DA SEMANA

Educador diz que medidas do governo são apenas "verniz"

Hoje quase quatro décadas de trabalho em educação... a educação brasileira continua a ser um dos setores mais negligenciados do país...

Wladimir diz que não acredita em uma educação de qualidade para todos os brasileiros... a educação brasileira continua a ser um dos setores mais negligenciados do país...

Para o senhor, que tem uma longa experiência dentro de escolas, como alunos e depois de educador, o que mudou das décadas de sessenta e setenta para hoje? Anteriormente havia que se era professor e era um trabalho, o que o ensino era melhor, isso é verdade?

Sim, mas hoje a situação é diferente... a educação brasileira continua a ser um dos setores mais negligenciados do país...

Isso também agora a sua perspectiva é de que não há futuro para o filho? Provavelmente, se não houver uma escola melhor, o ensino não vai melhorar...

Isso é bom ou péssimo para o desenvolvimento, conjunto e humano da sociedade? É muito ruim... a educação brasileira continua a ser um dos setores mais negligenciados do país...

Parto mesmo com os problemas que a escola passa nos dias de hoje e a melhor que se consegue?

É melhor, é melhor porque se tem mais dinheiro... a educação brasileira continua a ser um dos setores mais negligenciados do país...

Isso também agora a sua perspectiva é de que não há futuro para o filho? Provavelmente, se não houver uma escola melhor, o ensino não vai melhorar...

Isso é bom ou péssimo para o desenvolvimento, conjunto e humano da sociedade? É muito ruim... a educação brasileira continua a ser um dos setores mais negligenciados do país...

Parto mesmo com os problemas que a escola passa nos dias de hoje e a melhor que se consegue?

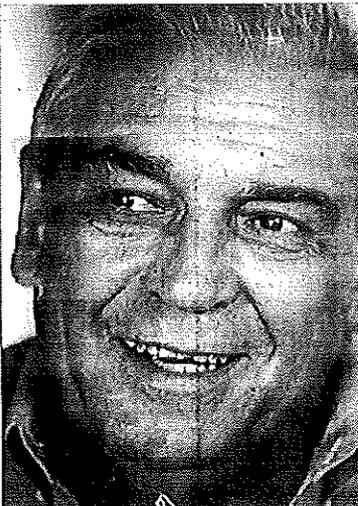
É melhor, é melhor porque se tem mais dinheiro... a educação brasileira continua a ser um dos setores mais negligenciados do país...

Isso também agora a sua perspectiva é de que não há futuro para o filho? Provavelmente, se não houver uma escola melhor, o ensino não vai melhorar...

Isso é bom ou péssimo para o desenvolvimento, conjunto e humano da sociedade? É muito ruim... a educação brasileira continua a ser um dos setores mais negligenciados do país...

Parto mesmo com os problemas que a escola passa nos dias de hoje e a melhor que se consegue?

É melhor, é melhor porque se tem mais dinheiro... a educação brasileira continua a ser um dos setores mais negligenciados do país...



O professor Wladimir dos Santos: "chê o ensino é melhor"

Isso também agora a sua perspectiva é de que não há futuro para o filho? Provavelmente, se não houver uma escola melhor, o ensino não vai melhorar...

Isso é bom ou péssimo para o desenvolvimento, conjunto e humano da sociedade? É muito ruim... a educação brasileira continua a ser um dos setores mais negligenciados do país...

Parto mesmo com os problemas que a escola passa nos dias de hoje e a melhor que se consegue?

É melhor, é melhor porque se tem mais dinheiro... a educação brasileira continua a ser um dos setores mais negligenciados do país...

Isso também agora a sua perspectiva é de que não há futuro para o filho? Provavelmente, se não houver uma escola melhor, o ensino não vai melhorar...

Isso é bom ou péssimo para o desenvolvimento, conjunto e humano da sociedade? É muito ruim... a educação brasileira continua a ser um dos setores mais negligenciados do país...

Isso também agora a sua perspectiva é de que não há futuro para o filho? Provavelmente, se não houver uma escola melhor, o ensino não vai melhorar...

Isso é bom ou péssimo para o desenvolvimento, conjunto e humano da sociedade? É muito ruim... a educação brasileira continua a ser um dos setores mais negligenciados do país...

Parto mesmo com os problemas que a escola passa nos dias de hoje e a melhor que se consegue?

É melhor, é melhor porque se tem mais dinheiro... a educação brasileira continua a ser um dos setores mais negligenciados do país...

Isso também agora a sua perspectiva é de que não há futuro para o filho? Provavelmente, se não houver uma escola melhor, o ensino não vai melhorar...

Isso é bom ou péssimo para o desenvolvimento, conjunto e humano da sociedade? É muito ruim... a educação brasileira continua a ser um dos setores mais negligenciados do país...

Parto mesmo com os problemas que a escola passa nos dias de hoje e a melhor que se consegue?

É melhor, é melhor porque se tem mais dinheiro... a educação brasileira continua a ser um dos setores mais negligenciados do país...

Isso também agora a sua perspectiva é de que não há futuro para o filho? Provavelmente, se não houver uma escola melhor, o ensino não vai melhorar...

Isso também agora a sua perspectiva é de que não há futuro para o filho? Provavelmente, se não houver uma escola melhor, o ensino não vai melhorar...

Isso é bom ou péssimo para o desenvolvimento, conjunto e humano da sociedade? É muito ruim... a educação brasileira continua a ser um dos setores mais negligenciados do país...

Parto mesmo com os problemas que a escola passa nos dias de hoje e a melhor que se consegue?

É melhor, é melhor porque se tem mais dinheiro... a educação brasileira continua a ser um dos setores mais negligenciados do país...

Isso também agora a sua perspectiva é de que não há futuro para o filho? Provavelmente, se não houver uma escola melhor, o ensino não vai melhorar...

Isso é bom ou péssimo para o desenvolvimento, conjunto e humano da sociedade? É muito ruim... a educação brasileira continua a ser um dos setores mais negligenciados do país...

Parto mesmo com os problemas que a escola passa nos dias de hoje e a melhor que se consegue?

É melhor, é melhor porque se tem mais dinheiro... a educação brasileira continua a ser um dos setores mais negligenciados do país...

Isso também agora a sua perspectiva é de que não há futuro para o filho? Provavelmente, se não houver uma escola melhor, o ensino não vai melhorar...

ABRIL, 1997, p. 114. Foto: Paulo de Paula/ABRIL

**b) Novas propostas para o ensino de História e Geografia;**

Entrevista de página inteira com as professoras MLAS, de Geografia, e SMRB, de História, publicada pelo jornal Cruzeiro do Sul em 10 de maio de 1998, sob o título ***Geografia e História: muito além da academia***, abordou uma proposta inovadora visando ao ensino crítico dessas duas disciplinas nas escolas. À pergunta do repórter, sobre como era o ensino das duas disciplinas “antes” e “agora”, as professoras respondem:

*SMRB - A história era uma história onde se valorizava a ação de uma personagem. Era uma história de reis, das elites, dos barões, onde se enfocava um grupo ou uma figura de um herói, como Tiradentes, D. Pedro. Era uma história linear. Uma história maniqueísta - do bem e do mal - e voltada para o herói e para a grande personagem. Essa história era montada pela elite e os protagonistas principais, na maioria, eram elementos dela mesma.*

*MLAS - Era uma geografia de rol, de mapas e relevos.*

*SMRB - Agora são trabalhadas em cima de temas, de eixos temáticos. Por exemplo o trabalho, a economia. Uma história mais adequada à realidade, para o aluno participar dessa construção. (Geografia e História: muito além da academia, **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 10 mai. 1998, Caderno Mais Cruzeiro, p. 1).*

As professoras retomam uma época em que as disciplinas de História e Geografia eram destituídas de conteúdo crítico e não condizentes com a realidade do aluno. Em outro trecho da entrevista, o repórter pergunta quando foi percebida a necessidade de mudanças, ao que uma das professoras responde da seguinte forma:

*MLAS - Em 1978. Digo em 78 porque foi em uma reunião em Fortaleza, quando nós dissemos que a geografia estava em crise e falamos: viva a crise!*

***Esse viva foi exclamativo?***

*MLAS - Sim. Porque o mundo dos pensadores em geografia estava questionando aquela geografia tradicional que era um rol, um elenco de nomes de rios, de fenômenos geográficos. Essa questão foi exatamente colocada assim: viva a crise, porque ela nos faz pensar, pois naquele momento o mundo já era outro, que deveria ser entendido diferente. A partir daí que a gente começou a pensar e trabalhar dialeticamente com pares de contradição: o sim e o não. Não é sim ou não, mas sim e não, que fazem o movimento e que a gente, através dele, pode pensar. De lá para cá novos elementos foram incorporados, como a globalização, a fragmentação, os grandes blocos internacionais...(ibid.)*

A exclamação *viva a crise!* sugere uma nova visão e mudança de postura diante de um momento de crise. Em vez de lamentá-la ou temê-la, a proposta é saudá-la como uma situação que leva a pensar em mudanças e a

movimentar-se nesse sentido. No caso a que MLAS se refere, em mudança de uma Geografia tradicional, que não servia mais para interpretar as transformações pelas quais o mundo passava em 1978, para uma Geografia que desse conta de ler a nova realidade do planeta. Essa mudança, gerada pela crise, brotou do questionamento de pensadores, que viram que fenômenos novos, que impunham uma nova ordem social, como a fragmentação, a globalização e o surgimento de blocos de países, não deveriam mais ser lidos de uma forma linear como até então, mas dialética, para que fossem compreendidos.

Ainda sobre as mudanças propostas no encontro de Fortaleza, a professora salienta:

*Essa geografia realmente foi o que apareceu na proposta curricular do Estado que foi de difícil aceitação, não no sentido dos professores aceitarem. Mas porque era difícil de trabalhar com o sim e não ao mesmo tempo e principalmente porque são temas que estamos vivendo e não constavam dos livros didáticos. Não constar do livro didático é difícil para o professor. Muitas vezes ele só tem esse livro para trabalhar com os alunos. (ibid.)*

A professora revela as dificuldades enfrentadas pela própria disciplina. De linear, a Geografia passava a ser trabalhada nas escolas de forma não linear (sim e não). Para agravar ainda mais a situação, os temas abordados não constavam dos livros didáticos, pois tratavam das mudanças pelas quais

o mundo estava passando no momento. No bloco seguinte, MLAS explica que a difícil aceitação não implicava falta de preparo do professor, mas dificuldades que o professor enfrenta:

*(...) Ele está capacitado, mas lhe falta uma série de elementos porque o mundo de hoje - em 98 - temos que falar mais alto: a geografia está em crise, viva a crise! Porque é ela que nos movimenta. Veja, de 78 para cá, a grande influência que temos dos meios de comunicação de massa! Esses meios de comunicação têm um elemento que atropela o professor; é a velocidade. Quando assisto a um jornal de meia hora vejo tudo que não sei porque aquela informação é veloz e só me coloca coisas muito rápidas; daí fico imaginando e percebendo que não sei nada. E isso que a geografia tem que trabalhar. (ibid).*

A grande dificuldade enfrentada pelo professor é trabalhar uma série de elementos que ele desconhece, dada à velocidade com que o mundo é despejado pelos meios de comunicação, que o atropela. Daí, a solução para ele é se deixar movimentar pela crise. Os contornos dessa realidade que o professor enfrenta para trabalhar uma Geografia mais crítica são assimilados pelo repórter, conforme objetivado na seguinte pergunta:

***Uma virada de mesa tem que vir dessa crise?***

*Aí eu considero os professores não preparados. Não por culpa deles, mas por falta de leitura do mundo, porque o cotidiano não permite. O cotidiano é massacrante; esse viver diário; o problema da família; o problema de transporte; de saúde, de alimentação; salário baixo; 40 horas de trabalho. Tudo isso faz com que, em geografia, quando o Estado pergunta o material que a gente quer - e ele pergunta sempre - respondemos: mapas e globos, televisão e um vídeo. A gente é incapaz de pedir uma filmadora na mão de cada aluno. Quando o aluno tiver uma filmadora ele vai filmar o problema que vive, vai registrar seu cotidiano e discutir em sala de aula. (ibid).*

Dificuldades presentes no cotidiano dos professores e professoras, como excesso de jornada de trabalho, preocupações com transporte, saúde e outras - bastante presentes na rotina do dia a dia do homem comum - os impedem de fazer a "virada de mesa" que os pensadores de Geografia propuseram no encontro de Fortaleza. Daí os obstáculos na implantação dessa disciplina de uma forma mais crítica, que possa, como se pretende, explorar, por exemplo, recursos como o uso de uma filmadora na mão de cada aluno como instrumento de interpretação do mundo em que ele vive.

Nos próximos trechos, o repórter tenta aprofundar a questão das limitações impostas pelo "cotidiano massacrante" ao professor e ao aluno na leitura do mundo. Essa tentativa de aprofundamento traz elementos da fala da professora, revelando maior compreensão sobre o tema e, ao mesmo tempo,

sintonia no espaço da conversa:

***E como que num cotidiano massacrante que você disse, que impede até os professores ler o mundo, o aluno encontrará espaço para entrar nesse movimento dialético e fazer uma leitura de conjuntura?***

*MLAS - O cotidiano é suspenso de três maneiras: pelas ciências, que eu posso passar para ele, pela arte e pela filosofia.*

***A arma está no professor?***

*MLAS - De certa maneira sim, mas o professor não pode ser responsabilizado por tudo.*

***Mas ele é o elemento chave?***

*MLAS - Dentro da sala de aula sim.*

***Não, digo dentro do contexto desta transformação.***

*MLAS - Eu não posso imaginar isso. É muito primário dizer que a escola vai mudar o mundo. A escola não vai mudar o mundo. Ela apenas é uma das instituições do mundo. (ibid.).*

As falas acima espelham como, na situação face a face, reproduzida na narrativa jornalística através da transcrição da conversa, a linguagem possui a capacidade de se destacar da experiência do aqui e agora, trazendo, para o momento da leitura do jornal, a troca de subjetividades, sustentada em uma sincronia contínua entre repórter e professora. É no campo dessa troca de subjetividades que se processa a produção de conhecimento. Ela está no movimento formado pelo acesso recíproco e contínuo das duas subjetividades e do meu e do seu compartilhar dessa troca, na medida em que a

interiorizamos.

A professora explica que o cotidiano é "suspenso" - no sentido de circunscrito e interpretado - de três maneiras. A maneira pela qual o professor pode passar ("suspender") o cotidiano para o aluno é através das ciências. O repórter entende que, então, o professor é "a arma" da transformação pretendida pelos pensadores em Geografia. MLAS responde que "sim", mas ressalva que "de certa forma", uma vez que não se pode deixar tudo sob sua responsabilidade, pois o professor não pode dar conta de responder a tudo. O repórter insiste na sua interpretação da subjetividade de MLAS, perguntando se o professor seria o "elemento chave". A resposta é que o professor é "elemento chave" dessa mudança apenas na sala de aula. Mas o repórter explica que não é esse o sentido da sua pergunta - o que ele quer saber é se o professor não seria o elemento chave da transformação pretendida pelos pensadores em geografia. MLAS salienta que essa suposição é "primária", uma vez que a escola é apenas uma das instituições que fazem parte da dinâmica social. Portanto, ela, sozinha, e o professor, como parte dela, não podem provocar essa transformação.

A seguir, MLAS esclarece sua leitura sobre a postura dos professores diante do ensino de Geografia:

*(...) O professor de geografia vai para sala de aula achando que a escala é escala de mapa, quando escala em geografia é o lugar, é a região, é o país, o mundo. Aí que você vê que no lugar está o mundo e no mundo está o lugar. Quando o professor clarear isso ficará*

*sabendo produzir em sala de aula a ciência geográfica. Se ele ficar só preso ao livro didático, massacrado pelo cotidiano e pressionado por todas as outras aberrações que o envolve, ele deixa de ler esse mundo. (ibid).*

A fim de que o professor se torne, em sala de aula, um agente das transformações pretendidas pela Geografia, ele precisa superar a dependência dos livros didáticos e aprender a ler o mundo, entendendo que onde há uma escala há uma realidade social, um cotidiano vivo a ser interpretado e que o mapa é o mundo e o mundo um lugar repleto de realidade.

Outros tópicos relativos ao ensino da Geografia são abordados ao longo da entrevista. Por questão de delimitação de espaço e de conteúdo, selecionei as partes que tratam do papel do professor.

Ouvimos, nos dois casos anteriores, as falas dos professores reproduzidas em peças jornalísticas pertencentes ao gênero entrevista tipo pergunta e resposta. A peça a seguir obedece ao gênero reportagem sobre fato do momento, em que outras fontes são ouvidas pelo jornal e suas falas reproduzidas ora textualmente, por “entre aspas”, ora de maneira indireta, no corpo do texto.

# Geografia e história: muito além da academia

José Jesus Vicente

Professores de geografia e de história queiram mudar a forma como se ensinam essas disciplinas em sala de aula. Eles acreditam que essas disciplinas, chamadas agora de história e geografia crítica, não ensinam, confundindo o aluno do mundo inteiro com o brasileiro. Ele poderá dizer: porque está em campo, e o professor não consegue ensinar a história do mundo.



Professora Maria Lúcia Amâncio Soares

Muitas em cima de temas, de livros, de livros. Por exemplo o trabalho, a economia. Uma história mais adequada à realidade, para o aluno participar de sua construção.

As professoras dizem que estão capacitadas para ensinar esse novo trabalho? E aonde está preparado para enfrentar os desafios para o professor. Muitas vezes ele só tem esse livro para trabalhar com os alunos.

Você disse que o professor está desatualizado, mas agora diz que depende do livro didático. Não há uma atualização necessária. Não, não há atualização. Ele está capacitado, mas não há falta de uma série de elementos porque o mundo de hoje, em 1998, tem que falar mais alto: a geografia está em crise. Não a crise porque é ela que nos mantém. Veja, de 70 para cá, a grande influência que temos dos meios de comunicação, da televisão, da internet, da comunicação, tem um elemento que atropela o professor, a velocidade. Quando assisto a um jornal de meia hora vejo tudo que não sei falar aqui informação, a vida e a ciência.

Uma história de mesa tem que ser diferente? Maria Lúcia - Não, não é diferente. Ela é diferente porque o mundo de hoje é diferente. Quando eu era criança, quando não dissemos que a geografia estava em crise e a história vivia a crise.

Essa história é atualizada? Maria Lúcia - Sim. Porque o mundo dos professores em geografia estava questionando aquela geografia tradicional que era um rol, um elenco de nomes de reis, de lendas, de mitos. Essa questão foi evidentemente colocada assim: viva a crise, porque ela nos faz pensar, pois naquele momento

o mundo já era outro, que deveria ser diferente. A partir daí que a gente começou a pensar em mudar de maneira com países de educação: o sim e o não. Não é sim ou não, mas sim e não, que fazem o movimento e que a gente, através dele, pode pensar. De lá para cá temos elementos foram incorporados, como a globalização, a fragmentação, os grandes blocos internacionais, o novo dinheiro entre que formará a comunidade para enfrentar outros países do mundo.

Essa geografia realmente está o que aparece na proposta curricular do Estado que foi de difícil aceitação, não no sentido dos professores aceitar. Mas porque era difícil de trabalhar com o sim e não no mesmo tempo e principalmente porque não havia o mundo de hoje e não constaram dos livros didáticos. Não constar do livro didático é difícil para o professor. Muitas vezes ele só tem esse livro para trabalhar com os alunos.

Você disse que o professor está desatualizado, mas agora diz que depende do livro didático. Não há uma atualização necessária. Não, não há atualização. Ele está capacitado, mas não há falta de uma série de elementos porque o mundo de hoje, em 1998, tem que falar mais alto: a geografia está em crise. Não a crise porque é ela que nos mantém. Veja, de 70 para cá, a grande influência que temos dos meios de comunicação, da televisão, da internet, da comunicação, tem um elemento que atropela o professor, a velocidade. Quando assisto a um jornal de meia hora vejo tudo que não sei falar aqui informação, a vida e a ciência.

Uma história de mesa tem que ser diferente? Maria Lúcia - Não, não é diferente. Ela é diferente porque o mundo de hoje é diferente. Quando eu era criança, quando não dissemos que a geografia estava em crise e a história vivia a crise.

Essa história é atualizada? Maria Lúcia - Sim. Porque o mundo dos professores em geografia estava questionando aquela geografia tradicional que era um rol, um elenco de nomes de reis, de lendas, de mitos. Essa questão foi evidentemente colocada assim: viva a crise, porque ela nos faz pensar, pois naquele momento

o mundo já era outro, que deveria ser diferente. A partir daí que a gente começou a pensar em mudar de maneira com países de educação: o sim e o não. Não é sim ou não, mas sim e não, que fazem o movimento e que a gente, através dele, pode pensar. De lá para cá temos elementos foram incorporados, como a globalização, a fragmentação, os grandes blocos internacionais, o novo dinheiro entre que formará a comunidade para enfrentar outros países do mundo.

Essa geografia realmente está o que aparece na proposta curricular do Estado que foi de difícil aceitação, não no sentido dos professores aceitar. Mas porque era difícil de trabalhar com o sim e não no mesmo tempo e principalmente porque não havia o mundo de hoje e não constaram dos livros didáticos. Não constar do livro didático é difícil para o professor. Muitas vezes ele só tem esse livro para trabalhar com os alunos.

Você disse que o professor está desatualizado, mas agora diz que depende do livro didático. Não há uma atualização necessária. Não, não há atualização. Ele está capacitado, mas não há falta de uma série de elementos porque o mundo de hoje, em 1998, tem que falar mais alto: a geografia está em crise. Não a crise porque é ela que nos mantém. Veja, de 70 para cá, a grande influência que temos dos meios de comunicação, da televisão, da internet, da comunicação, tem um elemento que atropela o professor, a velocidade. Quando assisto a um jornal de meia hora vejo tudo que não sei falar aqui informação, a vida e a ciência.

Uma história de mesa tem que ser diferente? Maria Lúcia - Não, não é diferente. Ela é diferente porque o mundo de hoje é diferente. Quando eu era criança, quando não dissemos que a geografia estava em crise e a história vivia a crise.



Professora Selma Maria Bernardi

Essa história é atualizada? Maria Lúcia - Sim. Porque o mundo dos professores em geografia estava questionando aquela geografia tradicional que era um rol, um elenco de nomes de reis, de lendas, de mitos. Essa questão foi evidentemente colocada assim: viva a crise, porque ela nos faz pensar, pois naquele momento

Essa geografia realmente está o que aparece na proposta curricular do Estado que foi de difícil aceitação, não no sentido dos professores aceitar. Mas porque era difícil de trabalhar com o sim e não no mesmo tempo e principalmente porque não havia o mundo de hoje e não constaram dos livros didáticos. Não constar do livro didático é difícil para o professor. Muitas vezes ele só tem esse livro para trabalhar com os alunos.

Você disse que o professor está desatualizado, mas agora diz que depende do livro didático. Não há uma atualização necessária. Não, não há atualização. Ele está capacitado, mas não há falta de uma série de elementos porque o mundo de hoje, em 1998, tem que falar mais alto: a geografia está em crise. Não a crise porque é ela que nos mantém. Veja, de 70 para cá, a grande influência que temos dos meios de comunicação, da televisão, da internet, da comunicação, tem um elemento que atropela o professor, a velocidade. Quando assisto a um jornal de meia hora vejo tudo que não sei falar aqui informação, a vida e a ciência.

Uma história de mesa tem que ser diferente? Maria Lúcia - Não, não é diferente. Ela é diferente porque o mundo de hoje é diferente. Quando eu era criança, quando não dissemos que a geografia estava em crise e a história vivia a crise.

transformar para onde, para qual realidade? Maria Lúcia - Para que ele não se imagine e possa chegar a essas coisas.

Essa história é atualizada? Maria Lúcia - Sim. Porque o mundo dos professores em geografia estava questionando aquela geografia tradicional que era um rol, um elenco de nomes de reis, de lendas, de mitos. Essa questão foi evidentemente colocada assim: viva a crise, porque ela nos faz pensar, pois naquele momento

Essa geografia realmente está o que aparece na proposta curricular do Estado que foi de difícil aceitação, não no sentido dos professores aceitar. Mas porque era difícil de trabalhar com o sim e não no mesmo tempo e principalmente porque não havia o mundo de hoje e não constaram dos livros didáticos. Não constar do livro didático é difícil para o professor. Muitas vezes ele só tem esse livro para trabalhar com os alunos.

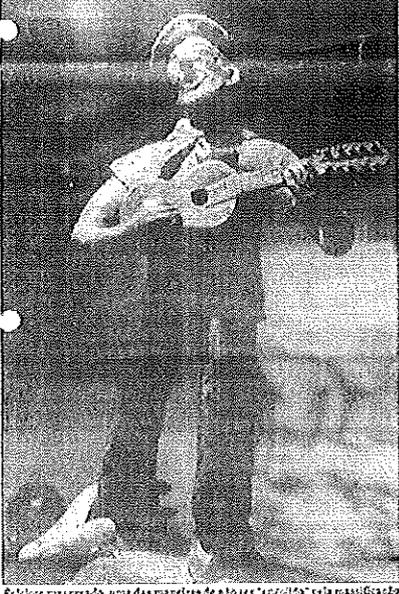
Você disse que o professor está desatualizado, mas agora diz que depende do livro didático. Não há uma atualização necessária. Não, não há atualização. Ele está capacitado, mas não há falta de uma série de elementos porque o mundo de hoje, em 1998, tem que falar mais alto: a geografia está em crise. Não a crise porque é ela que nos mantém. Veja, de 70 para cá, a grande influência que temos dos meios de comunicação, da televisão, da internet, da comunicação, tem um elemento que atropela o professor, a velocidade. Quando assisto a um jornal de meia hora vejo tudo que não sei falar aqui informação, a vida e a ciência.

Uma história de mesa tem que ser diferente? Maria Lúcia - Não, não é diferente. Ela é diferente porque o mundo de hoje é diferente. Quando eu era criança, quando não dissemos que a geografia estava em crise e a história vivia a crise.

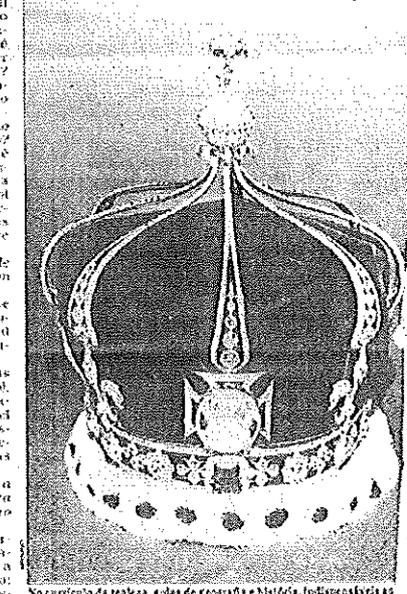
Essa geografia realmente está o que aparece na proposta curricular do Estado que foi de difícil aceitação, não no sentido dos professores aceitar. Mas porque era difícil de trabalhar com o sim e não no mesmo tempo e principalmente porque não havia o mundo de hoje e não constaram dos livros didáticos. Não constar do livro didático é difícil para o professor. Muitas vezes ele só tem esse livro para trabalhar com os alunos.

Você disse que o professor está desatualizado, mas agora diz que depende do livro didático. Não há uma atualização necessária. Não, não há atualização. Ele está capacitado, mas não há falta de uma série de elementos porque o mundo de hoje, em 1998, tem que falar mais alto: a geografia está em crise. Não a crise porque é ela que nos mantém. Veja, de 70 para cá, a grande influência que temos dos meios de comunicação, da televisão, da internet, da comunicação, tem um elemento que atropela o professor, a velocidade. Quando assisto a um jornal de meia hora vejo tudo que não sei falar aqui informação, a vida e a ciência.

Uma história de mesa tem que ser diferente? Maria Lúcia - Não, não é diferente. Ela é diferente porque o mundo de hoje é diferente. Quando eu era criança, quando não dissemos que a geografia estava em crise e a história vivia a crise.



Felício preservado, uma das maneiras de não ser "engolido" pela massificação



No currículo da realza, a aula de geografia e história, indigestões variadas

o mundo já era outro, que deveria ser diferente. A partir daí que a gente começou a pensar em mudar de maneira com países de educação: o sim e o não. Não é sim ou não, mas sim e não, que fazem o movimento e que a gente, através dele, pode pensar. De lá para cá temos elementos foram incorporados, como a globalização, a fragmentação, os grandes blocos internacionais, o novo dinheiro entre que formará a comunidade para enfrentar outros países do mundo.

Essa geografia realmente está o que aparece na proposta curricular do Estado que foi de difícil aceitação, não no sentido dos professores aceitar. Mas porque era difícil de trabalhar com o sim e não no mesmo tempo e principalmente porque não havia o mundo de hoje e não constaram dos livros didáticos. Não constar do livro didático é difícil para o professor. Muitas vezes ele só tem esse livro para trabalhar com os alunos.

Essa história é atualizada? Maria Lúcia - Sim. Porque o mundo dos professores em geografia estava questionando aquela geografia tradicional que era um rol, um elenco de nomes de reis, de lendas, de mitos. Essa questão foi evidentemente colocada assim: viva a crise, porque ela nos faz pensar, pois naquele momento

**c) Recuperação Escolar no período de férias - uma opção longe da ideal;**

Reportagem publicada em 23 de janeiro de 1997 pelo jornal Diário de Sorocaba repercutiu a nova metodologia de recuperação escolar adotada pela rede estadual de ensino na época. O título **RECUPERAÇÃO ESCOLAR - Opiniões estão divididas sobre a nova metodologia adotada pela rede estadual**, é seguido por um subtítulo descritivo da reportagem, denominado, em linguagem jornalística, de “linhão”, que introduz o assunto da matéria em duas orações: “Apeoesp diz que o Estado deveria dar condições de trabalho aos professores. Secretária de Educação é favorável à adoção do sistema na rede municipal.”

Diagramada em seis colunas (espaço gráfico do jornal), ocupando toda a extensão da página na largura e um pouco mais da metade em altura, a matéria é dividida em duas partes. A maior, distribuída em seis colunas, traz a opinião da secretária de Educação de Sorocaba, aqui identificada pelas iniciais do seu nome SKB, e de representante da categoria dos professores do Estado de São Paulo, professor VM. A segunda e menor parte da reportagem compõe um bloco, conhecido no jargão jornalístico por box. Cercado por um fio preto de dois milímetros de espessura, esse box é reservado exclusivamente à opinião da professora SCMS, da Universidade de Sorocaba. Ocupando quatro colunas da parte direita inferior da página, o box que acompanha a matéria principal é aberto pelo título **Para especialista, estudantes devem ter sempre nova chance de recuperação.**

Julgo enriquecedor, para os propósitos desta pesquisa, detalhar a forma como a mídia trabalha graficamente o espaço reservado à fala dos professores e professoras da Universidade de Sorocaba, sobretudo quando as vozes de outros atores sociais também ecoam na narrativa jornalística. A análise pormenorizada da diagramação possibilita compreender que o jornal teve o objetivo de induzir a leitura inicial das opiniões dos atores sociais ligados ao Estado e à entidade dos professores, deixando, por último, e de forma intencionalmente destacada, a fala da professora da Uniso, para que ela prevaleça - ou tenha maior peso - enquanto definição de uma realidade em processo de construção.

A matéria principal informa que a nova metodologia de recuperação de alunos da rede estadual está “dividindo as opiniões no município”. A maior crítica recai sobre o reduzido espaço de tempo, de “menos de um mês” (entre os dias 8 e 28 de janeiro), em que ela ocorre. Essa divisão de opiniões é polarizada, de um lado, pela secretária municipal de Educação, SKB e, por outro, pelo representante dos professores do Estado de São Paulo, VM. A primeira “aprova ‘totalmente’ o novo sistema de recuperação adotado pelo Estado”, devendo estudar a viabilidade de sua implantação na rede municipal. O segundo considera a medida “improvisada”, devido à falta de informação antecipada aos professores e alunos, bem como à contratação de “professores não habilitados” para ministrar a recuperação. Outros pontos negativos nos quais o representante dos professores sustenta sua opinião residem no fato desse período ocorrer nas férias de janeiro, e em apenas nove unidades consideradas “pólo”, para onde os alunos das “aproximadamente noventa escolas estaduais” do município são obrigados a

se deslocar, arcando por conta própria com o transporte.

SKB e VM são qualificados no texto apenas como “secretária municipal de Educação” e “coordenador da subsede local da Apeoesp (Sindicato dos Professores da Rede Oficial de Ensino do Estado de São Paulo)”, respectivamente. Não há qualquer referência à formação escolar ou detalhamento sobre a experiência profissional de cada um. Assim, a razão pela qual ambos foram escolhidos para falar sobre suas opiniões a respeito de uma realidade em processo de construção social (a nova metodologia de recuperação escolar), deve-se aos cargos que ocupam enquanto representantes de instituições sociais presentes no cotidiano da cidade. Isso os caracteriza, na acepção de Berger e Luckmann, como definidores “oficiais” da realidade.

Por outro lado, a análise da forma como o jornal qualificou a docente da Uniso permite concluir que, não apenas nos aspectos gráficos, mas também no conteúdo da narrativa, SCMS ocupa um papel privilegiado enquanto definidora de realidade, no caso, de uma realidade social pertinente ao cotidiano das escolas de Sorocaba no início de 1997. Essa afirmação tem por base o fato de que das 17 linhas que formam o *lead* desse segundo bloco, 14 se destinam a apresentar a professora, qualificando-a profissionalmente de forma quase exaustiva, conforme reproduzo, a seguir, desta vez, obedecendo ao número aproximado de toques da coluna do jornal para uma melhor compreensão visual do exposto:

*“Enquanto houver uma possibilidade de recuperação, vale a*

*pena tentar”, afirma a professora (SCMS), mestre e doutoranda em “Psicologia da Educação”, pela Puc de São Paulo. SCMS, que leciona há 25 anos, tendo passado por várias instituições de ensino, ex-diretora da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras local e, atualmente, titular das cadeiras de Psicologia da Educação e Psicologia Social na Uniso (nos cursos de Pedagogia, Jornalismo e Publicidade) e Psicologia em Saúde na Faculdade de Medicina da Puc (Campus de Sorocaba), analisou a questão detalhadamente. (Para especialista, estudantes devem ter sempre nova chance de recuperação, Diário de Sorocaba, Sorocaba, 23 jan. 1997, p. A6).*

A fala inicial da professora da Uniso, segundo a qual “Enquanto houver uma possibilidade de recuperação, vale a pena tentar”, é, imediatamente a seguir, dentro da narrativa jornalística, legitimada por fatores de plausibilidade consubstanciados no reconhecimento social da autoridade de “quem diz”. Para Berger e Luckmann, esses fatores caracterizam um tipo de conversa que possui uma “condição privilegiada” enquanto definidora de uma realidade. A esse respeito, os autores citados afirmam:

Certas conversas podem também ser explicitamente definidas e legitimadas como tendo uma condição privilegiada, tais como as conversas com o confessor, com o psicanalista ou com uma figura semelhante em “autoridade”. A autoridade consiste neste caso na condição cognoscitiva e normativamente superior que é atribuída a estas conversas.

A realidade subjetiva depende assim sempre de estruturas específicas de plausibilidade, isto é, da base social específica e dos processos sociais exigidos para sua conservação. Só é possível o

indivíduo manter sua auto-identificação como pessoa de importância em um meio que confirma esta identidade; uma pessoa só pode manter sua fé católica se conserva uma relação significativa com a comunidade católica, e assim por diante. (BERGER, Peter e LUCKMANN, Thomaz, A Construção Social da Realidade, 1998, p. 205).

A forma como SCMS é apresentada no *lead* da matéria tem a eficácia de legitimar sua identificação, no título, enquanto “especialista”, para a qual os “estudantes devem ter sempre nova chance de recuperação” (normatividade). Os fatores cognoscitivos estão bastante presentes em sua fala, algumas vezes implícita, outras vezes reproduzida de forma textual no corpo da narrativa. Na abertura da matéria, a professora, ao contrário da secretária de Educação e do representante dos professores, analisou a questão da recuperação em si, independentemente de qualquer outro aspecto, definindo-a como válida (“vale a pena”) para o aluno. A partir do segundo parágrafo, ela passa a contextualizar a recuperação então anunciada pelo jornal, conforme adotada em janeiro de 1997 pela rede estadual de ensino de São Paulo:

*Para ela, a recuperação, como está sendo realizada na rede estadual, apresenta alguns pontos negativos: em primeiro lugar, foi anunciada no final do ano, surpreendendo as autoridades educacionais envolvidas; em segundo lugar, o ideal seria uma recuperação semana após semana, ao longo do ano. “É muito difícil recuperar uma matéria assim em tão poucos dias e, em muitos casos, são várias matérias”, disse. Numa “recuperação simultânea”, o professor teria condições de ir detectando quais os assuntos que*

*os alunos não estão aprendendo e, desse modo, voltar a esses pontos. (Para especialista, estudantes devem ter sempre nova chance de recuperação, Diário de Sorocaba, Sorocaba, 23 jan. 1997, p. A6).*

A “especialista” contextualiza a recuperação escolar dentro de critérios de análise. Começa abordando os pontos negativos, de maneira ordenada: “em primeiro lugar...” e “em segundo lugar...”. Para cada afirmativa há uma justificativa: (“em primeiro lugar”) a nova metodologia de recuperação “foi anunciada no final do ano” (ponto negativo) “surpreendendo as autoridades educacionais envolvidas” (justificativa). A seguir (“em segundo lugar”) a metodologia não é a ideal (ponto negativo) pois “o ideal seria uma recuperação semana após semana” (justificativa) e “numa ‘recuperação simultânea’, o professor teria condições de ir detectando quais os assuntos que os alunos não estão aprendendo e, desse modo, voltar a esses pontos” (detalhamento da justificativa).

A mesma estrutura é utilizada para a abordagem dos “pontos positivos”:

*Mas, por outro lado, ela vê os seguintes pontos positivos: primeiro que o menor número de alunos por classe favorece o aprendizado; segundo, o fato de o professor da recuperação não ser conhecido do aluno pode também favorecer o aprendizado, já que ele pode ter uma nova motivação para estudar. (ibid).*

A noção de polaridade negativa e positiva permanece de forma implícita nos dois parágrafos seguintes. Um, trata da recuperação enquanto fator ligado à melhoria do ensino no âmbito do Estado. O outro, aborda as prováveis implicações da recuperação no período de férias sob a perspectiva dos interesses do aluno.

*(SCMS) considerou ainda que a recuperação não é a saída para a melhoria do ensino no Estado, “não é o ideal, nem milagrosa”. No entanto, enquanto não houver mudanças nas atuais estruturas de ensino, “deve-se lançar mão de todos os recursos para se tentar recuperar os alunos”. Como a recuperação deste ano é uma experiência nova, “vamos aguardar por uma avaliação do processo, para sabermos se os resultados foram mais positivos do que negativos”. (ibid).*

Embora não seja “ideal, nem milagrosa” (ponto negativo), a nova metodologia representa uma tentativa de recuperar os alunos, consistindo, ainda, numa experiência nova (ponto positivo) cujos resultados serão analisados no final do processo. Este recorte da realidade, segundo Berger e Luckmann, representa uma definição rival à oficial, defendida pela secretária de Educação, que “aprovou ‘totalmente’” a nova metodologia, conforme salientado anteriormente. No parágrafo seguinte, SCMS contrapõe uma definição à do representante dos professores, trazendo novos elementos à questão do aproveitamento das férias escolares como período de

recuperação, sempre dentro da abordagem dos aspectos positivos e negativos:

*Quanto às férias em janeiro, a professora acredita que elas são importantes para os estudantes, principalmente os mais novos, que apreciam uma “atividade diferente” daquela que praticam na escola durante o ano todo. Mas se o aluno estiver motivado a passar de ano durante o período de recuperação, disse, “certamente vai começar uma nova série interessado”. (ibid).*

Tratada a questão da nova metodologia de recuperação escolar sob o ponto de vista dela mesma, do Ensino no Estado e do aluno, SCMS passa a salientar, a partir do próximo parágrafo, os aspectos pertinentes aos relacionamentos pais/alunos e professores/alunos. Reportando-se a Paul Mussen (Desenvolvimento Psicológico da Criança), ensina que há três tipos de pais, sendo que “a mesma classificação vale para os professores”. A reação deles em relação aos alunos que ficarem para recuperação irá depender dessa classificação, detalhada a seguir, na voz da docente da Uniso:

*autocráticos, que exigem dos filhos estarem entre os “primeiros” da classe; democráticos, que impõem limites aos filhos, mas são flexíveis; e “lassez-faire” (do francês: deixa*

*fazer), que não impõem limites, deixando a responsabilidade para a criança. (ibid).*

A fala da docente da Uniso foi marcada por afastamento crítico e critérios teóricos de abordagem do problema. Essa afirmativa se deve ao fato de que o assunto “recuperação escolar” foi analisado primeiramente “em si”, depois sob vários ângulos e de forma elaborada. Não houve, por parte da professora, preocupação em se mostrar contra ou a favor da medida, nem em criticar ou apoiar os seus autores, ligados ao governo, mas em trazer elementos pertinentes para uma análise bem fundamentada. Cada aspecto do problema foi detalhado sob ao menos um ponto de vista positivo e outro negativo, seguidos de suas justificativas. A forma como a professora tratou a questão da recuperação escolar ensina o exercício da reflexão crítica de maneira isenta e criteriosa. Em outras palavras: ensina a pensar com método. A conceitualização teórica da realidade feita por SCMS se contrapõe às conceitualizações pragmáticas, “de receita”, dos demais autores sociais entrevistados na reportagem. Daí o destaque privilegiado concedido pelo jornal a SCMS enquanto “especialista” definidora de realidade.

Segundo Berger e Luckmann, a especialização de corpos de conhecimentos específicos, como é o caso dos professores e professoras da Uniso, é característica das sociedades pluralistas, marcadas pela divisão do trabalho e conseqüente excedente econômico, o que possibilita, aos especialistas, a dedicação em tempo integral ao desenvolvimento desses corpos de conhecimentos. Mas o que interessa para os propósitos deste trabalho é compreender que o espaço privilegiado concedido pela mídia aos

professores da Universidade de Sorocaba tem sua razão de ser no acervo de conhecimentos específicos sobre a realidade que eles estão capacitados a transmitir, colaborando, dessa forma, para a construção social do conhecimento da realidade dentro da narrativa jornalística. O espaço privilegiado concedido aos docentes da Universidade de Sorocaba nas reportagens até aqui analisadas mostra, portanto, que os jornais reconhecem o professor da instituição universitária como possuidor desse acervo social de conhecimento.

Esse reconhecimento da mídia pode ser confirmado na análise de outras três reportagens com a professora SCMS, publicadas entre 1995 e 1999. Todas seguem o estilo “aconselhamento” e são vinculadas a assuntos considerados da atualidade para a época. A reportagem ***Estudante deve analisar com cuidado a profissão a seguir*** (Cruzeiro do Sul, 15 mai. 1995, p. 8), publicada em período de vestibular de meio de ano, traz explicações da professora sobre como os candidatos devem proceder para acertar na escolha da profissão. A importância da informática nas escolas e o computador como recurso útil ao aprendizado é assunto de outra matéria, intitulada ***Psicóloga adverte: micro é só mais um instrumento*** (Cruzeiro do Sul, 04 set. 1996, Caderno de Informática, p. 1), em que a educadora explica, entre outros tópicos, por que o computador jamais substituirá o professor. Em uma terceira matéria, intitulada ***Esforço que vale uma nota azul*** (Cruzeiro do Sul, 08 jun. 1997, p. 48), SCMS comenta como pais, alunos e professores devem lidar com a nota vermelha no boletim. Em todas essas peças, a professora responde a vários problemas presentes no cotidiano, modificando e reconstruindo a realidade, dando consistência a questões normalmente

apreendidas de maneira vaga, construindo corpos de conhecimentos que ajudam o indivíduo a se conscientizar sobre suas próprias dúvidas e resolvê-las, traçando contornos mais firmes e claros sobre a realidade.

Conforme especifiquei anteriormente, em 4, das 13 peças jornalísticas da subcategoria **Educação**, o repórter ouviu outros atores sociais, além de algum professor da Universidade. Em todas essas 4 peças - e a anteriormente analisada é um exemplo disso - a fala do professor da Uniso traz conceitualizações elaboradas da realidade, expressas em análises abrangentes e criteriosas, marcadas por fatores cognoscitivos elevados. Essas conceitualizações tendem a se contrapor a versões oficiais, como ocorreu na matéria sobre recuperação escolar e, como, também, é o caso da peça jornalística que passo a analisar a seguir.

■ RECUPERAÇÃO ESCOLAR

# Opiniões estão divididas sobre a nova metodologia adotada pela rede estadual

• Apeoesp diz que o Estado deveria dar condições de trabalho aos professores • Secretária de Educação é favorável à adoção do sistema na rede municipal

A nova metodologia de recuperação escolar adotada neste final de ano pela rede estadual de ensino está dividida as opiniões na cidade. Boa parte, inclusive, para alguns, não vai além de um meio de recuperar um ano em menos de um mês. Se após as avaliações, os professores perceberem que os alunos não foram capazes de recuperar, na qual os alunos terão de fazer uma nova oportunidade de promoção para o próximo ano.

devido à falta de recursos, para o transporte, ou seja, "o governo estadual não está fazendo com o transporte dos estudantes". Outro ponto negativo, para o coordenador da Apeoesp é o fato de a recuperação não estar sendo realizada nas próprias escolas onde os alunos frequentam, mas em locais onde o estudante reside (somente a Guan de estudo, no qual, estão estudando os alunos de várias cidades mais baixas).

de Estado e aprovar os alunos, afirma o coordenador da Apeoesp local, mas é preciso que os estudantes tenham realmente aprendido o conteúdo das matérias, o que se torna "impossível" em meses de férias. A recuperação deve ser feita no dia 8 e vai até o próximo dia 25. De acordo com ela, a proposta do Estado "levanta o auto-estímulo do aluno, mas como isso é possível se o professor está com a sua auto-estima tão baixa? Sem infraestrutura para trabalhar (com salas de aula superlotadas) e recebendo apenas R\$ 2,88 por hora,

fazem Vicente Moreira neste particular. Outro fator de reprovação e desmotivação diz respeito ao fato de a superlotação das salas, onde não consegue assimilar os materiais devido ao barulho e dispersão. A própria Secretária da Educação, segundo Vicente, diz que o Estado investiu mais nos salários e na formação dos professores, assim como reduziu o número de aulas semanais duas vezes do que os alunos recebem. Acrescentando que os alunos não tinham lanche, problemas na escola, como é o caso de ficar sentado em uma ou mais disciplinas, recebendo o pro-

seja uma outra possibilidade de se recuperar o último ano de um sistema de dependência das disciplinas, em que o aluno não obtive aprovação. Mas nem todas as escolas censuradas foram favoráveis à medida, informou Vicente Moreira. Então, o que se tem seguido para este ano são dois períodos de recuperação, um em janeiro de julho, e outro, novamente em janeiro de 87, que também se dá extensiva aos alunos do 2º Grau. Para a Apeoesp, "todo isso só funciona, porém, se houver mudanças na atual estrutura do ensino da rede estadual".

Shelia Kauter Bova, disse que aprova "totalmente" o novo sistema de recuperação adotado pela rede estadual. Segundo ela, "o princípio seria ótimo para a rede municipal, mas primeiramente, antes de tomar qualquer decisão, precisamos avaliar como está funcionando as nossas escolas. Como esse funcionamento se reflete nos professores e com o corpo técnico das Delegações de Ensino de Sorocaba.

recebendo apenas R\$ 2,88 por hora, não dá para os professores ficarem motivados". Para melhorar as condições de ensino na rede estadual, o coordenador pretende redigir o número de recuperações de alunos que o Estado investiu mais nos salários e na formação dos professores, assim como reduziu o número de aulas semanais duas vezes do que os alunos recebem. Acrescentando que os alunos não tinham lanche, problemas na escola, como é o caso de ficar sentado em uma ou mais disciplinas, recebendo o pro-

seria uma recuperação semanal após o término do longo de um mês, "é muito difícil recuperar uma matéria assim em tão poucos dias e em muitos anos, de várias matérias", disse. Numa "revisão semelhante", o professor teria condições de ir e voltar para casa, e os alunos não teriam que estudar em casa. Mas, por outro lado, ela se preocupa com o número de alunos que não vão trabalhar e o prejudicando, e segundo o fato de o professor de recuperação não ser considerado como uma matéria de interesse.

DEPENDÊNCIA. - No final do ano passado, o Estado fez um levantamento

seja uma outra possibilidade de se recuperar o último ano de um sistema de dependência das disciplinas, em que o aluno não obtive aprovação. Mas nem todas as escolas censuradas foram favoráveis à medida, informou Vicente Moreira. Então, o que se tem seguido para este ano são dois períodos de recuperação, um em janeiro de julho, e outro, novamente em janeiro de 87, que também se dá extensiva aos alunos do 2º Grau. Para a Apeoesp, "todo isso só funciona, porém, se houver mudanças na atual estrutura do ensino da rede estadual".

de recuperação de alunos, afirma o coordenador da Apeoesp local, mas é preciso que os estudantes tenham realmente aprendido o conteúdo das matérias, o que se torna "impossível" em meses de férias. A recuperação deve ser feita no dia 8 e vai até o próximo dia 25. De acordo com ela, a proposta do Estado "levanta o auto-estímulo do aluno, mas como isso é possível se o professor está com a sua auto-estima tão baixa? Sem infraestrutura para trabalhar (com salas de aula superlotadas) e recebendo apenas R\$ 2,88 por hora,

devido à falta de recursos, para o transporte, ou seja, "o governo estadual não está fazendo com o transporte dos estudantes". Outro ponto negativo, para o coordenador da Apeoesp é o fato de a recuperação não estar sendo realizada nas próprias escolas onde os alunos frequentam, mas em locais onde o estudante reside (somente a Guan de estudo, no qual, estão estudando os alunos de várias cidades mais baixas).

de Estado e aprovar os alunos, afirma o coordenador da Apeoesp local, mas é preciso que os estudantes tenham realmente aprendido o conteúdo das matérias, o que se torna "impossível" em meses de férias. A recuperação deve ser feita no dia 8 e vai até o próximo dia 25. De acordo com ela, a proposta do Estado "levanta o auto-estímulo do aluno, mas como isso é possível se o professor está com a sua auto-estima tão baixa? Sem infraestrutura para trabalhar (com salas de aula superlotadas) e recebendo apenas R\$ 2,88 por hora,

devido à falta de recursos, para o transporte, ou seja, "o governo estadual não está fazendo com o transporte dos estudantes". Outro ponto negativo, para o coordenador da Apeoesp é o fato de a recuperação não estar sendo realizada nas próprias escolas onde os alunos frequentam, mas em locais onde o estudante reside (somente a Guan de estudo, no qual, estão estudando os alunos de várias cidades mais baixas).

devido à falta de recursos, para o transporte, ou seja, "o governo estadual não está fazendo com o transporte dos estudantes". Outro ponto negativo, para o coordenador da Apeoesp é o fato de a recuperação não estar sendo realizada nas próprias escolas onde os alunos frequentam, mas em locais onde o estudante reside (somente a Guan de estudo, no qual, estão estudando os alunos de várias cidades mais baixas).

devido à falta de recursos, para o transporte, ou seja, "o governo estadual não está fazendo com o transporte dos estudantes". Outro ponto negativo, para o coordenador da Apeoesp é o fato de a recuperação não estar sendo realizada nas próprias escolas onde os alunos frequentam, mas em locais onde o estudante reside (somente a Guan de estudo, no qual, estão estudando os alunos de várias cidades mais baixas).

devido à falta de recursos, para o transporte, ou seja, "o governo estadual não está fazendo com o transporte dos estudantes". Outro ponto negativo, para o coordenador da Apeoesp é o fato de a recuperação não estar sendo realizada nas próprias escolas onde os alunos frequentam, mas em locais onde o estudante reside (somente a Guan de estudo, no qual, estão estudando os alunos de várias cidades mais baixas).

devido à falta de recursos, para o transporte, ou seja, "o governo estadual não está fazendo com o transporte dos estudantes". Outro ponto negativo, para o coordenador da Apeoesp é o fato de a recuperação não estar sendo realizada nas próprias escolas onde os alunos frequentam, mas em locais onde o estudante reside (somente a Guan de estudo, no qual, estão estudando os alunos de várias cidades mais baixas).

## Para especialista, estudantes devem ter sempre nova chance de recuperação

"Quando houver uma possibilidade de recuperação semanal após o término do longo de um mês, "é muito difícil recuperar uma matéria assim em tão poucos dias e em muitos anos, de várias matérias", disse. Numa "revisão semelhante", o professor teria condições de ir e voltar para casa, e os alunos não teriam que estudar em casa. Mas, por outro lado, ela se preocupa com o número de alunos que não vão trabalhar e o prejudicando, e segundo o fato de o professor de recuperação não ser considerado como uma matéria de interesse."

Quando há a possibilidade de recuperação semanal após o término do longo de um mês, "é muito difícil recuperar uma matéria assim em tão poucos dias e em muitos anos, de várias matérias", disse. Numa "revisão semelhante", o professor teria condições de ir e voltar para casa, e os alunos não teriam que estudar em casa. Mas, por outro lado, ela se preocupa com o número de alunos que não vão trabalhar e o prejudicando, e segundo o fato de o professor de recuperação não ser considerado como uma matéria de interesse."

RELAÇÃO DOS PAIS - Como os pais reagem diante de uma situação de recuperação, vai depender muito dos próprios valores familiares em relação ao estudo. Segundo a psicóloga Sônia Chibiel, coordenadora do curso de Psicologia da Faculdade de Educação da Universidade de Sorocaba, "há de se levar em conta os tipos de pais, de acordo com a classificação de Paul Popenoe, em sua obra "Desenvolvimento Psicológico da Criança".

RELAÇÃO DOS PAIS - Como os pais reagem diante de uma situação de recuperação, vai depender muito dos próprios valores familiares em relação ao estudo. Segundo a psicóloga Sônia Chibiel, coordenadora do curso de Psicologia da Faculdade de Educação da Universidade de Sorocaba, "há de se levar em conta os tipos de pais, de acordo com a classificação de Paul Popenoe, em sua obra "Desenvolvimento Psicológico da Criança".

O objetivo do Secretário de Educação

**d) Hino Nacional nas escolas - patriotismo ou banalização?;**

O jornal *Cruzeiro do Sul*, na edição de 12 de março de 1997, publicou matéria informando que um vereador de Sorocaba pretendia tornar obrigatório o canto do Hino Nacional nas escolas, todos os dias, antes do início das aulas. No segundo e terceiro parágrafos, o jornal apresenta a justificativa do vereador, aqui identificado pela inicial C, do seu nome:

*Segundo o vereador, o culto à nacionalidade precisa ser incentivado nas escolas. "A proposta é muito importante para as gerações do futuro, pois o amor à pátria tem que se manter aceso nos corações dos jovens", diz C, observando que hoje em dia é comum ver jovens que não sabem cantar o Hino Nacional.*

*C afirma que na época em que estudava, cantava o hino todos os dias no pátio da escola. "Era uma coisa muito gostosa, um momento muito importante na vida da gente, importante para a formação do homem". (Hino Nacional: vereador quer canto nas escolas, **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 12 jan. 1997, p. 5).*

Os dois parágrafos seguintes são dedicados à opinião da secretária municipal de Educação, SKB, que disse achar a proposta "viável para os alunos de 1<sup>a</sup> a 4<sup>a</sup> séries":

*(...) “Vai ajudar a fixar a letra do hino e os alunos vão aprender a cantar e também a respeitar o hino”, disse SKB.*

*Já para os alunos a partir da 5ª série a secretária da Educação recomenda que o Hino Nacional seja cantado todas as sextas-feiras. (ibid.).*

Assim como na peça jornalística sobre Recuperação Escolar, nesta, o professor da Uniso é o último a falar. Sua fala não está diagramada em forma de box, como no caso anterior, mas, mesmo assim, é introduzida de maneira destacada da dos demais entrevistados, através do intertítulo “Banalização”, em negrito, dividindo a matéria em duas partes. Essa segunda parte, destinada inteiramente à fala do professor WS, forma um bloco de três parágrafos, que encerra a matéria, conforme reproduzo a seguir:

*...cantar o Hino Nacional todos os dias vai servir para banalizá-lo, fazendo com que ele se transforme em motivo de chacota entre os alunos. “No instante em você (sic) banaliza algo, este algo perde o sentido.”*

*Para o professor existem momentos em que se cantar o Hino Nacional é de extrema importância, como nas festividades cívicas, e a proposta de cantá-lo todos os dias pode acabar com isso. “Esta idéia não traria nenhuma vantagem, nem para a educação, nem para os alunos e nem para o Brasil”, afirmou o professor. “Os hábitos e costumes da sociedade mudaram e a escola também*

*precisa se adaptar à nova realidade e não se basear no antigo, numa volta ao passado”.*

*Segundo o professor, que estuda desde 1943 até hoje, nunca houve uma época em que se cantou o Hino Nacional todos os dias, nem nos piores momentos do regime militar. (ibid).*

As justificativas do vereador para querer tornar obrigatório o canto do Hino Nacional nas escolas seguem um pensamento linear (se era bom quando ele era estudante, será bom para os estudantes de hoje), apoiado num discurso repleto de frases de efeito (“A proposta é muito importante para **as gerações do futuro**, pois o **amor à pátria** tem que se **manter aceso nos corações** dos jovens” e “importante para **a formação do homem**”). C também acredita que impor o canto do Hino Nacional às crianças antes do início das aulas é importante para que elas aprendam a decorar a letra. Esse pensamento tem o aval da secretária de Educação, que também acha importante cantar o Hino Nacional todos os dias, pois assim as crianças poderão “fixar a letra” e “aprender a respeitar o hino”.

A análise sobre a realidade de cantar diariamente o Hino Nacional nas escolas, feita pelo vereador e secretária, é pouco abrangente, uma vez que a delimitação do problema ficou circunscrita às questões relativas ao patriotismo”, quando há muitos outros fatores atuando, de forma dinâmica, dentro dessa realidade. Não fosse a fala do professor da Universidade de Sorocaba, trazendo ao conhecimento público, através do jornal, toda a complexidade do assunto, a realidade sobre esse tema, conforme definida pelo vereador e secretária, poderia ser interpretada da seguinte maneira:

obrigam-se as crianças a cantar o Hino todos os dias; a repetição faria com que elas fixassem a letra; decorada a letra, as crianças iriam gostar, como antigamente, de cantar o Hino no pátio da escola; assim, aprenderiam a respeitá-lo e tornar-se-iam, no futuro, homens bem formados.

A fala do professor da Uniso percorre o sentido contrário dessa lógica, aniquilando-a. Para WS, inserir o Hino Nacional na rotina das escolas significa descontextualizá-lo dos momentos em que ele se reveste de “extrema importância”, como nas festividades cívicas, tornando-o banal. Como tudo o que é banalizado “perde o sentido”, o Hino perderia o seu sentido, tornando-se “motivo de chacota” por parte dos alunos. O efeito da obrigatoriedade de cantar o Hino Nacional nas escolas seria, portanto, contrário ao pretendido pelo vereador e ao suposto pela secretária. Em vez de respeitar o Hino, as crianças passariam a desrespeitá-lo. Por isso, a proposta do vereador não traria vantagens para ninguém: “nem para a educação, nem para os alunos e nem para o Brasil”.

WS deixa ainda implícitas duas idéias divergentes à iniciativa do vereador: a de que a proposta é anacrônica (“Os hábitos e costumes da sociedade mudaram e a escola também precisa se adaptar à nova realidade”) e autoritária, uma vez que nem durante os momentos mais extremos do regime militar exigiu-se o canto do Hino Nacional diariamente nas escolas.

Enquanto especialista definidor de realidades do cotidiano, o professor WS, a exemplo de diversos outros professores da Uniso presentes nas peças jornalísticas até aqui analisadas, caracteriza o tipo do intelectual numa sociedade pluralista, conforme definido por Berger e Luckmann:

Um tipo historicamente importante de especialista (...) é o intelectual, que podemos definir como um perito cuja capacidade especializada não é desejada pela sociedade em conjunto. Isto implica a redefinição do conhecimento com relação ao conhecimento "oficial", isto é, implica mais do que uma simples interpretação um tanto dissidente deste último. O intelectual é, assim, por definição, um tipo marginal. (...) ... sua marginalidade social exprime a falta de integração teórica no universo da sociedade a que pertencem. O intelectual aparece como um contra-especialista no trabalho de definir a realidade. Tal como o perito "oficial", tem um projeto para a sociedade em conjunto. Mas, enquanto o projeto do primeiro está de acordo com os programas institucionais e serve para dar-lhes legitimação teórica, o do intelectual existe num vazio institucional, no melhor dos casos objetivado em uma subsociedade de intelectuais da mesma espécie. A capacidade de sobrevivência desta subsociedade depende, evidentemente, de configurações estruturais na sociedade mais ampla. Pode-se dizer com certeza que um certo grau de pluralismo é uma condição necessária. (BERGER, Peter, e LUCKMAN, Thommaz, A Construção Social da Realidade, 1998 p. 169).

Entendo que dentro da linha de raciocínio dos autores de "A Construção Social do Conhecimento", os professores da Uniso formam uma subsociedade de intelectuais. O fator "marginalidade" é caracterizado não apenas pelo trabalho de contra-definição em relação às versões defendidas pelos representantes de órgãos oficialmente constituídos, mas igualmente pela contra-definição em relação às versões do senso comum, também socialmente instituídas e objetivadas na fala do cotidiano, conforme reproduzidas na narrativa jornalística de diversas peças até aqui analisadas.

O trabalho de contra-definição da realidade pode ser exemplificado com maior clareza através da análise de outra peça jornalística que integra a subcategoria **Educação**, também protagonizada pelo professor WS.

# Hino Nacional: vereador quer canto nas escolas

Obrigar todos os alunos, desde a pré-escola até a última série do 2º grau, da rede municipal de ensino a cantarem o Hino Nacional todos os dias, antes do início das aulas é a proposta que o vereador Antônio Carlos Ferreira dos Santos (PSDB) (o Carlinhos da Farmácia) pretende transformar em lei no município de Sorocaba.

Para viabilizar a idéia, o vereador está solicitando do prefeito Renato Amary (PSDB), por meio de indicação protocolada esta semana na Câmara Municipal, providências para a implantação da medida. A indicação é um instrumento pelo qual os vereadores sugerem propostas ao prefeito, sem que elas precisem ser votadas e discutidas na Câmara. "Fiz a indicação para ter uma posição do prefeito sobre o assunto, mas a idéia é fazer uma lei", disse Carlinhos.

Segundo o vereador, o culto à nacionalidade precisa ser incentivado nas escolas. "A proposta é muito importante para as gerações do futuro, pois o amor à pátria tem que se manter aceso nos corações dos jovens", diz Carlinhos, observando que hoje em dia é comum ver jovens que não sabem cantar o Hino Nacional.

Carlinhos afirma que na época em que estudava, cantava o hino



**Antônio Carlos Ferreira dos Santos** todos os dias no pátio da escola. "Era uma coisa muito gostosa, um momento muito importante na vida da gente, importante para a formação do homem."

Para a secretária municipal da Educação, professora Sheila Bovo, a proposta de se cantar o hino todos os dias é viável para os alunos de 1º a 4º séries. "Val ajudar a fixar a letra do hino e os alunos vão aprender a cantar e também a respeitar o hino", disse Sheila.

Já para alunos a partir da 5ª

série, a secretária da Educação recomenda que o Hino Nacional seja cantado todas as sextas-feiras.

## Banalização

O especialista em educação e professor da Universidade de Sorocaba (Uniso), Wladimir dos Santos, afirma que cantar o Hino Nacional todos os dias vai servir para banalizá-lo, fazendo com que ele se transforme em motivo de chacota entre os alunos. "No instante em você banaliza algo, este algo perde o sentido."

Para o professor existem momentos em que se cantar o Hino Nacional é de extrema importância, como nas festividades cívicas, e a proposta de cantá-lo todos os dias pode acabar com isso. "Esta idéia não traria nenhuma vantagem, nem para a educação, nem para os alunos e nem para o Brasil", afirmou o professor. "Os hábitos e costumes da sociedade mudaram e a escola também precisa se adaptar à nova realidade e não se basear no antigo, numa volta ao passado."

Segundo o professor, que estuda desde 1943 até hoje, nunca houve uma época em que se cantou o Hino Nacional todos os dias, nem nos piores momentos do regime militar.

### e) Exame Nacional de Cursos - o polêmico “Provão” do MEC;

Reportagem publicada pelo jornal Cruzeiro do Sul, em 9 de novembro de 1996, sobre o Exame Nacional de Cursos, mostrou, de forma mais clara, como o professor da Universidade de Sorocaba se destaca enquanto intelectual “contra-especialista” na definição da realidade, na acepção de Berger e Luckmann. Criado pelo Ministério de Educação e Cultura (MEC) para avaliar as instituições de ensino de terceiro grau no país, o Exame tornou-se popularmente conhecido como “Provão”, tornando-se alvo de críticas e gerador de incertezas nos meios acadêmicos, sobretudo nos primeiros anos de sua implantação.

A reportagem, publicada na véspera da primeira prova, é dividida em duas matérias. A primeira e principal, distribuída em 3 colunas por 17 centímetros de altura e intitulada **DCE quer que o provão seja entregue em branco**, informava que o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Uniso estava se mobilizando para boicotar a avaliação em Sorocaba. Na primeira parte da reportagem, o jornal informa que o DCE acreditava que a avaliação era “ineficaz e autoritária”.

Por outro lado, o então ministro da Educação e Cultura, que havia instituído o Exame através de portaria, esclarecia que a medida não tinha por objetivo avaliar os alunos, e que eles receberiam suas notas via correio, de forma sigilosa, para que pudessem tomar conhecimento do desempenho nas provas. Ainda segundo o ministro, os alunos que não fizessem o Exame poderiam colar grau, mas ficariam impedidos de registrar seus diplomas junto

ao MEC.

A segunda parte da reportagem é composta por um box diagramado em 2 colunas por 7 centímetros de altura, e destacada da principal por um fundo reticulado (na cor cinza), e pelo título **Professor acha provão inútil**. Segundo noticiou o jornal, o professor WS, da Universidade de Sorocaba, acreditava que o Provão iria:

*...provocar um conjunto de variáveis nas universidades, que começarão a preparar os alunos para o exame. "O provão vai prejudicar a qualidade de ensino superior". Segundo S., os cursos vão ser transformados em uma espécie de cursinho preparatório. WS diz acreditar que, a partir desse primeiro exame, os professores irão organizar o curso universitário de modo a condicionar o aluno para o Exame Nacional de Cursos. "O equívoco é imaginar que no ensino superior o professor se atenha apenas aos livros didáticos. Ele vai além dos livros, que são cópia um do outro. Os professores têm de trabalhar a atualidade, o mundo de hoje", afirmou S. Segundo ele, o MEC fez a seleção dos profissionais, que se responsabilizaram pela elaboração do provão. "Mas ninguém sabe quem são ou como foi feita a seleção", disse. (Professor acha provão inútil, **Cruzeiro do Sul**, Sorocaba, 09 nov. 1996, p. 4).*

Na acepção de Berger e Luckmann, e tendo por pano de fundo a

reportagem acima, o professor da Universidade de Sorocaba está para o intelectual contra-definidor de realidades assim como o ministro da Educação está para o perito “oficial”, cuja definição da realidade é apoiada “por programas institucionais e serve para dar-lhes legitimação teórica” - conforme citado anteriormente. No caso acima, o programa institucional é o Exame Nacional de Cursos, e a legitimação reside no poder de impedir o registro do diploma no MEC. A esse respeito, Beger e Luckmann salientam que “Aqueles que ocupam as posições decisivas de poder estão prontos para usar o seu poder a fim de impor as definições tradicionais da realidade à população submetida ao seu poder” (BERGER, Peter, e LUCKMAN, Thommaz, A Construção Social da Realidade, 1998, p. 163).

A contra-definição é objetivada na fala do professor da Uniso, segundo o qual o Provão é inútil, devendo prejudicar a qualidade do ensino superior, que tenderá a se transformar em cursos preparatórios ao Provão. WS salienta que no ensino superior não há como capturar o momento da aula para avaliar o desempenho do professor, uma vez que seu trabalho em classe “vai além dos livros”. Também coloca em dúvida a credibilidade desse sistema de avaliação devido à falta de transparência do processo, uma vez que não se sabe como foram selecionados os profissionais responsáveis pela elaboração das provas. Essas falas de WS conferem aos responsáveis pelo Provão um *status* cognoscitivo que não deve ser levado a sério, neutralizando, dessa forma, a legitimidade atribuída à decisão do ministro.

Enquanto o professor caracteriza o tipo intelectual contra-definidor de realidades e o ministro o perito “oficial” defensor tradicional do *status quo*, o

DCE, no exemplo acima, marca o pluralismo social, o que garante a sobrevivência dos tipos “marginais” e suas versões rivais da realidade. Berger e Luckmann salientam que “As definições tradicionais da realidade inibem a mudança social”, enquanto que, inversamente, “o desmoronamento da aceitação indisputada do monopólio acelera a mudança social “ (op. cit. p. 165). Disso é possível concluir que as contra-definições dos professores da Uniso, objetivadas por suas falas, são fatores que contribuem para acelerar a mudança social da realidade em processo de construção no cotidiano através da narrativa jornalística. Saliento, novamente, que essas contra-definições, nos casos das peças jornalísticas analisadas, não se contrapõem apenas às dos peritos “oficiais”, mas também àquelas defendidas pelo senso comum.

## ADES

SÁBADO, 09/11/96

# DCE quer que o provão seja entregue em branco

O Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Uniso não vai fazer piquete para impedir a aplicação do provão no próximo domingo, mas vai pedir para que os graduandos entreguem suas provas em branco. A declaração é presidente do DCE, Luiz Vanderlei Sales. Ele diz, ainda, que não é contra a avaliação das faculdades, "mas não desta forma", que ele classificou como ineficaz e autoritária.

Segundo Sales, membros do DCE vão estar nos locais de aplicação do provão para fazer um corpo-a-corpo com os formandos "para conscientizá-los da farsa do provão".

Os líderes estudantis ainda vão entregar adesivos aos formandos, cujo texto do decalque prega a não-resposta das questões.

## Pesquisa

Uma pesquisa realizada pelo DCE da Uniso na semana passada, segundo Vanderlei Sales, aponta que a maioria dos estudantes "intimidados" para fazer o provão são contra a medida.

Na Faculdade de Direito de Sorocaba, dos 26 alunos que deverão prestar o exame, catorze se manifestaram a favor, dez contra e dois votaram em branco. Na Uniso, onde foram consultados alunos também do terceiro ano de administração, num total de 430 alunos, 370 votaram contra, cinquenta a favor e dez nulo e branco.

Na Facens, onde 29 alunos concluem o 5º ano de engenharia,

não houve consulta.

Ainda segundo dados do DCE da Uniso, no Brasil são 60 mil graduandos de direito, administração de empresa e engenharia civil que farão o provão. 85% estão contra sua aplicação.

## Porque contra

O presidente do DCE diz que é contra a avaliação do governo porque a medida não vai avallar, como se deve, as faculdades. "Deveria, sim, o governo criar comissões para acompanhar a qualidade do ensino, condições dos prédios, pesquisas científicas e cursos de extensão. Desta forma seríamos a favor de uma avaliação que a gente sabe que carece", diz.

O líder estudantil acrescenta, também, que a forma decidida pe-

lo governo é autoritária por ter sido batizada por medida provisória: sem consultar a comunidade estudantil. "Além disso, a medida é uniforme e não leva em consideração as diferenças regionais".

## Ministério

O ministro da Educação Paulo Renato de Souza tem afirmado à imprensa, nos últimos dias, que o provão não é para a avallar o aluno. Segundo o ministro, as notas serão sigilosas e o graduando vai saber do seu desempenho em casa, via Correios.

Ainda de acordo com o Ministro, o aluno de direito, administração de empresas engenharia civil que não fizer o provão poderá colar grau, mas não poderá registrar o diploma no MEC.

## Professor acha provão inútil

O Exame Nacional de Cursos, o provão, marcado para amanhã aos formandos de Administração, Direito e Engenharia, vai ser inútil e, o pior, nocivo. A avaliação é do mestre em Filosofia da Educação e especialista em Currículos e Programas da Uniso, professor Wladimir dos Santos.

Para ele, o provão vai provocar um conjunto de variáveis nas universidades, que começarão a preparar os alunos para o exame. "O provão vai prejudicar a qualidade de ensino superior". Segundo Santos, os cursos vão ser transformados em uma espécie de cursinho preparatório.

Wladimir dos Santos diz acreditar que, a partir desse primeiro exame, os professores irão organizar o curso universitário de modo a condicionar o aluno para o Exame Nacional de Cursos.

"O equívoco é imaginar que no ensino superior o professor se atenha apenas aos livros didáticos. Ele vai além dos livros, que são cópia um do outro. Os professores têm de trabalhar a atualidade, o mundo de hoje", afirmou Santos.

Segundo ele, o MEC fez a seleção dos profissionais, que se responsabilizaram pela elaboração do Provão. "Mas ninguém sabe quem são ou como foi feita a seleção", disse.

## CONCLUSÃO

Criada em 1994, a Universidade de Sorocaba tem suas bases históricas fincadas em uma das primeiras instituições de ensino de terceiro grau da cidade - a Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras (Fafi). Antes dela, Sorocaba possuía apenas a Faculdade de Medicina, fundada em 1951. Três anos depois, em 1954, começavam a funcionar os cursos de Língua Neolatina e Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, mantida, até 1956, pela Fundação Scarpa, em prédio cedido pela prefeitura, no Bairro Trujillo<sup>9</sup>. Naquela época, Sorocaba já possuía o seu primeiro periódico, o jornal *Cruzeiro do Sul*. Em 1958, ano da fundação do jornal *Diário de Sorocaba*, formavam-se as primeiras turmas dos cursos de Filosofia, História e Geografia, criados em 1955. No ano de 1963, por idéia do professor Aldo Vannucchi (op. cit., p. 44) foi criada a entidade mantenedora denominada Fundação Dom Aguirre<sup>10</sup>. A instituição de ensino superior viveu uma importante fase de crescimento em 1966, com a instalação da Faculdade de Ciências Contábeis e Administrativas de Sorocaba (Faccas). Da união de ambas, formaram-se, em 1993, as Faculdades Integradas Dom Aguirre (Fida), embrião da Universidade de Sorocaba.

As instituições de ensino de terceiro grau mantidas pela Fundação Dom Aguirre (Fafi/Faccas/Fida/Uniso) e os dois grandes jornais da cidade de que tratei no segundo capítulo compartilharam, durante mais de cinco décadas

---

<sup>9</sup> Neves, José Carlos de Araújo. *Fundação Dom Aguirre, 35 anos de história*, 1998.

<sup>10</sup> Lei Municipal nº 1153.

(até a fase de conclusão deste trabalho), muitos dos principais fatos da vida da cidade de Sorocaba. Essa afirmação tem a autenticação do professor Aldo Vannucchi que, além de ter sido reitor da Uniso por três gestões consecutivas, foi professor e diretor das instituições que antecederam a universidade<sup>11</sup>. Não há dados estatísticos que revelem a presença na mídia das instituições anteriores à Universidade de Sorocaba. Mas as pautas, nos primórdios da Fafi, tinham seu enfoque voltado para os problemas econômicos e atuação política dos estudantes, conforme o reitor. A presença da Faculdade de Filosofia nos dois jornais, na década de 50, é descrita por ele da seguinte maneira: *A Fafi era uma faculdade que passou a funcionar com muita satisfação da população por ter mais oportunidades de cursos superiores e aparecendo na mídia como foco de alguns problemas. Um problema econômico da auto-sustentação, porque a prefeitura não tinha verba. Por outro lado, porque os alunos deveriam pagar a mensalidade. Outro foco pelo qual a mídia via muito a Faculdade de Filosofia, e acho isso extremamente positivo, é o foco político. Ou seja, a Faculdade de Filosofia, pouco a pouco, através dos seus alunos e do Centro Acadêmico São Tomás de Aquino, foi tomando uma presença muito forte na cidade, participando de todos os embates políticos, não só da cidade e região, como do país.*

Nomes de prestígio do mundo acadêmico, nacionais e internacionais, que formavam o quadro docente da Faculdade de Filosofia, também eram notícia na mídia nos primeiros anos da instituição, segundo o reitor. Ele conta que as matérias não eram diárias e, na maioria dos casos, a faculdade

---

<sup>11</sup> O professor Aldo foi diretor entre 26 de novembro de 1964 a 26 de junho de 1969 e de 15 de março de 1980 a 15 de março de 1988; foi reitor de setembro de 1994 a setembro de 1996, de setembro de 1996 a setembro de 2000 e reconduzido para o período de setembro de 2000 a dezembro de 2005.

aparecia apenas citada, sobretudo devido à participação do Centro Acadêmico nas questões políticas da época. Além das informações sobre o cronograma acadêmico de aulas, encontros estudantis e formaturas, os principais fatos jornalísticos noticiados sobre a temática política, ainda conforme o reitor, giravam em torno do apoio dos alunos às greves de ferroviários, dos trabalhadores da indústria têxtil e o envolvimento nas questões sindicais.

A política estudantil e o cronograma acadêmico da instituição continuaram a freqüentar as páginas dos dois jornais entre 1958 e 1968. Mas as questões econômico-financeiras da instituição e dos alunos desapareceram do noticiário. Nas palavras do reitor: *Foi uma década inteira de calma*. Isso aconteceu por conta de convênio firmado com a Secretaria Estadual de Educação, assegurando a gratuidade do ensino.

As matérias sobre os problemas de pagamento das mensalidades voltaram a se tornar notícia freqüente nas décadas de 70, 80 e 90, dividindo o espaço do noticiário com assuntos relativos ao calendário acadêmico e, sobretudo na década de 70, com temas voltados a manifestações políticas dos alunos contra o regime militar (1964-1984). Sobre isso, o professor Aldo explica: *Terminado o convênio em 1968, surgiram muitos problemas... eram reclamações de alunos sobre preços de mensalidades, apelos para tentar resolver com bolsas, com estágio...de vez em quando, vinha um esforço e uma tentativa de federalização, de estadualização da instituição, que provocava um certo embate, como se a instituição estivesse não só administrada, mas dominada pela igreja católica, o que nunca foi verdade... e havia a defesa de luta política também...*

A criação de novos cursos, abertura de turmas e ampliação do prédio do Bairro Trujillo proporcionaram o surgimento, ainda nas décadas de 80 e 90, das notícias sobre os serviços de extensão à comunidade, porém, jamais em prejuízo das reportagens negativas a respeito dos protestos contra o ensino pago. Ainda segundo depoimento do professor Aldo Vannucchi: *Havia os problemas institucionais principalmente porque o aluno, descontente ou impossibilitado de pagar a mensalidade, fazia ecoar o seu problema não apenas na família e no bairro, como nos jornais, nas rádios e na Câmara Municipal.*

Novos espaços foram conquistados a partir de 15 de março de 1988, quando foi lançado o Projeto de Criação da Universidade de Sorocaba. Sobre isso, Aldo Vannucchi diz o seguinte: *a presença da instituição, que já era grande antes disso, passou a ser praticamente diária na mídia, com entrevistas sobre o andamento do projeto.*

O reitor afirma que durante os 40 anos entre a entrada em funcionamento da Faculdade de Filosofia (1954) e a criação da Universidade de Sorocaba (1994), não obstante o foco da matéria, a voz da instituição nos jornais se restringia à fala do dirigente. Já o advento da criação da Universidade de Sorocaba resultou numa profusão de matérias que passaram a dar voz e rosto aos professores das mais variadas disciplinas e cursos. Segundo afirma: *Tornamo-nos uma fonte importantíssima na cidade e o enfoque passa a ser muito mais amplo, ou seja, a problemática econômico-financeira da instituição e a problemática econômico-pessoal de muitos alunos continuavam, mas já havia um enfoque mais amplo e, eu diria, mais de acordo com o perfil de uma universidade...a importância e a real essência da*

*universidade na transformação da cidade, transformação no sentido de pensamento, de ampliação da visão, de mais ligação com o mundo científico, com muito mais presença nas questões ambientais, interrogações sobre problemas pedagógicos, interpretação da realidade nacional.*

A dimensão midiática em termos de matérias e conseqüente destaque na mídia impressa, já abordada na introdução deste trabalho, pode, também, ser expressa pela média diária do número de matérias publicadas ao longo dos 1.825 dias compreendidos entre 1º de janeiro de 1995 a 31 de dezembro de 1999. Conforme especifiquei na Introdução, foram 7.059 matérias. Esse número equivale a uma média de 3,8 peças jornalísticas/dia em que o nome da Universidade de Sorocaba foi citado ao menos uma vez, sobretudo pelos dois jornais diários locais, como vimos anteriormente.

Durante o período de 40 anos compreendido entre Fafi e Uniso, a mídia impressa local compartilhou o aqui e agora da mesma cidade onde prosperaram, envoltas em problemas, dificuldades financeiras e tensões políticas, as instituições fundadoras da Universidade de Sorocaba. Mas nunca, como a partir da criação da Uniso, esse compartilhar despreendeu-se tanto das zonas mais imediatas do aqui e agora da rotina acadêmica. Como demonstrado ao longo desta pesquisa, isso se deveu à fala dos professores, que se fizeram ouvir através dos dois jornais, desconstruindo conceitos do senso comum, contrapondo-se a versões oficiais e consagradas da realidade, dando novas angulações a velhos assuntos, provocando distanciamentos, diluindo verdades socialmente cristalizadas, relativizando conceitos ortodoxos, oxigenando frases e falas presentes no cotidiano, enfim, criando re-significados.

Entra, aqui, um aspecto que julgo imprescindível para uma compreensão mais aprofundada sobre os fatores responsáveis pela profusão/diversificação de matérias e o surgimento de novas vozes: a criação do Curso de Jornalismo, em 1995, que trouxe, para os bancos acadêmicos, a presença diária de funcionários das redações dos jornais Cruzeiro do Sul e Diário de Sorocaba, dando, pela primeira vez dentro da instituição, grande visibilidade e trânsito à figura do aluno-repórter, e colocando-o, diariamente, em contato direto com importantes fontes de informação.

Entre 1995 e 1999, havia 31 funcionários<sup>12</sup> da redação do Cruzeiro do Sul e 13<sup>13</sup> da redação do Diário de Sorocaba matriculados no Curso de Jornalismo da Uniso<sup>14</sup>. O partilhar diário do aqui e agora da rotina acadêmica entre o pessoal das redações e os professores de várias disciplinas deu grande visibilidade à Uniso, expandindo o pensamento ali produzido para a narrativa do cotidiano materializada no texto jornalístico.

A criação da Uniso, como demonstrado com maior clareza na tabela 2 desta pesquisa (*Mapeamento da Ocorrência de Fala dos Professores na Mídia - 1995 e 1999*), provocou grande circulação de matérias com temáticas variadas. Isso colocou a Universidade de Sorocaba como pólo referencial de

---

<sup>12</sup> Ademir Machado, Helena Patric Mendes, Janaína Caldeira, José Antonio Rosa, Evenize Batista, Edileine Guimarães, Carlos Araújo, José de Jesus Vicente, Marcelo Macaus, Giuliano Bonamin, Deise de Oliveira, Daniela Jacinto, Reinaldo Galhardo, Rubens Pelini Filho, Waldecir Rocha Gozano Micheletti, Anclar Pinto, Ângela Fiorenzo, Telma Silvério, Izaltino Correa, Leila Gappy, Marcelo Andrade, Laura Freitas, Fabiano Antunes, Fernando Guimarães, Maria Estela Casagrande, Marcel Stefano, Jamal, Gabriele Camargo, Adriana Coluccini e Otávio Lari.

<sup>13</sup> Daniela da Costa Jacinto, Fernanda Cruz, João Marcelo da Silva, Suzana Carvalho, Alexandre Miranda, José Antônio Rosa, Fernando Guimarães, Giuliano Bonamin, Juliana Gonçalves, Rinaldo, Reinaldo Galhardo, Marcelo Antunes Cau, Rodrigo Alcântara e Maico Geretti.

<sup>14</sup> a redação compreende arquivo, fotografia, reportagem, jornalismo online, diagramação/paginação e edição, sendo que em agosto de 2004, a redação do Cruzeiro do Sul contava com 50 funcionários e a do Diário de Sorocaba com 16 funcionários.)

informação na cidade. Já o seu quadro docente, como demonstrado de maneira sintetizada na tabela 3 (*Categoria **Comportamento/atualidades** - Incidência de Falas de Professores por Subcategoria*), tornou-se, para os repórteres, uma ampla e diversificada galeria de mentes privilegiadas definidoras de realidades, de acesso fácil e permanente. A tabela 3 também revela que quatro integrantes do quadro docente (NL, GCA, SCMS e MLAS) ganharam a preferência dos repórteres, tornando-se fontes de informação de referência entre o professorado. As tabelas 4 e 5 (mapeamento das falas nas subcategorias **Economia e Educação**) permitem concluir que essas mentes definidoras de realidades mostravam-se aptas a tratar dos mais variados assuntos, fossem os mais complexos, com implicações na economia mundial, ou os mais pontuais e imediatos, como a corrida às casas lotéricas por ocasião do prêmio acumulado.

Conforme demonstrado na análise das peças jornalísticas das subcategorias **Economia e Educação**, os professores e professoras, através de suas falas, abordaram os temas propostos de forma a refletir sobre suas causas, implicações possíveis, prováveis desdobramentos e conseqüências esperadas, indo, não raro, na contramão das definições de representantes de órgãos oficiais do governo ou usuais do senso comum. Ficou clara a tendência dos docentes de expandir a idéia original da pauta, trazendo, ao tema proposto, outros temas correlacionados, tramados a eles ou subjacentes. No espaço da conversa, os professores e professoras transcenderam o aqui e agora da narrativa jornalística, desprendendo-se do fato noticioso ou do “assunto do momento” que originou a matéria. Na interação entre repórter e leitor, os professores e professoras tornaram-se

peça-chave por seus novos repertórios oferecidos à temática do momento. Através de suas falas, colocaram a Universidade de Sorocaba no centro do debate sobre a problemática social do momento histórico vivido e repercutido pelos jornais.

Das 66 peças da **Subcategoria Economia** (23) e da **Subcategoria Educação** (13), 7 foram assinadas por seus autores. Dos 7 autores, 5 eram alunos-repórteres, sendo que um único aluno-repórter assinou 4 peças, sendo 3 entrevistas de páginas inteiras, envolvendo 3 professores<sup>15</sup>.

Como a maioria das matérias não foi assinada, fica impossível precisar o número exato dos alunos-repórteres dentro das duas categorias e, conseqüentemente, ter uma dimensão mais exata da influência deles na incidência das pautas. Isso não invalida o argumento de que os alunos-repórteres tenham contribuído para a profusão de matérias, sobretudo quando, a esse dado, pode ser somado outro importante fator com grande potencial gerador de matérias. Trata-se da presença dos editores-chefes dos dois jornais como professores contratados pela fundação mantenedora da Universidade de Sorocaba para o Curso de Jornalismo<sup>16</sup>. Teoria e prática jornalística desfrutavam, no dia a dia das aulas e da profissão, de um privilegiado menu de fontes de informação dentro de um espaço propício ao debate de idéias, ao desafio intelectual e à proposição de temas polêmicos.

É no contexto desse aqui e agora compartilhado e saber legitimado que

---

<sup>15</sup> O repórter-aluno José Jesus Vicente assinou as reportagens-entrevistas: *Para onde vai o ensino público?*, *Cruzeiro do Sul*, 20 dez. 1998, p. 4; ***Educador diz que medidas do governo são apenas "verniz"***, *Cruzeiro do Sul*, 20, jan. p. 14 e *Geografia e história: muito além da academia*, *Cruzeiro do Sul*, 10, mai. 1998 p. 1)

<sup>16</sup> Os editores-chefes dos jornais *Cruzeiro do Sul* e *Diário de Sorocaba*, jornalistas Djalma Luiz Benette e Walter de Alberto de Lucca, respectivamente, eram professores contratados durante o período desta pesquisa. Além de editor-chefe, Walter era sócio-proprietário do jornal.

brotaram as pautas sobre os mais variados temas especificados na introdução desta pesquisa e analisados no segundo capítulo. As conversas entre repórteres (fossem ou não alunos da instituição) e professores-fontes de informação, materializadas nas peças jornalísticas, marcavam, de forma subliminar, o encontro de duas instituições socialmente reconhecidas por um certo nível de prestígio, autonomia e hegemonia de que gozam no mundo capitalista: a Universidade e a Mídia. Mais do que o encontro entre o instituto da mídia com o instituto da ciência e do saber, a conversa entre repórter e professor-fonte de informação consubstanciava, do lado da instituição universitária e num plano menos próximo da zona de conhecimento do leitor comum, o encontro da Igreja Católica<sup>17</sup> com, do lado da mídia e no tocante ao jornal Cruzeiro do Sul, a Maçonaria<sup>18</sup>.

De um lado, os professores conferiam credibilidade às matérias, transferindo prestígio aos jornais através da abordagem dos assuntos em pauta sob a ótica do saber acadêmico. De outro, os jornais davam vozes e rostos aos docentes, evidenciando o conhecimento científico produzido na instituição universitária. Enquanto chamavam para si o papel regulador e normatizador da instituição universitária, os professores, com o apoio da

---

<sup>17</sup> Segundo NEVES, a criação da Faculdade de Filosofia foi “fruto da audácia e do trabalho incansável de Dom José Carlos de Aguirre, Pe. André Pieroni Sobrinho, Mons. Francisco Antonio Cangro e do Dr. Gualberto Moreira” sendo a presidência da mantenedora Fundação Dom Aguirre, desde sua criação até a data de conclusão deste trabalho, cargo ocupado pelo arcebispo de Sorocaba

<sup>18</sup> Matéria intitulada “FUA – 40 anos de missão cumprida”, publicada no boletim informativo número 50 da Loja Maçônica Perseverança III, de julho de 2004, traz o seguinte: “Na verdade, a Fundação Ubaldino do Amaral deu o seu primeiro sinal de vida em 4 de março de 1963, quando o Irmão Paulo Pence Pereira comunicou aos seus Irmãos de Loja a aquisição do controle acionário da Editora Cruzeiro do Sul S/A, convidando outros interessados a participar do empreendimento. Alguns aderiram e, com um total de 21 corajosos e idealistas instituidores, chegaram até 31 de julho de 1964, para a assinatura da escritura de constituição da entidade batizada com o nome de Ubaldino do Amaral, um dos fundadores da Perseverança III”.

mídia, agiam de forma a reforçar, a cada pauta, tanto o papel socialmente atribuído à universidade, quanto o papel atribuído a eles pela mídia como autoridades especializadas na definição da realidade. Mais que o fato noticioso, mais que o transcender do aqui e agora da matéria, a narrativa jornalística realizava, no espaço noticioso, um processo dialético auto-sustentado e retroalimentado de construção, definição, reforço e legitimação de papéis sociais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARBEX JR, José. *Showrnlismo, a notícia como espetáculo*. São Paulo: Casa Amarela, 2001. 290 p.

BELTRÃO, Luiz. *Jornalismo interpretativo, filosofia técnica*. 2ª ed. Porto Alegre: Sulina-Ari, 1980. 121 p.

DEMO, Pedro. *Conhecimento moderno, sobre ética e intervenção do conhecimento*. Petrópolis: Vozes, 1997. 317 p.

MEDINA, Cremilda de Araújo. *Símbolos e narrativas, rodízio 97 na cobertura jornalística*. São Paulo: Secretaria do Meio Ambiente, 1998. 243 p.

\_\_\_\_\_. *Notícia, um produto à venda : jornalismo na sociedade urbana e industrial*. 2ª ed. São Paulo: Summus Editorial, 1988. 87 p.

\_\_\_\_\_ e LEANDRO, Paulo Roberto. *A arte de tecer o presente*. São Paulo: ed. do autor, esgotada. 1972. 137 p.

MATURAMA, Humberto R., VARELA G., Francisco. *A árvore do conhecimento : as bases biológicas do entendimento humano*. Campinas: PSY II, 1995. 281 p.

MOSCOVICI, Serge. *A representação social da psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978. 292 p.

NEVES, José Carlos de Araújo. *Fundação Dom Aguirre, 35 anos de história*. Sorocaba: FDA, 1998. 215 p.

PETER, L. Berger, LUCKMANN, Thomas. *A construção social da realidade : tratado da sociologia do conhecimento*. 16ª ed. Petrópolis: Vozes, 1998. 247 p.

SPINK, Mary Jane P. A medicina e o poder de legitimação das construções sociais de igualdade e diferença: uma reflexão sobre cidadania e gênero. In: SPINK, Mary Jane P (org.). *A cidadania em construção*. São Paulo: Cortez, 1994. p. 93.

THOMPSON, B. John. *Ideologia e cultura moderna : teoria social crítica na era dos meios de comunicação de massa*. 2ª ed. Petrópolis: Vozes, 1990. 427 p.

**BIBLIOGRAFIA CONSULTADA**

- BUCCI, Eugênio. *Sobre ética na imprensa*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000. 245 p.
- CHAGAS, Maria de Lourdes Deiró. *As belas mentiras : a ideologia subjacente aos textos didáticos*. 12ª ed. São Paulo: Ed. Moraes, 1978. 203 p.
- FLAUSINO, Marcia Coelho. Notícia: conduzindo a compreensão da realidade : cotidiano, imaginário e representações sociais. In: BARROS, Antonio et alii (org.). *Comunicação, discursos e práticas*. Brasília: UniCEUB/Rideel, 2001.103-118 p.
- FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler, questões da nossa época*. 35ª ed. São Paulo: Cortez Editora, 1997. 87 p.
- GRAMSCI, Antonio. *Os intelectuais e a organização da cultura*. 9ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1995. 244 p.
- KOSIK, Karel. *Dialética do concreto*. São Paulo: Paz e Terra, 1995. 248 p.
- MEDINA, Cremilda de Araújo. *Entrevista : o diálogo possível*. 3ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1995. Série Princípios. 96 p.
- ORLANDI, Eni Puccinelli (org.). *Vão surgindo sentidos : discurso fundador, a formação do país e a construção da identidade nacional*. In: *Vão surgindo sentidos*. 2ª ed. Campinas: Pontes, 2001. 171 p.
- \_\_\_\_\_ et alii. *Sociedade e linguagens*. In: *Um sentido positivo para o cidadão brasileiro*. Campinas: Unicamp, 1977 (Col. Repertórios), 87 p.
- KARAM, Francisco José. *Jornalismo, ética e liberdade*. São Paulo: Summus, 1997. Coleção Novas Buscas em Comunicação. v. 54. 147 p.
- ROJO, Roxane. *Letramento e capacidades de leitura para a cidadania*. São Paulo: LAEL/PUC-SP, 2004. 8 p.
- SPINK, Mary Jane P. et alii. *A construção da AIDS-Notícia*. Rio de Janeiro, julho, 2001. Caderno Saúde Pública. p. 851-862.
- VAN DIJK, Teun A. *Cognição, discurso e interação*. São Paulo: Lingüística Contexto, 1999. Col. Caminho da Lingüística. 207 p.